



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

FINANÇAS LOCAIS

RAA - 2016





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Índice

0. INTRODUÇÃO.....	5
1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	6
Caracterização Geral	6
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS.....	11
2.1 Grau de execução da receita e da despesa	11
2.2 Fluxo anual de receitas / despesas / saldos orçamentais.....	15
3. RECEITAS MUNICIPAIS	17
3.1 Estrutura e evolução das receitas	17
3.1.1 Receitas próprias	20
3.1.2 Fundos do Orçamento do Estado.....	21
3.1.3 Fundos Comunitários	25
3.1.4 Empréstimos	27
3.2 Receitas correntes e receitas de capital.....	28
3.3 Fontes de financiamento das despesas de capital.....	29
4. DESPESAS MUNICIPAIS.....	31
4.1 Estrutura e evolução das despesas.....	31
4.2 Despesas de pessoal	36
4.3 Aquisição de bens e serviços	41
4.4 Juros	44
4.5 Transferências correntes.....	45
4.6 Amortizações de empréstimos	51
4.7 Transferências de capital (Investimento indireto)	53
4.8 Investimento	57
4.9 Capitação de algumas despesas.....	64
5. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS EM 2016	66
5.1 Resultados do exercício	66
5.2 Balanço.....	71
5.2.1 Ativo	72
5.2.2 Fundos próprios	74
5.2.3 Passivo e evolução do endividamento.....	76
5.3 Rácios.....	84



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

6. FREGUESIAS	87
6.1 Caraterização	87
6.2 Fluxo das receitas e das despesas	87
6.3 Receitas das Freguesias	89
6.4 Despesas das Freguesias	94

Divisão de Estudos e Análise Financeira

Recolha de informação, gráficos, quadros e comentários

Andreia Coelho

Mário Santos

Rui Costa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Glossário

AM – Associações de Municípios

AMIP – Associação de Municípios da Ilha do Pico

AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel

AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores

CM – Câmaras Municipais, ou Municípios

CP – Curto Prazo

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais

DROAP – Direção Regional de Organização e Administração Pública

EM – Empresa Municipal

EIM – Empresa Intermunicipal

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias

JF – Juntas de Freguesia, ou Freguesias

MLP – Médio e Longo Prazo

m.e. – Milhares de euros

M€ - Milhões de euros

OE – Orçamento de Estado

PAEL – Programa de Apoio à Economia Local

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

RAA - Região Autónoma dos Açores

RFALEI - Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

SEL – Setor Empresarial Local

SIIAL - Sistema integrado de informação das autarquias locais

SM – Serviços Municipalizados

SMAH – Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo

SMPD – Serviços Municipalizados de Ponta Delgada



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

0. INTRODUÇÃO

No âmbito das suas competências na área das finanças locais, a DROAP elabora, anualmente, um relatório sobre a execução e situação financeira das autarquias locais. Para o efeito, utiliza os documentos de prestação de contas dos municípios, freguesias, serviços municipalizados e associações de municípios, recorrendo também à base de dados do SIIAL. Nos termos da legislação aplicável (POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e RFALEI - Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais), os documentos de prestação de contas devem ser disponibilizados até 30 dias após aprovação pelos respetivos órgãos executivos o que, na prática, significa até ao final de maio. Posteriormente, os documentos são analisados, validados com os elementos introduzidos pelas autarquias na plataforma eletrónica da DGAL (SIIAL) e introduzidos em bases de dados Excel, que servem de suporte ao referido relatório.

No ano de 2016, considero ser importante destacar o seguinte:

- Uma redução de 3,3% na receita total dos municípios, que em 2016 foi de 165 M€;
- Uma redução de 4,9% na despesa total dos municípios, que em 2016 foi de 160 M€.
- As despesas de pessoal diminuíram 1,4%, mas as transferências correntes para as famílias, que na sua maioria referem-se a programas ocupacionais, aumentaram 47,8%.
- As despesas totais de investimento, direto e indireto (delegado), diminuíram 16%.
- A dívida de médio e longo prazo diminuiu 4,2%, ficando nos 131 M€, o valor mais baixo dos últimos 10 anos, e o mesmo aconteceu com a de curto prazo, que diminuiu 12%, situando-se nos 11 M€.
- O prazo médio de pagamento, que em 2012 era de 157 dias (média dos municípios), em 2016 foi de 17 dias, com apenas um município a exceder os 90 dias.
- O resultado líquido global dos 19 municípios foi de 14,2 M€, aumentando 154%, face a 2015. No entanto, registaram-se resultados líquidos negativos em 6 municípios.
- Nas freguesias, registou-se uma redução de 9,6% na receita global, com um total de cerca de 16,6 M€, e uma redução de 13,9% na despesa, que globalmente se situou nos 16 M€.

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

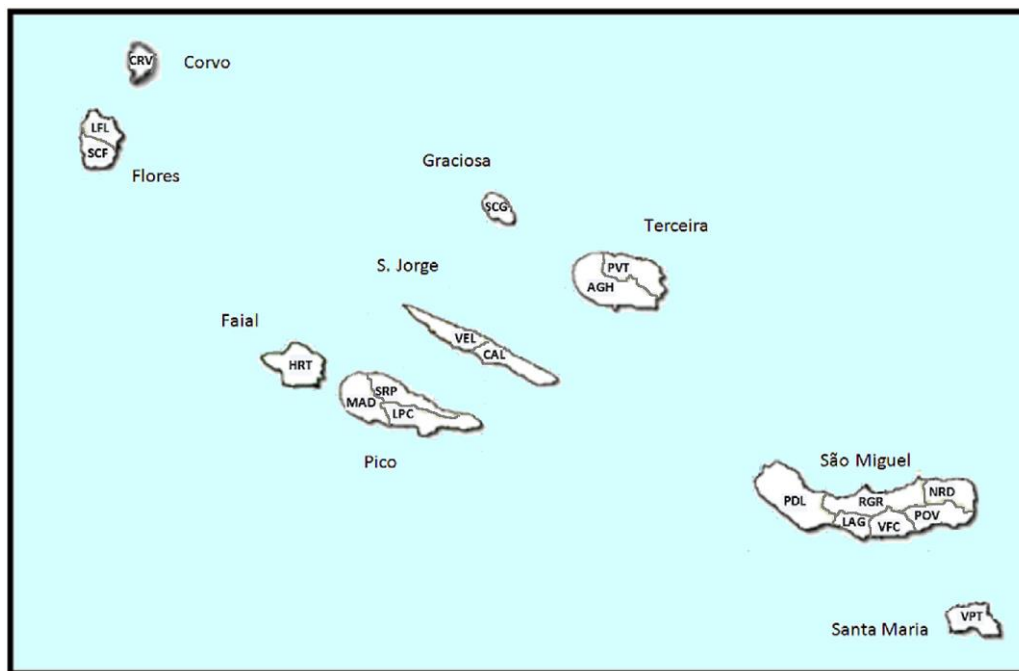
1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Caracterização Geral

A definição de Município aparece, pela primeira vez, no artigo 38.º da Lei n.º 77/79, de 25 de Outubro (Lei sobre atribuições das Autarquias Locais), como «pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população na respetiva circunscrição».

As 9 ilhas da Região Autónoma dos Açores estão divididas administrativamente em 19 municípios e estes em 156 freguesias, sendo que no Corvo as funções da única freguesia existente, são exercidas pelo município, não havendo neste caso os órgãos executivo e deliberativo, nem qualquer movimentação de verbas ao nível da freguesia.

Ilhas e Municípios dos Açores



Os municípios portugueses são habitualmente categorizados em três dimensões:

- Pequenos – população menor ou igual a 20.000 habitantes;
- Médios – população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes;



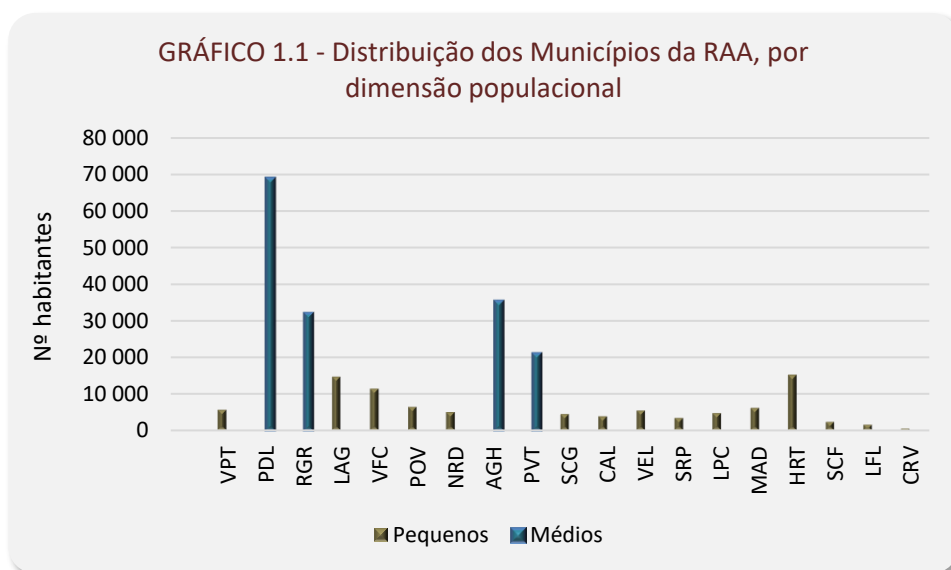
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

- Grandes – população maior que 100.000 habitantes.

Considerando estas dimensões, os municípios da Região Autónoma dos Açores (RAA) distribuem-se da seguinte forma:

Pequenos	Médios	Grandes
15 Municípios	4 Municípios	0 Municípios

Da análise ao Gráfico 1.1, verifica-se que na RAA predominam os municípios de pequena dimensão e somente quatro municípios é que são de média dimensão (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Praia da Vitória).



Por outro lado, no que respeita à densidade populacional e agrupando os municípios por ilhas, verifica-se que é nas ilhas de São Miguel e Terceira que está concentrada a maior parte da população, representando estas duas ilhas 78,7% da população do arquipélago dos Açores, mas apenas 49,3% da área total.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O Quadro 1.1 mostra alguns elementos sobre a caracterização da divisão administrativa do espaço territorial da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente a população e área das suas ilhas e dos seus concelhos, fornecendo também informação sobre o setor empresarial local.

O número de empresas municipais e intermunicipais no final de 2016 era de 22, mantendo-se o número de 2015.

QUADRO 1.1 - Caracterização da Administração Local na Região Autónoma dos Açores

Ilhas	Municípios	População 2011	Área (km2)	Hab/ Km2	N.º de Freguesias	Área média das Freguesias	Habitantes por Freguesia	Serviços Municipalizados	Sector Empresarial Local (SEL)		
									EIM*	EIM*	EM**
Santa Maria	VPT	5 552	96,9	57,3	5	19,4	1 110				1
		5 552	96,9	57,3	5	19,4	1 110				1
São Miguel	PDL	68 809	233,0	295,3	24	9,7	2 867	1			3
	RGR	32 112	180,2	178,2	14	12,9	2 294		1	1	
	LAG	14 442	45,6	316,7	5	9,1	2 888				
	VFC	11 229	78,0	144,0	6	13,0	1 872				4
	POV	6 327	106,4	59,5	6	17,7	1 055				2
	NRD	4 937	101,5	48,6	9	11,3	549				3
		137 856	744,7	185,1	64	11,6	2 154	1	1	1	12
Terceira	AGH	35 402	239,0	148,1	19	12,6	1 863	1	1		
	PVT	21 035	161,3	130,4	11	14,7	1 912				1
		56 437	400,3	141,0	30	13,3	1 881	1	1		1
Graciosa	SCG	4 391	60,7	72,3	4	15,2	1 098				1
		4 391	60,7	72,3	4	15,2	1 098				1
São Jorge	CAL	3 773	126,3	29,9	5	25,3	755				
	VEL	5 398	117,4	46,0	6	19,6	900				
		9 171	243,7	37,6	11	22,2	834				
Pico	SRP	3 388	142,4	23,8	5	28,5	678				1
	LPC	4 711	155,3	30,3	6	25,9	785				
	MAD	6 049	147,1	41,1	6	24,5	1 008				1
		14 148	444,8	31,8	17	26,2	832				2
Faial	HRT	14 994	173,1	86,6	13	13,3	1 153				1
		14 994	173,1	86,6	13	13,3	1 153				1
Flores	SCF	2 289	70,9	32,3	4	17,7	572				
	LFL	1 504	70,0	21,5	7	10,0	215				1
		3 793	140,9	26,9	11	12,8	345				1
Corvo	CRV	430	17,1	25,1							
		430	17,1	25,1		-	-				
TOTAIS		246 772	2 322,2	106,3	155	15,0	1 592	2	22		

* EIM - Empresa Intermunicipal

** EM - Empresa Municipal

A Ilha onde as freguesias têm maior área média é o Pico (26,2 km2), seguida de S. Jorge (22,2 km2) e Santa maria (19,4 km2). Por outro lado, S. Miguel é a ilha onde as freguesias têm, em média, mais população.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Para além das empresas municipais e intermunicipais e serviços municipalizados (SM), o sector local compreende ainda as seguintes associações de municípios (AM):

QUADRO 1.2 - Associações de Municípios na Região Autónoma dos Açores

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	Número
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)	Todos os municípios da Região	19
Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)	Municípios da Ilha de S. Miguel	6
Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP)	Municípios da Ilha do Pico	3

O Quadro 1.3 mostra a preponderância de freguesias rurais (87) nos Açores, as quais representam 56% do universo das freguesias açorianas. Em contraponto, as freguesias urbanas (27) representam 17% do total, e as restantes, as freguesias mistas (42) representam 27%.

QUADRO 1.3 - Tipologia de Freguesias por Município

Município	Freguesias Rurais	Freguesias Urbanas	Freguesias Mistas	Total de Freguesias	Área média por freguesia	População média por freguesia
VPT	4	0	1	5	19	1.110
PDL	3	8	13	24	10	2.867
RGR	7	4	3	14	13	2.294
LAG	0	2	3	5	9	2.888
VFC	2	3	1	6	13	1.872
POV	4	0	2	6	18	1.055
NRD	8	0	1	9	11	549
AGH	10	7	2	19	13	1.863
PVT	4	1	6	11	15	1.912
SCG	3	0	1	4	15	1.098
CAL	4	0	1	5	25	755
VEL	5	0	1	6	20	900
SRP	4	0	1	5	28	678
LPC	5	0	1	6	26	785
MAD	5	0	1	6	25	1.008
HRT	10	2	1	13	13	1.153
SCF	3	0	1	4	18	572
LFL	5	0	2	7	10	215
CRV	1	0	0	1	17	430
Total - RAA	87	27	42	156	15	1.582



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Em Ponta Delgada e na Praia da Vitória verifica-se uma predominância (55%) de freguesias mistas. Na Praia da Vitória, apesar de ser um município citadino, apenas 1 das 11 freguesias é urbana. Em Ponta Delgada, outro município citadino, as freguesias urbanas são 8, num total de 24. Em Angra do Heroísmo e na Ribeira Grande, outros municípios com cidades, são as freguesias rurais que predominam, com 50%, ou mais, das freguesias. Ainda no que diz respeito aos municípios citadinos, a Horta tem 10 freguesias rurais num total de 13 (77%) e a Lagoa é o único município sem freguesias rurais. Vila Franca do Campo é o único município não citadino que tem freguesias urbanas (3 em 6).

GRÁFICO 1.2 - Área média por freguesia (Km2)

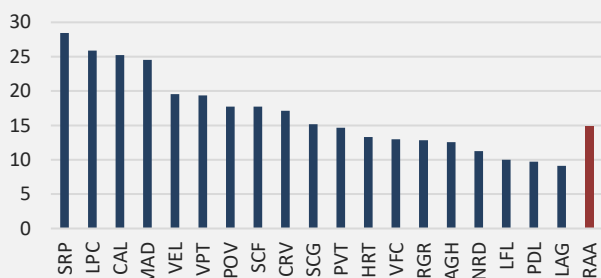
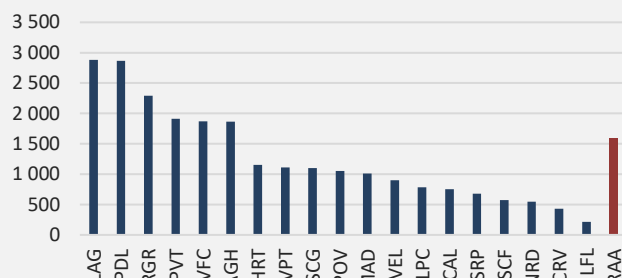


GRÁFICO 1.3 - População média por freguesia (nº hab)



Os gráficos 1.2 e 1.3 mostram a área média e a população média das freguesias de cada município.

As maiores freguesias estão nas ilhas de S. Jorge e Pico. Nas ilhas com um só município, as maiores freguesias aparecem em Santa Maria e depois em Santa Cruz da Graciosa. Na ilha de S. Miguel, o Município da Povoação é o que tem maiores freguesias e os municípios de Ponta Delgada e Lagoa são aqueles em que as freguesias têm menor área.

Observando o gráfico 1.3, verifica-se que os municípios com menores freguesias em área (Lagoa e Ponta Delgada) são precisamente os que têm maior número de habitantes por freguesia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1 Grau de execução orçamental da receita e da despesa

Os quadros seguintes mostram os valores previstos, revistos e executados, relativamente às receitas e despesas dos municípios da RAA, em 2016, bem como as taxas de execução de 2016 e 2015, calculadas relativamente aos valores revistos, ou seja, orçamentos finais.

QUADRO 2.1 - Execução Orçamental da Receita – 2016

Euros

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS				% de Execução 2015
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	
	MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				
VPT	4 666 878	4 710 738	4 943 634	104,9%	3 874 614	4 740 712	669 738	14,1%	8 541 492	9 451 450	5 613 372	59,4%	70,0%
PDL	30 257 359	30 783 218	30 589 603	99,4%	3 851 111	3 914 344	1 285 675	32,8%	34 108 470	34 697 562	31 875 278	91,9%	94,3%
RGR	17 609 579	17 413 085	16 942 806	97,3%	3 436 558	4 154 872	3 117 124	75,0%	21 046 137	21 567 958	20 059 930	93,0%	102,4%
LAG	8 874 097	8 874 097	9 078 831	102,3%	1 375 903	1 492 849	845 384	56,6%	10 250 000	10 366 946	9 924 215	95,7%	93,9%
VFC	7 259 683	7 316 716	7 447 861	101,8%	2 013 260	851 338	616 042	72,4%	9 272 943	8 168 054	8 063 903	98,7%	101,1%
POV	5 618 472	5 618 472	5 449 948	97,0%	2 066 403	1 207 003	582 140	48,2%	7 684 875	6 825 475	6 032 088	88,4%	81,1%
NRD	4 599 166	4 646 751	4 828 182	103,9%	907 580	912 430	460 830	50,5%	5 506 746	5 559 181	5 289 012	95,1%	99,7%
AGH	13 162 621	14 199 546	14 403 506	101,4%	2 496 161	4 813 739	2 844 528	59,1%	15 658 782	19 013 285	17 248 034	90,7%	96,1%
PVT	8 745 185	8 764 594	9 289 459	106,0%	5 337 011	5 177 672	2 793 886	54,0%	14 082 196	13 942 266	12 083 345	86,7%	91,9%
SCG	3 541 686	3 572 891	3 500 282	98,0%	2 117 048	1 110 241	391 333	35,2%	5 658 734	4 683 132	3 891 615	83,1%	89,6%
CAL	4 014 548	4 014 547	4 085 752	101,8%	326 164	326 165	523 565	160,5%	4 340 712	4 340 712	4 609 317	106,2%	103,7%
VEL	4 819 612	4 982 458	5 209 323	104,6%	1 814 236	1 352 143	882 522	65,3%	6 633 848	6 334 601	6 091 845	96,2%	104,9%
SRP	3 746 320	3 876 894	3 800 369	98,0%	291 852	1 015 376	736 023	72,5%	4 038 172	4 892 270	4 536 392	92,7%	97,4%
LPC	4 475 127	4 645 177	4 665 466	100,4%	2 103 221	2 307 840	630 101	27,3%	6 578 348	6 953 017	5 295 567	76,2%	83,1%
MAD	5 328 464	5 567 283	5 531 927	99,4%	1 499 810	3 918 272	1 719 178	43,9%	6 828 274	9 485 555	7 251 105	76,4%	78,2%
HRT	9 512 283	9 575 225	9 247 405	96,6%	4 409 547	4 414 405	763 276	17,3%	13 921 830	13 989 630	10 010 681	71,6%	82,7%
SCF	2 356 131	2 440 310	2 427 485	99,5%	645 610	764 203	259 974	34,0%	3 001 741	3 204 513	2 687 459	83,9%	89,4%
LFL	2 636 527	2 712 515	2 665 872	98,3%	895 852	777 864	314 684	40,5%	3 532 379	3 490 379	2 980 556	85,4%	85,5%
CRV	1 388 261	1 421 057	1 453 926	102,3%	1 310 039	1 039 133	379 243	36,5%	2 698 300	2 460 190	1 833 169	74,5%	83,8%
TOTAL	142 611 999	145 135 575	145 561 636	100,3%	40 771 980	44 290 601	19 815 245	44,7%	183 383 979	189 426 175	165 376 882	87,3%	92,3%

(a) Valores apurados no SIAAL

Municípios que reforçaram a dotação inicial da receita.

Municípios que reduziram a dotação inicial da receita.

Municípios que reforçaram a dotação inicial da receita, mas executaram menos do que essa dotação.

Em termos globais, a taxa de execução das receitas totais situou-se nos 87,3%, registando uma redução de 5% em relação a 2015, ano em que se registou uma taxa de execução das receitas na ordem dos 92,3%.

Com exceção dos municípios da Lagoa, Povoação e Calheta, todos os municípios registaram em 2016 uma diminuição da taxa de execução das receitas em relação a 2015, com especial destaque para os municípios de Vila do Porto (70,0% em 2015 / 59,4% em 2016); Horta (82,7% em 2015 /



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

71,6% em 2016); Ribeira Grande (102,4% em 2015 / 93,0% em 2016); Velas (104,9% em 2015 / 96,2% em 2016) e Corvo (83,8% em 2015 / 74,5% em 2016).

As taxas de execução das receitas são importantes, na medida em que taxas baixas podem, de certo modo, contribuir para o endividamento. Um orçamento equilibrado baseado em receitas previstas em excesso pode levar à realização de despesas em excesso, face à efetiva cobrança das receitas previstas.

A nova Lei de Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro) prevê, no artigo 56º, o acompanhamento da execução orçamental das receitas e a comunicação aos eleitos locais e responsáveis governamentais nos casos em que a taxa de execução das receitas se mostre inferior a 85% em 2 anos consecutivos, incentivando deste modo os eleitos na procura de taxas elevadas de execução orçamental. De referir que em 2016 a taxa de execução foi inferior a este valor em 7 municípios, mais um do que se verificou em 2015, sendo que em 5 deles esta situação verificou-se nos 2 anos.

De acordo com o ponto 3.3.1 do POCAL, nas regras previsionais relativas à inscrição de transferências como receita, “As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações de despesa, resultantes de uma previsão de valor superior ao da receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações”. Esta regra permite a sobreorçamentação das receitas e a subsequente baixa execução orçamental, situação que a Lei nº 73/2013 pretendeu melhorar.

Nesse sentido, a DGAL disponibilizou no Portal Autárquico uma nota técnica sobre revisões orçamentais conducentes à diminuição de receitas, dado que o POCAL não é suficientemente explícito nesta matéria, concentrando as suas notas explicativas nos casos de revisões com aumento global de receitas e por conseguinte, de despesas.

Em 2016, 7 municípios reduziram a sua previsão inicial de receitas, observando-se as maiores reduções nos municípios de Santa Cruz da Graciosa (-17,2%); Vila Franca do Campo (-11,9%) e Povoação (-11,2%).

Os municípios de Santa Cruz da Graciosa e Corvo tiveram taxas de execução da receita inferiores a 85%, apesar de reduzirem a sua previsão de receita inicial.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Por outro lado, 11 municípios aumentaram a sua previsão inicial de receitas, nas modificações orçamentais realizadas durante o ano, sendo de assinalar os casos da Madalena (+39,0%), Angra do Heroísmo (+21,4%) e São Roque do Pico (+21,2%).

São as receitas de capital que apresentam menores taxas de execução, sendo aqui que se registam as transferências de capital relativas a comparticipações do Estado e da União Europeia. Em termos globais, registou-se uma taxa de execução de apenas 44,7% nas receitas de capital, muito abaixo dos 66% verificados em 2015. As taxas mais reduzidas surgem nos municípios de Vila do Porto (14,1%), Horta (17,3%) e Lajes do Pico (27,3%). Com valores mais elevados, destacam-se Calheta (160,5%); Ribeira Grande (75,0%); São Roque do Pico (72,5%) e Vila Franca do Campo (72,4%).

A rubrica da receita onde as taxas de execução são mais baixas é a das transferências de capital dos fundos comunitários, devido à exceção deste tipo de receita nas regras previsionais, como atrás se referiu. Em 2016, os valores globais, relativamente a esta rubrica, foram os seguintes:

Transferências de capital - Fundos comunitários

Orçamento inicial	20.186.450
Orçamento final	17.693.376
Execução	1.744.030
Taxa de execução	10%

Nas receitas correntes, a taxa de execução mais baixa foi de 96,6%, no município da Horta, e a mais alta no município da Praia da Vitória, com 106,0%.

No caso das despesas, as taxas de execução foram inferiores, ficando entre os 76,9% (Lajes das Flores) e os 97,8% (Nordeste) nas despesas correntes e entre os 10,4% (Vila do Porto) e os 93,5% (Ribeira Grande) nas despesas de capital.

Ao contrário das receitas, em que é permitido cobrar para além dos valores orçamentados, nas despesas não é permitido exceder as dotações orçamentais, o que em termos globais resulta em taxas de execução mais baixas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 2.2 - Execução Orçamental da Despesa – 2016

	Euros												
	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS				
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	% de Execução
	MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				2015
VPT	4 122 901	4 459 775	3 864 345	86,6%	4 418 591	9 665 577	1 008 732	10,4%	8 541 492	14 125 352	4 873 077	34,5%	62,5%
PDL	26 926 002	28 308 487	24 994 282	88,3%	7 191 996	6 963 813	5 201 755	74,7%	34 117 998	35 272 301	30 196 037	85,6%	90,1%
RGR	11 127 063	11 230 617	10 432 994	92,9%	9 919 537	12 122 871	11 335 031	93,5%	21 046 600	23 353 488	21 768 024	93,2%	94,2%
LAG	6 990 859	7 190 095	6 759 406	94,0%	3 259 141	3 361 920	2 691 954	80,1%	10 250 000	10 552 015	9 451 359	89,6%	92,2%
VFC	5 303 983	5 715 786	5 474 873	95,8%	3 968 960	3 212 982	2 155 893	67,1%	9 272 943	8 928 768	7 630 767	85,5%	93,3%
POV	4 721 585	4 616 080	4 087 201	88,5%	2 963 780	2 254 747	1 744 610	77,4%	7 685 365	6 870 827	5 831 810	84,9%	80,5%
NRD	3 525 719	3 573 304	3 495 254	97,8%	1 981 027	3 295 045	1 725 765	52,4%	5 506 746	6 868 349	5 221 020	76,0%	80,3%
AGH	11 295 827	12 038 091	10 453 807	86,8%	4 362 960	9 548 476	6 293 007	65,9%	15 658 787	21 586 567	16 746 813	77,6%	85,2%
PVT	7 781 627	7 657 726	6 708 020	87,6%	6 300 569	6 378 523	5 363 390	84,1%	14 082 196	14 036 249	12 071 410	86,0%	91,2%
SCG	2 643 252	2 851 380	2 702 028	94,8%	3 016 482	2 083 520	766 852	36,8%	5 659 734	4 934 900	3 468 880	70,3%	85,0%
CAL	2 628 257	2 696 875	2 462 330	91,3%	1 713 868	2 726 175	1 453 550	53,3%	4 342 125	5 423 050	3 915 880	72,2%	83,2%
VEL	3 858 125	4 371 971	3 392 702	77,6%	2 775 723	4 698 529	1 570 809	33,4%	6 633 848	9 070 500	4 963 511	54,7%	68,6%
SRP	2 969 272	3 149 855	2 909 363	92,4%	1 068 900	1 935 182	1 499 885	77,5%	4 038 172	5 085 036	4 409 248	86,7%	93,3%
LPC	3 336 093	3 502 828	3 201 213	91,4%	3 242 355	3 482 605	2 099 290	60,3%	6 578 448	6 985 433	5 300 504	75,9%	83,4%
MAD	4 847 781	4 952 254	4 572 754	92,3%	1 980 493	4 569 717	2 680 062	58,6%	6 828 274	9 521 971	7 252 816	76,2%	78,0%
HRT	7 651 879	8 176 979	6 659 030	81,4%	6 269 951	6 890 557	2 571 339	37,3%	13 921 830	15 067 536	9 230 368	61,3%	75,2%
SCF	1 894 768	2 285 279	1 763 346	77,2%	1 107 073	1 962 787	739 723	37,7%	3 001 841	4 248 066	2 503 069	58,9%	63,2%
LFL	2 475 761	2 663 674	2 048 889	76,9%	1 057 118	1 123 618	995 747	88,6%	3 532 879	3 787 292	3 044 636	80,4%	78,8%
CRV	1 034 835	1 192 835	996 716	83,6%	1 663 465	1 929 871	1 244 959	64,5%	2 698 300	3 122 706	2 241 675	71,8%	62,8%
TOTAL	115 135 589	120 633 890	106 978 552	88,7%	68 261 989	88 206 515	53 142 351	60,2%	183 397 578	208 840 405	160 120 904	76,7%	84,6%

(a) Valores apurados no SIIAL

Os valores mais altos de execução da despesa total aparecem nos municípios de Ribeira Grande (93,2%), Lagoa (89,6%), São Roque do Pico (86,7%) e Vila Franca do Campo (85,5%).

O município da Ribeira Grande é o único município que apresenta execuções superiores a 90%, tanto na receita como na despesa.

Encerrando esta análise do grau de previsão das receitas e despesas, apresenta-se um quadro resumo com os totais previstos, revistos e executados em 2016.

QUADRO 2.3 - Execução Orçamental 2016 - RESUMO

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução
MUNICÍPIOS	142 611 999	145 135 575	145 561 636	100,3%	40 771 980	44 290 601	19 815 245	44,7%	183 383 979	189 426 175	165 376 882	87,3%

	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução
MUNICÍPIOS	115 135 589	120 633 890	106 978 552	88,7%	68 261 989	88 206 515	53 142 351	60,2%	183 397 578	208 840 405	160 120 904	76,7%

Rec - Desp	27 476 410	24 501 684	38 583 084		-27 490 009	-43 915 915	-33 327 106		-13 599	-19 414 230	5 255 978	
-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	--	--------------------	--------------------	--------------------	--	----------------	--------------------	------------------	--

(a) Valores apurados no SIIAL



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

2.2 Fluxo anual de receitas / despesas / saldos orçamentais

As receitas dos municípios sofreram um novo decréscimo em 2016 (-3,3%), ainda mais acentuado do que havia sido verificado em 2015 (-2,7%). Pelo quadro abaixo, que resume as receitas e despesas nos últimos 3 anos e os saldos transitados, verifica-se uma diminuição gradual da receita, entre 176 M€ (2014) e 165 M€ (2016).

Ao nível das despesas, o comportamento foi semelhante, variando entre 172 M€ em 2014 e 160 M€ em 2016. O que se nota é um aumento progressivo e significativo do saldo final, que aumenta de 13,7 M€ em 2014 para 21,7 M€ em 2016.

Observando o Quadro 2.4, verificamos que as receitas correntes aumentam no período em causa (5,5% em 2015 e 3,2% em 2016). São as receitas de capital que sofrem diminuições acentuadas, traduzindo-se em -28,7% em 2015 e -33,9% em 2016, contribuindo para a diminuição nas receitas totais. Nas despesas o comportamento vai no mesmo sentido, mas não tão acentuado e daí o aumento verificado nos saldos finais.

QUADRO 2.4 - Fluxo anual de receitas / despesas / saldos orçamentais

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	2014		2015		Δ 14-15	2016		Δ 15-16
	Valores	%	Valores	%		Valores	%	
Saldo Inicial a)	9 873 036		13 725 191		39,0%	16 452 421		19,9%
Receitas Correntes	133 752 334	76,0%	141 065 903	82,4%	5,5%	145 561 636	88,0%	3,2%
Receitas de Capital	42 041 464	23,9%	29 984 441	17,5%	-28,7%	19 815 245	12,0%	-33,9%
Reposições n/ abatidas nos pag	129 387	0,1%	48 996	0,0%	-62,1%	20 630	0,0%	-57,9%
Receita Total b)	175 923 185	100,0%	171 099 340	100,0%	-2,7%	165 397 511	100,0%	-3,3%
Total de Disponibilidades (c)=(a)+(b)	185 796 221		184 824 531		-0,5%	181 849 932		-1,6%
Despesas Correntes	99 403 172	57,8%	104 808 791	62,2%	5,4%	106 978 552	66,8%	2,1%
Despesas de Capital	72 667 858	42,2%	63 563 339	37,8%	-12,5%	53 142 351	33,2%	-16,4%
Despesa Total (d)	172 071 030	100,0%	168 372 130	100,0%	-2,1%	160 120 904	100,0%	-4,9%
Saldo Final (e)=(c)-(d)	13 725 191		16 452 401		19,9%	21 729 029		32,1%

O Quadro 2.5 mostra os saldos orçamentais dos municípios em 2015 e 2016, bem como os valores mínimos, máximos e médio dos últimos 10 anos. Nas últimas colunas, apresentam-se os saldos correntes (receitas correntes – despesas correntes) e de capital (receitas de capital – despesas de capital) e por fim o rácio “saldo corrente/amortizações de empréstimos de médio e longo prazo”, o qual traduz de forma simplificada o cumprimento da regra do equilíbrio corrente em 2016, uma vez que considera as amortizações totais e não as amortizações médias dos empréstimos. Neste critério,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

é de salientar que nenhum dos municípios regista valor abaixo de 1, pelo que todos cumprem a regra do equilíbrio corrente.

De acordo com a Lei nº 73/2013, de 03-09 (RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), o saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) deve ser suficiente para fazer face às amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. O rácio “Saldo corrente / amortizações MLP” deve por isso ser igual ou superior a 1. Chama-se a atenção para os valores destacados de Vila do Porto (25,6); São Roque do Pico (15,5) e Santa Cruz das Flores (15,0).

QUADRO 2.5 - Saldos orçamentais

Municípios	Saldos finais nos últimos 10 anos					Euros		
	Valor mínimo	Valor máximo	Valor Médio	2015	2016	Saldo corrente	Saldo de capital	Saldo corrente /
						2016	2016	amortiz empr mlp
VPT	124 271	1 468 175	456 213	727 211	1 468 175	1 079 290	-338 995	25,6
PDL	41 159	3 248 856	878 668	1 565 208	3 248 856	5 595 321	-3 916 080	3,4
RGR	80 729	2 584 144	888 270	1 785 068	80 729	6 509 813	-8 217 907	7,1
LAG	61 342	657 945	187 284	185 070	657 945	2 319 425	-1 846 570	3,1
VFC	367 018	1 195 114	661 055	760 615	1 195 114	1 972 987	-1 539 851	1,3
POV	22 262	292 501	148 592	44 863	247 600	1 362 747	-1 162 470	2,1
NRD	15 609	1 543 263	475 341	1 309 163	1 377 155	1 332 928	-1 264 935	1,3
AGH	452 396	3 286 614	1 845 633	2 573 272	3 075 571	3 949 699	-3 448 479	2,9
PVT	81 726	703 241	302 840	93 803	105 918	2 581 438	-2 569 504	3,0
SCG	50 229	673 502	227 001	250 768	673 502	798 254	-375 519	3,7
CAL	-188 188	1 775 726	531 195	1 080 935	1 775 726	1 623 422	-929 985	1,6
VEL	68 531	3 864 233	1 029 233	2 735 899	3 864 233	1 816 620	-688 287	3,5
SRP	117 713	755 915	332 508	192 427	320 976	891 006	-763 862	15,5
LPC	28 315	1 802 608	356 940	32 315	28 315	1 464 252	-1 469 189	2,0
MAD	20 317	480 167	127 962	35 996	37 290	959 173	-960 884	2,2
HRT	55 753	1 858 218	478 909	1 077 906	1 858 218	2 588 375	-1 808 062	4,1
SCF	159 830	1 227 843	625 747	1 043 453	1 227 843	664 139	-479 749	15,0
LFL	232 334	1 324 159	584 278	296 413	232 334	616 983	-681 063	3,6
CRV	159 687	662 017	314 978	662 017	253 529	457 210	-865 716	4,0
TOTAL	5 706 854	16 452 401	9 199 714	16 452 401	21 729 029	38 583 084	-33 327 106	3,0

Saldo de capital negativo totalmente compensado pelo saldo corrente positivo

Saldo corrente e saldo de capital – De acordo com a legislação referida, as receitas correntes devem ser sempre superiores às despesas correntes e o excesso deve cobrir as amortizações de empréstimos. Os saldos correntes apresentados no Quadro 2.5 são todos positivos, como é natural. No que respeita aos saldos de capital, voltaram a ser todos negativos em 2016, à semelhança do ano anterior, o que, não sendo obrigatório, é frequente, uma vez que o que sobra da parte corrente é utilizado em despesa de capital. As despesas de capital podem ainda ser financiadas pelo saldo do ano anterior. Como se pode observar (assinalado a verde), em 14 municípios o saldo corrente gerado no próprio ano foi suficiente para compensar o défice da parte de capital e nos restantes cobriu mais de 82,1% daquelas despesas, tendo o saldo do ano anterior (2015) financiado a parte remanescente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

3. RECEITAS MUNICIPAIS

3.1 Estrutura e evolução das receitas

As receitas dos municípios totalizaram 165,4 M€, em 2016, o que representa um novo decréscimo de 3,3%, em relação ao ano anterior (cerca de -5,7 M€) e o mais baixo valor dos últimos 10 anos. Esta variação negativa é totalmente explicada pela redução das transferências recebidas de Fundos Comunitários (88,6%), uma vez que todas as outras componentes da receita aumentaram, de 2015 para 2016. De facto, observando os valores registados, entre 2007 e 2016, verifica-se que o valor das transferências recebidas de fundos da UE, em 2016 (1,7 M€) é o mais baixo de sempre, ficando bastante aquém da média registada nesse período (18,6 M€).

As receitas próprias e os Fundos do Orçamento do Estado que perfazem as receitas certas, representam 93,5% das receitas totais e têm vindo a ganhar peso na estrutura das receitas, ano após ano. Em 2016, registaram aumentos de 6,9% e 1,2%, respetivamente. Os empréstimos de médio e longo prazo aumentaram em 0,6 p.p. o seu peso na receita total e cresceram 74,4%, face a 2015.

No Quadro 3.1 é apresentada a receita total, desagregada pelas suas várias componentes, no período 2014-2016.

QUADRO 3.1 – Evolução e estrutura das principais receitas

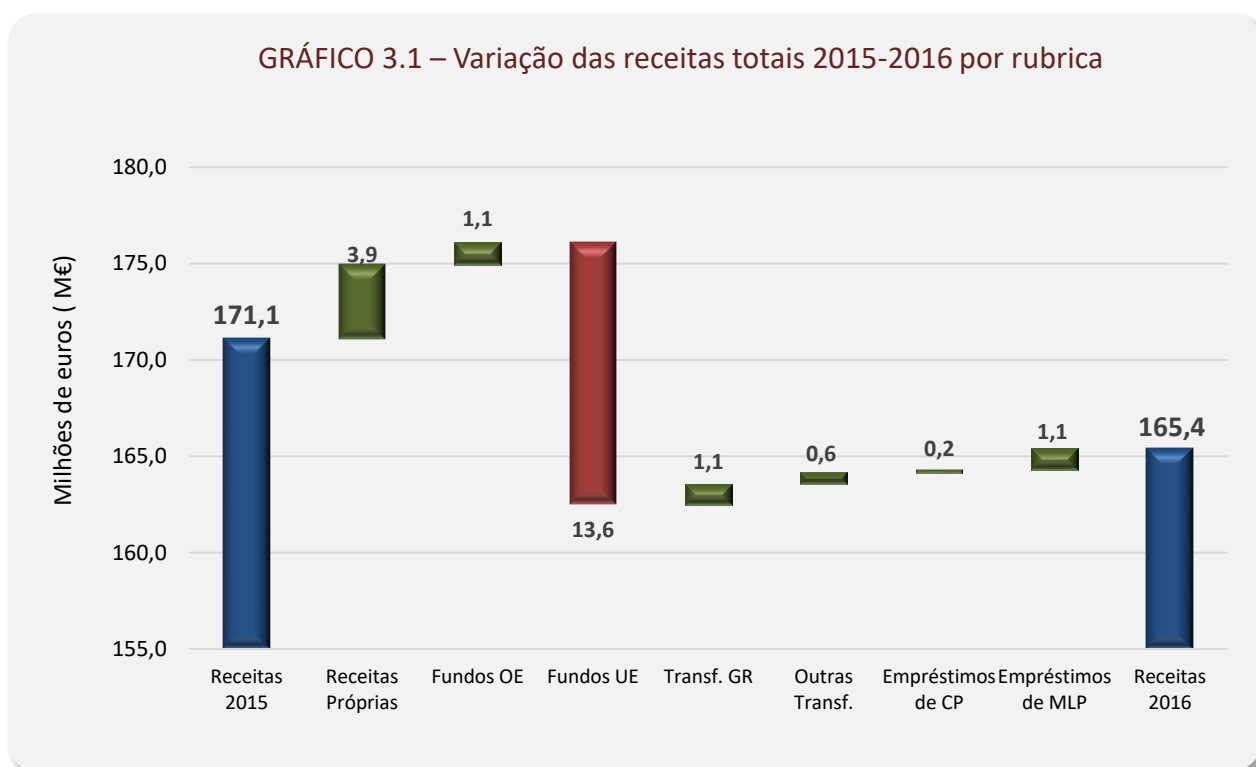
RECEITAS	Euros							
	2014		2015		Δ %	2016		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Receitas Próprias	53.275.292	30,3%	55.681.067	32,5%	4,5%	59.542.121	36,0%	6,9%
Fundos Orçamento do Estado	89.714.804	51,0%	94.006.636	54,9%	4,8%	95.138.403	57,5%	1,2%
Fundos Comunitários	25.727.034	14,6%	15.333.324	9,0%	-40,4%	1.744.030	1,1%	-88,6%
Transferências - Governo Regional	3.130.509	1,8%	2.085.342	1,2%	-33,4%	3.134.079	1,9%	50,3%
Outras Transferências	1.173.559	0,7%	887.970	0,5%	-24,3%	1.495.785	0,9%	68,4%
Empréstimos de curto prazo	1.140.000	0,6%	1.650.000	1,0%	44,7%	1.805.000	1,1%	9,4%
Empréstimos de médio e longo prazo	1.761.987	1,0%	1.455.001	0,9%	-17,4%	2.538.094	1,5%	74,4%
Totais	175.923.185	100,0%	171.099.340	100,0%	-2,7%	165.397.511	100,0%	-3,3%

O Gráfico 3.1 apresenta a redução verificada na receita total explicada pela variação das suas várias componentes. Pela sua análise, é possível constatar o forte impacto que a redução das transferências



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

dos fundos comunitários tem no decréscimo total da receita, explicando totalmente a sua variação negativa. Como já visto anteriormente, todas as outras rubricas da receita aumentaram, face a 2015, não tendo, no entanto, sido suficientes para compensar esta queda.



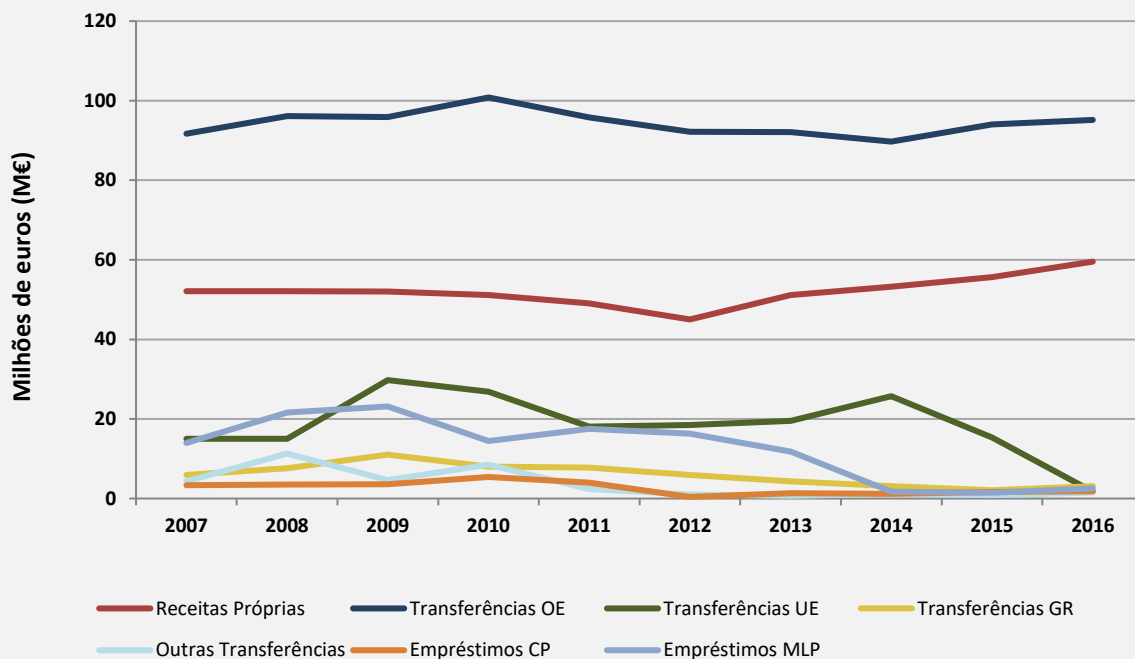
O Gráfico 3.2 apresenta a evolução das várias rubricas da receita, nos últimos 10 anos.

A sua análise permite perceber que as rubricas com maior peso - receitas próprias e Fundos OE - têm registado aumentos constantes, desde o ano de 2012 e 2014, respetivamente. Os fundos UE têm um comportamento bastante oscilatório, ao longo do período, registando uma forte queda no último ano, conforme já visto. As restantes rubricas da receita, têm todas perdido peso no total, sendo de destacar os empréstimos de médio e longo prazo, que, desde o ano de 2014, sofreram uma queda acentuada no seu valor.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 3.2 - Evolução das principais componentes da receita municipal



Analisando a estrutura da receita dos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios (Quadro 3.2), verifica-se que esta difere bastante de acordo com o tipo de organismo. Enquanto no caso dos municípios as transferências do OE são a principal rubrica da receita, representando em média cerca de 58% da receita total e variando entre 45% em Ponta Delgada e 89% em Lajes das Flores, no caso dos serviços e associações de municípios são as receitas próprias que têm maior peso.

Nas freguesias, tratadas em capítulo próprio, as receitas próprias têm um peso mais baixo, sendo compensadas pelas transferências recebidas do município (delegação de competências) e do Governo Regional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 3.2 - Receitas 2016

MUNICÍPIOS	Receitas Próprias	%	Transferências OE	%	Transferências UE	%	Transferências GR	%	Transferências (outras)	%	Empréstimos	%	Total
VPT	1.723.931	30,7	3.823.659	68,1	35.297	0,6	4.913	0,1	26.241	0,5			5.614.041
PDL	17.098.195	53,6	14.460.115	45,4	28.366	0,1	214.735	0,7	78.273	0,2			31.879.684
RGR	7.921.609	39,5	9.257.765	46,1	15.340	0,1	471.507	2,4	759.370	3,8	1.638.094	8,2	20.063.685
LAG	4.873.829	49,1	4.654.885	46,9			386.426	3,9	9.075	0,1			9.924.215
VFC	3.411.424	42,3	4.400.534	54,6	12.187	0,2	209.060	2,6	32.061	0,4			8.065.266
POV	1.766.571	29,3	4.213.301	69,8					54.675	0,9			6.034.548
NRD	889.589	16,8	4.325.115	81,8			54.243	1,0	20.065	0,4			5.289.012
AGH	6.499.153	37,7	9.778.906	56,7	621.426	3,6	336.725	2,0	12.902	0,1			17.249.111
PVT	3.160.890	26,2	6.775.499	56,1	29.782	0,2	504.422	4,2	62.931	0,5	1.550.000	12,8	12.083.525
SCG	909.357	23,4	2.835.506	72,9	81.260	2,1	46.968	1,2	18.524	0,5			3.891.615
CAL	1.013.569	22,0	3.402.730	73,8	92.630	2,0			101.743	2,2			4.610.671
VEL	1.630.208	26,8	3.935.107	64,6	470.438	7,7	40.000	0,7	16.092	0,3			6.091.845
SRP	977.099	21,5	3.107.007	68,5			440.760	9,7	12.931	0,3			4.537.797
LPC	1.130.358	21,3	3.892.224	73,5	14.678	0,3			234.243	4,4	25.000	0,5	5.296.504
MAD	1.806.797	24,9	4.146.736	57,2	116.540	1,6	26.766	0,4	27.270	0,4	1.130.000	15,6	7.254.110
HRT	4.087.220	40,8	5.627.570	56,2	131.452	1,3	162.000	1,6	2.438	0,0			10.010.681
SCF	296.548	11,0	2.342.153	87,2	35.827	1,3			12.931	0,5			2.687.459
LFL	266.049	8,9	2.662.100	89,3	52.407	1,8			0	0,0			2.980.556
CRV	74.812	4,1	1.497.490	81,7	6.400	0,3	240.468	13,1	14.017	0,8			1.833.187
CM	59.537.208	36,0	95.138.403	57,5	1.744.030	1,1	3.138.992	1,9	1.495.785	0,9	4.343.094	2,6	165.397.511
SMPD	10.792.285	94,2							660.352	5,8			11.452.637
SMAH	6.052.753	98,7							80.283	1,3			6.133.037
SM	16.845.038	95,8							740.635	4,2			17.585.673
AMRAA	2.260.476	97,9			47.458	2,1							2.307.934
AMISM	219.384	84,3			40.866	15,7							260.250
AMIP	141.680	87,0			7.591	4,7			13.503	8,3			162.774
AM	2.621.540	96,0			95.915	3,5			13.503	0,5			2.730.958
CM+SM+AM	79.003.786	42,5	95.138.403	51,2	1.839.945	1,0	3.138.992	1,7	2.249.924	1,2	4.343.094	2,3	185.714.143
FREGUESIAS	Receitas Próprias	%	Transferências OE	%	Transferências UE	%	Transferências GR	%	Transferências (outras)	%	Transferências CM	%	Total
RECEITAS	1.555.928	9,4	5.689.574	34,4	30.600	0,2	3.710.676	22,4	206.847	1,2	5.361.410	32,4	16.555.035

3.1.1 Receitas próprias

As receitas próprias das autarquias representam cerca de um terço das suas receitas totais e resultam, fundamentalmente, da cobrança de impostos, taxas e venda de bens e serviços. No ano de 2016, as receitas próprias dos municípios totalizaram 59,5 M€, crescendo, assim, 6,9% em relação ao ano anterior. Conforme pode ser observado no Quadro 3.3, as principais fontes de receitas próprias são as receitas decorrentes da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que representam, aproximadamente, um terço do total, as receitas provenientes do fornecimento de água (12,9% ou 21,7% se considerarmos os Serviços Municipalizados) e as outras receitas próprias, onde se incluem a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) que este ano aumentou cerca de 1,2



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

M€, explicando, praticamente, a variação positiva de 15,3% ocorrida no total das “outras receitas próprias”. A receita arrecadada com o IMI diminuiu, pela primeira vez, em dez anos, 5,7%. Pelo contrário, outras duas importantes fontes de receitas próprias como o Imposto Único de Circulação (IUC) e o Imposto sobre as transações Onerosas (IMT), que decresciam desde 2013, aumentaram este ano, 1,0% e 8,2%, respetivamente.

QUADRO 3.3 – Evolução e estrutura das receitas próprias

								Euros
RECEITAS PRÓPRIAS	2014		2015		Δ %	2016		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Imposto municipal s/ imóveis - IMI	20.026.433	37,6	20.979.299	37,7	4,8	19.788.118	33,2	-5,7
Imposto único de circulação - IUC	4.367.317	8,2	4.084.214	7,3	-6,5	4.125.839	6,9	1,0
Imposto municipal s/ transaç - IMT	4.722.661	8,9	4.632.753	8,3	-1,9	5.011.329	8,4	8,2
Derrama	1.814.296	3,4	2.617.546	4,7	44,3	2.060.724	3,5	-21,3
Loteamentos e obras	1.118.026	2,1	786.747	1,4	-29,6	828.163	1,4	5,3
Ocupação da via pública	570.364	1,1	522.607	0,9	-8,4	756.042	1,3	44,7
Saneamento (esgotos e lixos)	4.905.409	9,2	5.173.633	9,3	5,5	5.720.207	9,6	10,6
Juros, rendas e dividendos	911.248	1,7	2.252.463	4,0	147,2	3.215.447	5,4	42,8
Venda de bens correntes	167.483	0,3	87.981	0,2	-47,5	70.741	0,1	-19,6
Fornecimento de água	7.126.714	13,4	7.306.063	13,1	2,5	7.699.387	12,9	5,4
Trabalhos para particulares	155.379	0,3	203.158	0,4	30,8	362.171	0,6	78,3
Venda de bens de investimento	1.283.643	2,4	722.665	1,3	-43,7	784.563	1,3	8,6
Outras receitas próprias	6.106.320	11,5	6.311.939	11,3	3,4	9.114.476	15,3	44,4
Totais	53.275.292	100,0	55.681.067	100,0	4,5	59.537.208	100,0	6,9

3.1.2 Fundos do Orçamento do Estado

As transferências de fundos do OE, previstas no art.º 25 da Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), são a mais importante fonte de receita dos municípios, representando mais de metade das suas receitas totais (57,5%). Os seus valores são definidos, anualmente, e publicados no anexo XIX da Lei do OE.

No Quadro 3.4 estão registados os valores atribuídos, desde o ano de 2005, às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e também aos municípios do Continente. Como é possível verificar, desde o ano de 2014, que os valores atribuídos aos municípios dos Açores têm aumentado de forma progressiva. No ano de 2016 o aumento foi de 2,8%.



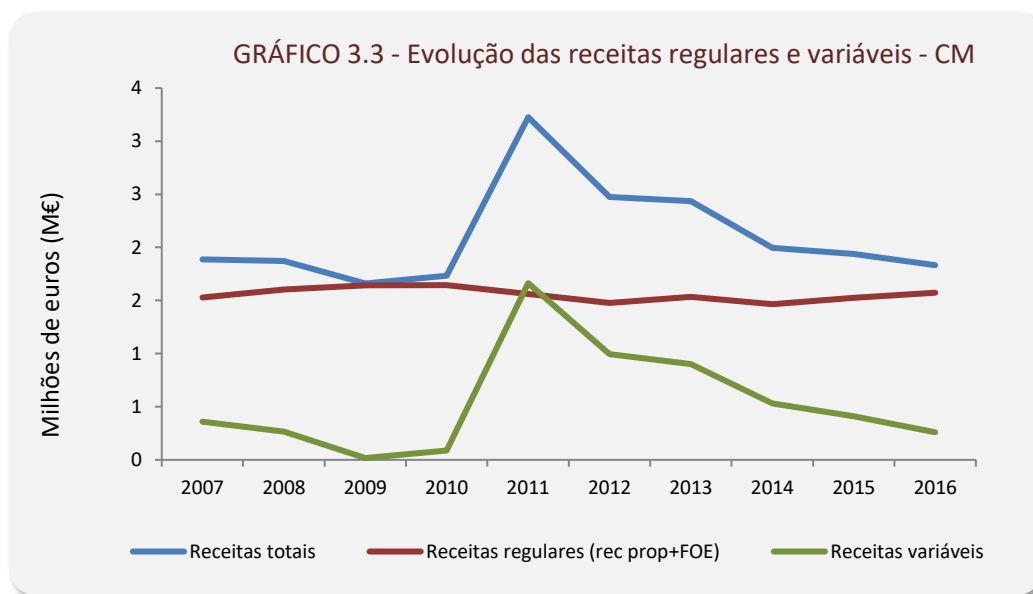
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 3.4 - Evolução dos Fundos OE

Euros								
Municípios	TOTAL PAÍS	Variação anual %	CONTINENTE	Variação anual %	AÇORES	Variação anual %	MADEIRA	Variação anual %
2005	2.298.418.595	2,1%	2.144.095.252	0,0%	91.454.921	2,2%	62.868.422	2,2%
2006	2.298.418.595	0,0%	2.144.095.252	0,0%	91.454.921	0,0%	62.868.422	0,0%
2007	2.298.418.595	0,0%	2.143.286.692	0,0%	91.724.530	0,3%	63.407.373	0,9%
2008	2.406.532.953	4,7%	2.243.910.189	4,7%	96.310.757	5,0%	66.312.007	4,6%
2009	2.513.722.014	4,5%	2.343.220.558	4,4%	101.126.295	5,0%	69.375.161	4,6%
2010	2.525.840.322	0,5%	2.353.821.859	0,5%	102.162.907	1,0%	69.855.556	0,7%
2011	2.397.864.673	-5,1%	2.234.926.839	-5,1%	96.575.055	-5,5%	66.362.779	-5,0%
2012	2.283.996.289	-4,7%	2.128.783.515	-4,7%	92.140.392	-4,6%	63.072.382	-5,0%
2013	2.284.229.497	0,0%	2.128.979.953	0,0%	92.203.246	0,1%	63.046.298	0,0%
2014	2.176.235.813	-4,7%	2.025.304.676	-4,9%	89.668.379	-2,7%	61.262.758	-2,8%
2015	2.302.605.962	5,8%	2.145.568.496	5,9%	94.140.008	5,0%	62.897.458	2,7%
2016	2.326.558.086	1,0%	2.167.972.840	1,0%	95.295.513	1,2%	63.289.733	0,6%
2017	2.393.304.022	2,9%	2.229.801.810	2,9%	97.986.426	2,8%	65.515.786	3,5%

Quer pelo seu peso, quer pelo seu carácter de regularidade, os fundos do OE revestem-se de uma grande importância para os municípios. São estas receitas que, juntamente com as receitas próprias, constituem as chamadas receitas certas que permitem aos municípios assegurar a sua gestão corrente.

Tal como pode ser observado no Gráfico 3.3, a linha vermelha das receitas regulares, apresenta-se bastante estável e com poucas oscilações, nos últimos 10 anos.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O mesmo não se pode dizer das receitas variáveis, como as transferências do Governo Regional, empréstimos e transferências dos fundos comunitários, que pelas suas características apresentam um comportamento bastante oscilatório (linha verde).

No Quadro 3.5, apresentam-se para os municípios, serviços municipalizados, associações de municípios e freguesias as receitas certas decompostas entre receitas próprias e transferências de fundos OE.

QUADRO 3.5 - Receitas certas

Municípios	Receitas Próprias	%	Δ % 15-16	Fundos OE	%	Δ % 15-16	Euros	
							Receitas Certas	Δ % 15-16
VPT	1.723.931	31	21,0	3.823.659	69	1,2	5.547.590	6,6
PDL	17.098.195	54	2,1	14.460.115	46	1,2	31.558.310	1,7
RGR	7.921.609	46	3,8	9.257.765	54	1,2	17.179.374	2,4
LAG	4.873.829	51	8,8	4.654.885	49	1,2	9.528.714	5,0
VFC	3.411.424	44	4,1	4.400.534	56	1,2	7.811.958	2,5
POV	1.766.571	30	10,8	4.213.301	70	1,6	5.979.872	4,2
NRD	889.589	17	20,1	4.325.115	83	1,3	5.214.704	4,1
AGH	6.499.153	40	15,5	9.778.906	60	0,0	16.278.059	5,7
PVT	3.160.890	32	6,4	6.775.499	68	1,2	9.936.389	2,8
SCG	909.357	24	1,1	2.835.506	76	1,3	3.744.863	1,2
CAL	1.013.569	23	-2,0	3.402.730	77	1,2	4.416.299	0,5
VEL	1.630.208	29	18,6	3.935.107	71	1,2	5.565.315	5,8
SRP	977.099	24	10,9	3.107.007	76	1,2	4.084.106	3,4
LPC	1.130.358	23	-9,2	3.892.224	77	1,2	5.022.582	-1,3
MAD	1.806.797	30	21,4	4.146.736	70	1,2	5.953.534	6,6
HRT	4.087.220	42	11,4	5.627.570	58	2,5	9.714.790	6,1
SCF	296.548	11	16,1	2.342.153	89	1,2	2.638.701	2,7
LFL	266.049	9	-7,5	2.662.100	91	1,2	2.928.149	0,4
CRV	74.812	5	46,9	1.497.490	95	1,5	1.572.302	3,0
CM	59.537.208	38	6,9	95.138.403	62	1,2	154.675.610	3,3
SMPD	10.792.285	100	3,0	0	0	-	10.792.285	3,0
SMAH	6.052.753	100	-9,8	0	0	-	6.052.753	-9,8
SM	16.845.038	100	-2,0	0	0	-	16.845.038	-2,0
AMRAA	2.260.476	100	33,3	0	0	-	2.260.476	33,3
AMISM	219.384	100	-59,8	0	0	-	219.384	-59,8
AMIP	141.680	100	-27,3	0	0	-	141.680	-27,3
AM	2.621.540	100	7,6	0	0	-	2.621.540	7,6
CM+SM+AM	79.003.786	45	4,9	95.138.403	55	1,2	174.142.188	2,9
FREGUESIAS	Receitas Próprias	%	Δ %	Transf OE	%	Δ %	Receitas Certas	Δ %
RECEITAS	1.555.928	21	3,6	5.689.574	79	0,5	7.245.503	1,2



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Pela sua observação, é possível perceber, em primeiro lugar, que, apesar das receitas próprias para o total dos municípios da RAA terem aumentado na generalidade, analisando município a município, verificam-se algumas situações de diminuição, como são os casos da Calheta (-2,0%), Lajes do Pico (-9,2%) e Lajes das Flores (-7,5%).

Também os serviços municipalizados registaram uma quebra no valor das suas receitas próprias. As associações de municípios, influenciadas pelo resultado da AMRAA, e as freguesias viram aumentar, no total, as suas receitas próprias.

Adicionalmente, a análise ao quadro permite perceber a importância acrescida que as transferências dos fundos OE têm para os municípios mais pequenos, uma vez que estes têm uma menor capacidade para arrecadar receitas próprias.

Como exemplos dessa situação, temos os municípios das ilhas das Flores e Corvo em que o peso destas transferências anda na ordem dos 90%. Repare-se, como no caso dos municípios maiores, como Ponta Delgada, Lagoa ou Angra do Heroísmo a proporção entre os dois tipos de receita é bastante mais equilibrado.

Tal como pode ser observado no Quadro 3.6, o valor das receitas certas é, para a generalidade dos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios suficiente para “pagar” as despesas gerais de funcionamento e as obrigações com o serviço da dívida (juros e amortizações de empréstimos). Após o cumprimento destes compromissos, há ainda lugar à libertação de algum saldo para investimento e pagamento de outras despesas de capital. Apenas no caso da AMIP esta situação não se verifica.

Em média, os municípios conseguem libertar 28,5% das receitas certas para este tipo de operação, mais do que os serviços municipalizados (26,9%) e do que as associações de municípios (3,3%).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 3.6 - Utilização das receitas certas 2016

Euros

CM - SM - AM	Receitas Certas (Rec próprias + Fundos OE) (1)	Despesas correntes (2)	Amortiz de empréstimos e out div mlp (3)	Saldo disponível para investim e out desp capital 1-2-3	% das receitas certas
VPT	5.547.590	3.864.345	81.703	1.601.543	28,9%
PDL	31.558.310	24.994.282	477.086	6.086.942	19,3%
RGR	17.179.374	10.432.994	121.325	6.625.055	38,6%
LAG	9.528.714	6.759.406	307.098	2.462.210	25,8%
VFC	7.811.958	5.474.873	175.115	2.161.970	27,7%
POV	5.979.872	4.087.201	441.630	1.451.042	24,3%
NRD	5.214.704	3.495.254	309.315	1.410.135	27,0%
AGH	16.278.059	10.453.807	203.874	5.620.378	34,5%
PVT	9.936.389	6.708.020	388.151	2.840.218	28,6%
SCG	3.744.863	2.702.028	101.552	941.283	25,1%
CAL	4.416.299	2.462.330	37.764	1.916.204	43,4%
VEL	5.565.315	3.392.702	60.727	2.111.885	37,9%
SRP	4.084.106	2.909.363	166.371	1.008.372	24,7%
LPC	5.022.582	3.201.213	257.307	1.564.062	31,1%
MAD	5.953.534	4.572.754	162.730	1.218.050	20,5%
HRT	9.714.790	6.659.030	170.220	2.885.540	29,7%
SCF	2.638.701	1.763.346	68.084	807.271	30,6%
LFL	2.928.149	2.048.889	98.089	781.171	26,7%
CRV	1.572.302	996.716	29.487	546.098	34,7%
Total CM	154.675.610	106.978.552	3.657.627	44.039.431	28,5%
SMPD	10.792.285	7.196.862	0	3.595.423	33,3%
SMAH	6.052.753	4.885.804	223.141	943.808	15,6%
Total SM	16.845.038	12.082.666	223.141	4.539.231	26,9%
AMRAA	2.260.476	2.126.231	0	134.245	5,9%
AMISM	219.384	112.360	88.023	19.001	8,7%
AMIP	141.680	207.527	0	-65.847	-46,5%
Total AM	2.621.540	2.446.117	88.023	87.399	3,3%

3.1.3 Fundos Comunitários

O Quadro 3.7 apresenta os valores das transferências de fundos comunitários, por município, no período 2007-2016. Tal como poderá ser observado, o valor máximo foi atingido no ano de 2009 (29,8 M€) e o mais baixo, precisamente, em 2016, com um valor inferior aos dois dígitos (1,7 M€). A média no período 2007-2015 foi de 20,4 M€.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Os campos a amarelo que registam o ano de valor mais baixo para cada município, revelam que apenas os municípios de Santa Cruz da Graciosa, Calheta, Velas e Santa Cruz das Flores não atingiram o ponto mínimo em 2016.

QUADRO 3.7 - Evolução dos Fundos Comunitários

Municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
VPT	370.485	445.352	2.039.505	284.087	143.599	626.034	90.076	759.449	202.557	35.297	499.644
PDL	1.284.717	4.505.418	4.651.889	1.026.010	1.378.906	3.558.321	1.820.660	4.636.470	2.046.938	28.366	2.493.770
RGR	1.480.803	1.319.917	3.999.928	1.736.435	1.776.892	2.466.945	1.079.088	2.046.692	1.808.506	15.340	1.773.055
LAG	37.893	178.163	3.495.315	1.662.437	875.007	947.082	833.444	434.877	58.703	0	852.292
VFC	384.369	14.145	761.194	427.633	535.359	1.716.163	2.003.925	1.169.746	1.472.127	12.187	849.685
POV	373.175	10.230	41.469	1.106.343	1.259.393	183.142	3.939	966.753	204.188	0	414.863
NRD	992.241	598.097	1.490.220	1.256.088	362.486	1.163.440	770.849	1.983.861	31.768	0	864.905
AGH	840.680	1.122.172	1.065.845	3.144.019	3.759.762	2.031.401	1.974.710	1.642.720	3.877.953	621.426	2.008.069
PVT	965.641	255.728	2.552.314	6.171.817	1.042.465	650.666	792.000	124.531	577.740	29.782	1.316.268
SCG	1.608.495	702.968	490.382	962.232	1.195.755	1.708.390	907.311	1.216.158	0	81.260	887.295
CAL	2.461.686	1.083.174	509.378	156.741	0	0	0	622.353	1.113.268	92.630	603.923
VEL	504.083	910.961	1.058.455	947.285	526.873	504.604	340.077	505.931	698.556	470.438	646.726
SRP	113.382	302.604	1.104.349	1.217.797	1.480.021	223.184	282.762	198.660	516.131	0	543.889
LPC	1.265.948	1.603.736	406.687	2.139.736	91.252	272.675	2.734.907	1.272.490	254.682	14.678	1.005.679
MAD	815.253	514.036	2.856.548	482.856	546.543	164.244	865.664	1.884.883	663.948	116.540	891.051
HRT	600.439	583.620	2.791.794	1.204.091	770.913	577.224	1.470.165	2.952.832	1.226.060	131.452	1.230.859
SCF	588.101	0	192.728	1.117.655	623.406	232.343	700.571	1.614.631	379.170	35.827	548.443
LFL	178.321	850.190	250.000	1.759.147	149.522	703.480	2.004.626	1.602.633	71.558	52.407	762.188
CRV	129.414	43.983	14.987	66.586	1.579.304	764.679	835.603	91.364	129.469	6.400	366.179
Total	14.995.126	15.044.492	29.772.985	26.868.995	18.097.459	18.494.017	19.510.376	25.727.034	15.333.324	1.744.030	18.558.784

	Valor mais alto nos últimos 10 anos
	Valor mais baixo nos últimos 10 anos

O Quadro 3.8 apresenta o valor das transferências totais de fundos recebidos, por município, nos últimos 10 anos, assim como a sua média por habitante. Das três tipologias de fundos recebidas – Fundos OE, Fundos UE e Transferências do Governo Regional – verifica-se que é a primeira a que tem o maior peso (79,4%), seguindo-se as transferências de Fundos Comunitários (15,6%) e as transferências do Governo Regional (5,0%). Ainda assim, a análise município a município, permite perceber que este peso se altera, significativamente. Veja-se, por exemplo, o caso da Lagoa, Praia da Vitória e Ribeira Grande em que o peso das transferências do Governo Regional é bastante superior à média, 14,2%, 15,3% e 11,2%, respetivamente.

Quanto à média por habitante, é nos municípios mais pequenos e menos populosos como o Corvo (43,2 m.e.) e as Lajes das Flores (22,7 m.e.), que se registam os valores mais elevados, enquanto



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

municípios maiores, como Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo, apresentam valores na ordem dos 2,4 e 3,3 m.e., por habitante.

QUADRO 3.8 - Valor acumulado das principais transferências recebidas nos últimos 10 anos

Euros

CM	Fundos OE	%	Fundos GR	%	Fundos UE	%	Total de Fundos	Fundos OE por habitante	Fundos GR por habitante	Fundos UE por habitante	Total de fundos por habitante
VPT	37.976.457	88,3	13.327	0,0	4.996.440	11,6	42.986.224	6.840	2	900	7.740
PDL	141.844.306	84,0	2.057.338	1,2	24.937.696	14,8	168.839.340	2.061	30	362	2.424
RGR	92.037.308	74,4	13.861.344	11,2	17.730.547	14,3	123.629.199	2.866	432	552	3.418
LAG	46.247.821	72,4	9.096.973	14,2	8.522.920	13,3	63.867.714	3.208	631	591	3.799
VFC	43.837.518	81,9	1.162.612	2,2	8.496.849	15,9	53.496.979	3.904	104	757	4.661
POV	40.776.721	88,9	925.275	2,0	4.148.632	9,0	45.850.628	6.445	146	656	7.101
NRD	42.985.112	82,6	394.279	0,8	8.649.048	16,6	52.028.439	8.707	80	1.752	10.459
AGH	98.291.315	81,2	2.604.363	2,2	20.080.688	16,6	120.976.366	2.776	74	567	3.344
PVT	67.320.707	70,8	14.581.107	15,3	13.162.684	13,8	95.064.497	3.200	693	626	3.826
SCG	28.077.698	73,6	1.191.428	3,1	8.872.950	23,3	38.142.076	6.394	271	2.021	8.415
CAL	33.657.464	84,6	64.829	0,2	6.039.230	15,2	39.761.523	8.921	17	1.601	10.521
VEL	39.230.627	84,7	636.979	1,4	6.467.263	14,0	46.334.869	7.268	118	1.198	8.466
SRP	30.963.410	80,8	1.935.835	5,0	5.438.891	14,2	38.338.136	9.139	571	1.605	10.744
LPC	38.811.862	72,5	4.697.115	8,8	10.056.792	18,8	53.565.769	8.239	997	2.135	10.373
MAD	41.266.472	79,7	1.599.478	3,1	8.910.514	17,2	51.776.464	6.822	264	1.473	8.295
HRT	55.176.477	80,9	726.606	1,1	12.308.589	18,0	68.211.672	3.680	48	821	4.501
SCF	23.439.606	80,5	182.707	0,6	5.484.433	18,8	29.106.746	10.240	80	2.396	12.636
LFL	26.585.487	74,1	1.672.709	4,7	7.621.884	21,2	35.880.080	17.677	1.112	5.068	22.744
CRV	14.944.020	74,3	1.514.591	7,5	3.661.788	18,2	20.120.399	34.754	3.522	8.516	43.269
RAA	943.470.388	79,4	58.918.895	5,0	185.587.838	15,6	1.187.977.120	3.824	239	752	4.576

3.1.4 Empréstimos

Os empréstimos constituem, atualmente, uma fonte de receita pouco significativa para os municípios – em 2016 representaram 2,5% do total das receitas recebidas. Esta realidade alterou-se bastante, a partir do ano de 2013, com a entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais e com os novos critérios, bastante mais rigorosos, relativos ao endividamento municipal. Veja-se que no período 2007-2013 o peso dos empréstimos nas receitas totais era de aproximadamente 10% e estes rondavam os 20 M€ anuais, realidade bastante diferente da que agora se apresenta. Ainda assim, no ano de 2016, o valor total dos empréstimos aumentou, pelo segundo ano consecutivo, cerca de 39,9%, sobretudo via aumento dos empréstimos de médio e longo prazo para investimento (74,4%). Os empréstimos de curto prazo também aumentaram, mas a uma escala bastante mais baixa (9,4%). Este tipo de empréstimo constitui uma forma de o município antecipar receitas previstas e, de acordo com a lei, deve ser liquidado no próprio ano.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 3.9 - Empréstimos contraídos

Tipo de empréstimo	Euros										Δ % 15-16
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Curto Prazo	3.351.325	3.551.119	4.700.783	5.419.833	4.010.000	400.000	1.330.000	1.140.000	1.650.000	1.805.000	9,4
MLP-Invest	13.937.108	12.083.385	16.017.606	8.677.828	3.123.232	1.998.111	28.172	241.000	1.455.001	2.538.094	74,4
MLP-San Fin	0	9.500.000	6.020.205	5.758.698	14.357.651	11.534.168	4.401.020	0	0	0	-
MLP-Estado	0	0	0	0	0	2.802.182	7.344.316	1.520.987	0	0	-
Total MLP	13.937.108	21.583.385	22.037.811	14.436.526	17.480.882	16.334.461	11.773.508	1.761.987	1.455.001	2.538.094	74,4
Total	17.288.433	25.134.503	26.738.594	19.856.359	21.490.882	16.734.461	13.103.508	2.901.987	3.105.001	4.343.094	39,9

3.2 Receitas correntes e receitas de capital

Outra forma de analisar as receitas tem a ver com o tipo de despesa que estas irão financiar, falando-se em receitas correntes quando estas se destinam, sobretudo, a assegurar o pagamento de despesas correntes, como as despesas de funcionamento, e em receitas de capital quando estas se destinam a financiar as despesas de capital, como é o caso das despesas de investimento realizadas pela autarquia.

No Quadro 3.10, apresenta-se a estrutura das receitas correntes dos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios, no ano 2016. Como é possível verificar, no caso dos municípios, mais de dois terços das receitas correntes derivam de transferências correntes recebidas, onde se incluem as transferências de fundos (OE, UE e Governo Regional). A segunda fonte de receitas correntes prende-se com a cobrança de impostos e taxas (receitas próprias). No caso dos serviços municipalizados e associações de municípios, a principal origem das receitas é a venda de bens e serviços correntes onde se inclui, no caso dos serviços municipalizados, a venda e fornecimento de água.

As receitas correntes, apesar de terem como principal objetivo fazer face a despesas correntes, podem também ser usadas para financiar despesas de capital. Esta situação pode ocorrer mediante a utilização do saldo corrente liberto (receitas correntes – despesas correntes), que pode depois ser canalizado para pagamento de despesas de capital. Em 2016, o valor do saldo corrente dos municípios foi de 38,6 M€. No caso dos serviços municipalizados e associações de municípios o seu valor foi de 4,7 Me e 0,2 M€, respetivamente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 3.10 - Estrutura das receitas correntes

Euros												
Município	Transferências correntes	%	Impostos e taxas	%	Bens e serviços	%	Outras rec correntes	%	Total Receitas correntes	%	Despesas correntes	Saldo corrente
VPT	3.545.372	71,7%	703.241	14,2%	460.522	9,3%	234.500	4,7%	4.943.634	100%	3.864.345	1.079.290
PDL	13.567.818	44,4%	11.999.216	39,2%	3.293.547	10,8%	1.729.023	5,7%	30.589.603	100%	24.994.282	5.595.321
RGR	9.437.642	55,7%	3.182.148	18,8%	4.261.332	25,2%	61.684	0,4%	16.942.806	100%	10.432.994	6.509.813
LAG	4.321.976	47,6%	2.245.296	24,7%	2.416.697	26,6%	94.862	1,0%	9.078.831	100%	6.759.406	2.319.425
VFC	4.037.800	54,2%	2.199.598	29,5%	1.191.194	16,0%	19.269	0,3%	7.447.861	100%	5.474.873	1.972.987
POV	3.869.681	71,0%	910.903	16,7%	666.768	12,2%	2.595	0,0%	5.449.948	100%	4.087.201	1.362.747
NRD	3.986.093	82,6%	665.634	13,8%	42.066	0,9%	134.389	2,8%	4.828.182	100%	3.495.254	1.332.928
AGH	8.996.542	62,5%	4.630.218	32,1%	628.235	4,4%	148.511	1,0%	14.403.506	100%	10.453.807	3.949.699
PVT	6.426.250	69,2%	2.233.939	24,0%	218.602	2,4%	410.668	4,4%	9.289.459	100%	6.708.020	2.581.438
SCG	2.590.925	74,0%	567.742	16,2%	329.003	9,4%	12.613	0,4%	3.500.282	100%	2.702.028	798.254
CAL	3.077.245	75,3%	496.017	12,1%	394.979	9,7%	117.511	2,9%	4.085.752	100%	2.462.330	1.623.422
VEL	3.579.115	68,7%	529.048	10,2%	755.673	14,5%	345.487	6,6%	5.209.323	100%	3.392.702	1.816.620
SRP	2.824.675	74,3%	561.413	14,8%	408.068	10,7%	6.213	0,2%	3.800.369	100%	2.909.363	891.006
LPC	3.545.495	76,0%	565.072	12,1%	545.660	11,7%	9.239	0,2%	4.665.466	100%	3.201.213	1.464.252
MAD	3.787.982	68,5%	988.309	17,9%	750.639	13,6%	4.998	0,1%	5.531.927	100%	4.572.754	959.173
HRT	5.162.096	55,8%	2.498.528	27,0%	1.584.485	17,1%	2.295	0,0%	9.247.405	100%	6.659.030	2.588.375
SCF	2.130.937	87,8%	189.880	7,8%	19.841	0,8%	86.827	3,6%	2.427.485	100%	1.763.346	664.139
LFL	2.400.398	90,0%	152.397	5,7%	39.874	1,5%	73.203	2,7%	2.665.872	100%	2.048.889	616.983
CRV	1.379.132	94,9%	24.754	1,7%	15.987	1,1%	34.052	2,3%	1.453.926	100%	996.716	457.210
Total CM	88.667.173	60,9%	35.343.351	24,3%	18.023.173	12,4%	3.527.939	2,4%	145.561.636	100%	106.978.552	38.583.084
SMPD			13.510	0,1%	10.476.542	97,2%	291.842	2,7%	10.781.894	100%	7.196.862	3.585.032
SMAH			18.292	0,3%	5.922.820	98,3%	81.146	1,3%	6.022.258	100%	4.885.804	1.136.454
Total SM			31.802	0,2%	16.399.362	97,6%	372.988	2,2%	16.804.152	100%	12.082.666	4.721.486
AMRAA	47.458	2,1%			2.134.250	92,5%	126.226	5,5%	2.307.934	100%	2.126.231	181.703
AMISM					34.853	17,7%	162.111	82,3%	196.964	100%	112.360	84.604
AMIP	13.503	8,7%			141.680	91,3%			155.183	100%	207.527	-52.344
Total AM	60.962	2,3%			2.310.782	86,9%	288.337	10,8%	2.660.081	100%	2.446.117	213.964

3.3 Fontes de financiamento das despesas de capital

As receitas de capital apenas podem financiar ou servir de contrapartida orçamental a despesas de capital. Já as receitas correntes podem servir de contrapartida a despesas correntes ou de capital.

No quadro 3.11, apresentam-se as principais fontes de financiamento das despesas de capital, dos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios, no ano de 2016. Analisando esse quadro, verifica-se que, no caso dos municípios, uma parte substancial das despesas de capital é financiada, precisamente, pelo saldo corrente (51,5%) e pelo saldo da gerência anterior (22,0%) que, de acordo com as regras de equilíbrio orçamental, não deve ser utilizado para financiar despesas correntes. As receitas de capital propriamente ditas, que perfazem 26,5% do total dos recursos aplicados em despesas de capital, provêm das transferências dos Fundos OE, dos Fundos Comunitários, das Transferências de capital do Governo, de empréstimos e de outras receitas de capital, nomeadamente a venda de bens de investimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Pela análise individualizada de cada município, constata-se realidades bastante distintas da média geral, como são os casos, por exemplo, da Praia da Vitória, Lajes do Pico e Madalena, cujos pesos do saldo da gerência anterior são bastante reduzidos (1,7%, 1,5% e 1,3%, respetivamente) e contrabalançados com maiores valores de empréstimos contraídos: 28,3% no caso da Praia da Vitória e 41,6% no caso da Madalena.

Relativamente aos serviços municipalizados e associações de municípios, o saldo da gerência anterior foi a principal fonte de financiamento das despesas de capital.

QUADRO 3.11 - Fontes de financiamento das despesas de capital

Euros

CM	Saldo Inicial	%	Saldo Corrente	%	Fundos OE capital	%	Fundos UE capital	%	Fundos GR capital	%	Empréstimos	%	Outras rec capital	%	Total disponível	%
VPT	727.211	29,4%	1.079.290	43,6%	309.441	12,5%	35.297	1,4%					325.000	13,1%	2.476.238	100%
PDL	1.565.208	18,5%	5.595.321	66,2%	981.884	11,6%	28.366	0,3%	203.421	2,4%			72.004	0,9%	8.446.204	100%
RGR	1.785.068	15,6%	6.509.813	57,0%	781.826	6,9%	15.340	0,1%	267.674	2,3%	1.638.094	14,4%	414.190	3,6%	11.412.005	100%
LAG	185.090	5,5%	2.319.425	69,2%	397.585	11,9%			330.825	9,9%			116.974	3,5%	3.349.899	100%
VFC	760.615	22,7%	1.972.987	58,9%	395.408	11,8%	12.187	0,4%	208.448	6,2%					3.349.645	100%
POV	44.863	2,3%	1.362.747	68,5%	398.295	20,0%							183.845	9,2%	1.989.750	100%
NRD	1.309.163	42,2%	1.332.928	43,0%	413.330	13,3%							47.500	1,5%	3.102.921	100%
AGH	2.573.272	27,5%	3.949.699	42,2%	795.266	8,5%	621.426	6,6%	336.725	3,6%			1.091.111	11,6%	9.367.500	100%
PVT	93.803	1,7%	2.581.438	47,2%	573.368	10,5%	29.782	0,5%	343.235	6,3%	1.550.000	28,3%	297.501	5,4%	5.469.127	100%
SCG	250.768	17,4%	798.254	55,4%	265.425	18,4%	81.260	5,6%	44.648	3,1%			0	0,0%	1.440.354	100%
CAL	1.080.935	33,5%	1.623.422	50,3%	327.228	10,1%	92.630	2,9%					103.707	3,2%	3.227.921	100%
VEL	2.735.899	50,3%	1.816.620	33,4%	372.084	6,8%	470.438	8,7%	40.000	0,7%					5.435.042	100%
SRP	192.427	10,6%	891.006	49,0%	295.263	16,2%			440.760	24,2%					1.819.456	100%
LPC	32.315	1,5%	1.464.252	68,9%	370.325	17,4%	14.678	0,7%			25.000	1,2%	220.098	10,3%	2.126.669	100%
MAD	35.996	1,3%	959.173	35,3%	388.519	14,3%	116.540	4,3%	24.272	0,9%	1.130.000	41,6%	59.847	2,2%	2.714.347	100%
HRT	1.077.906	24,3%	2.588.375	58,4%	472.912	10,7%	131.452	3,0%	157.000	3,5%			1.912	0,0%	4.429.557	100%
SCF	1.043.453	53,0%	664.139	33,8%	224.147	11,4%	35.827	1,8%					0	0,0%	1.967.566	100%
LFL	296.413	24,1%	616.983	50,2%	261.702	21,3%	52.407	4,3%					575	0,0%	1.228.080	100%
CRV	662.017	44,2%	457.210	30,5%	147.843	9,9%	6.400	0,4%	225.000	15,0%			0	0,0%	1.498.470	100%
Total CM	16.452.421	22,0%	38.583.084	51,5%	8.171.851	10,9%	1.744.030	2,3%	2.622.008	3,5%	4.343.094	5,8%	2.934.263	3,9%	74.850.750	100%
SMPD	3.242.152	43,2%	3.585.032	47,8%									669.751	8,9%	7.496.935	100%
SMAH	2.243.437	64,3%	1.136.454	32,6%									107.283	3,1%	3.487.174	100%
Total SM	5.485.588	49,9%	4.721.486	43,0%									777.034	7,1%	10.984.109	100%
AMRAA	98.131	35,1%	181.703	64,9%											279.834	100%
AMISM	599.210	80,2%	84.604	11,3%			40.866	5,5%					22.420	3,0%	747.100	100%
AMIP	79.066	230,4%	-52.344	-152,5%			7.591	22,1%							34.313	100%
Total AM	776.406	73,2%	213.964	20,2%			48.457	4,6%					22.420	2,1%	1.061.247	100%



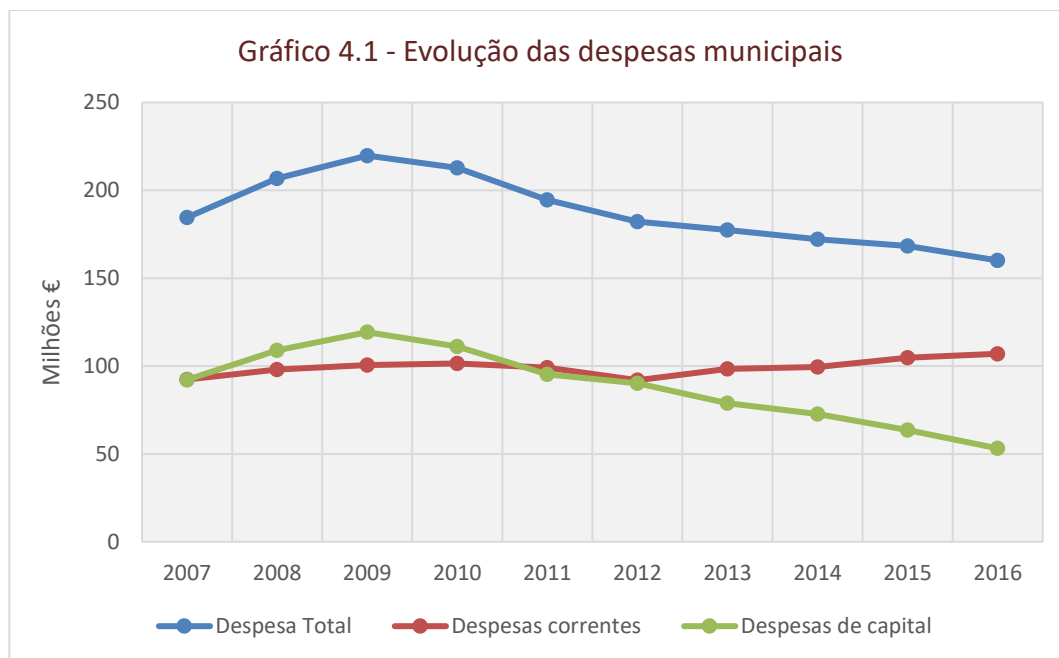
4. DESPESAS MUNICIPAIS

4.1 Estrutura e evolução das despesas

Os municípios da RAA efetuaram despesas em 2016, no valor global de 160,1 M€, um valor inferior em 4,9%, comparado com o ano anterior. A redução verificada na despesa foi superior à de 3,3% observada na receita, daí resultando um saldo orçamental no final de 2016 (21,7 M€), superior ao saldo existente em 1 de janeiro deste ano (16,5 M€).

No Gráfico 4.1 pode observar-se uma redução anual nas despesas totais dos municípios desde 2009, registando-se entre esse ano e 2016 uma redução de 27%. No entanto, as despesas correntes e as despesas de capital mostram comportamentos opostos nos últimos anos, uma vez que as despesas correntes envolvem encargos fixos de funcionamento, sendo mais difícil reduzi-las.

Em 2016, as despesas correntes aumentaram 2%, mas as despesas de capital diminuíram 16%.



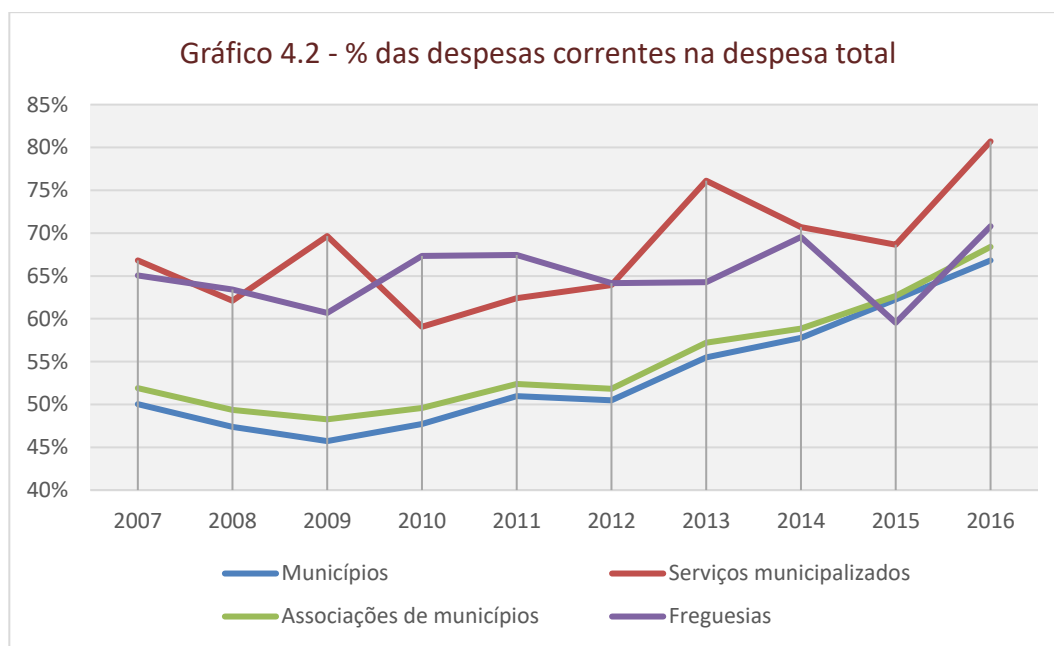
Se compararmos com as receitas correntes e de capital, as correntes aumentaram 3%, mas as receitas de capital diminuíram 34%. A redução das despesas de capital em “apenas” 16%, face ao comportamento verificado nas receitas de capital, fica a dever-se ao excesso das receitas correntes



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

sobre as despesas correntes, no valor global de 38,5 M€, que constituiu fonte de financiamento das despesas de capital. A este saldo corrente junta-se o saldo orçamental transitado do ano anterior como outra fonte de despesa de capital, para além das próprias receitas de capital recebidas no ano de 2016.

Comparando os 4 grupos de entidades entre si, em 2016, as despesas correntes representaram 66,8% das despesas totais nos municípios, 80,7% nos serviços municipalizados, 68,4% nas associações de municípios e 70,8% nas freguesias. Em qualquer destes grupos de entidades, o peso percentual das despesas correntes em 2016 foi o maior da década. A tendência de diminuição nas receitas reflete-se mais nas despesas de investimento, que têm sofrido reduções assinaláveis nos últimos anos.



O Quadro 4.1 mostra as despesas globais dos 4 grupos de entidades autárquicas (municípios, associações, serviços municipalizados e freguesias) do último triénio, desagregadas por grandes rubricas da despesa, nomeadamente, pessoal, bens, serviços e investimento. As freguesias são tratadas em capítulo próprio, mas considera-se oportuno incluí-las neste quadro, possibilitando desde já uma visão geral de todas as entidades do setor público autárquico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Quadro 4.1 - Evolução e estrutura das principais rubricas da despesa

Euros

	2014		2015		Δ %	2016		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Municípios	172.071.030	100,0%	168.372.130	100,0%	-2,1	160.120.904	100,0%	-4,9
Pessoal	51.834.449	30,1%	49.804.785	29,6%	-3,9	49.099.704	30,7%	-1,4
Aquisição de bens	8.068.431	4,7%	8.734.212	5,2%	8,3	9.411.106	5,9%	7,7
Aquisição de serviços	22.418.115	13,0%	27.475.975	16,3%	22,6	29.227.583	18,3%	6,4
Juros de empréstimos	2.986.146	1,7%	2.308.495	1,4%	-22,7	2.128.138	1,3%	-7,8
Amortizações de empréstimos	16.377.601	9,5%	17.876.329	10,6%	9,2	14.466.165	9,0%	-19,1
Investimento direto	45.861.673	26,7%	34.785.527	20,7%	-24,2	28.267.050	17,7%	-18,7
Investimento delegado (adm local, empresas, inst.)	8.721.537	5,1%	8.010.350	4,8%	-8,2	7.663.916	4,8%	-4,3
Transferênc corr p/ instituições n/ lucrativas	4.569.883	2,7%	5.547.475	3,3%	21,4	6.566.426	4,1%	18,4
Transferênc corr e subsíd p/empresas	3.196.656	1,9%	2.439.167	1,4%	-23,7	1.448.010	0,9%	-40,6
Transferênc corr freguesias	2.704.619	1,6%	2.700.599	1,6%	-0,1	2.781.863	1,7%	3,0
Transferênc corr famílias	851.654	0,5%	1.266.386	0,8%	48,7	1.871.867	1,2%	47,8
Transferênc corr segurança social	545.043	0,3%	2.246.069	1,3%	312,1	2.373.322	1,5%	5,7
Outras Transferências	416.805	0,2%	824.347	0,5%	97,8	424.668	0,3%	-48,5
Outras Despesas	3.518.418	2,0%	4.352.414	2,6%	23,7	4.391.087	2,7%	0,9
Serviços municipalizados	16.623.188	100,0%	16.108.631	100,0%	-3,1	14.971.174	100,0%	-7,1
Pessoal	7.286.226	43,8%	6.933.565	43,0%	-4,8	6.687.893	44,7%	-3,5
Aquisição de bens	1.337.507	8,0%	1.222.301	7,6%	-8,6	1.070.673	7,2%	-12,4
Aquisição de serviços	2.389.458	14,4%	2.289.746	14,2%	-4,2	2.355.508	15,7%	2,9
Juros de empréstimos	10.493	0,1%	20.685	0,1%	97,1	20.296	0,1%	-1,9
Amortizações de empréstimos	62.633	0,4%	188.272	1,2%	200,6	223.141	1,5%	18,5
Investimento direto	4.809.976	28,9%	3.746.703	23,3%	-22,1	2.665.367	17,8%	-28,9
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	3.650	0,0%	3.650	0,0%	0,0	4.000	0,0%	9,6
Outras Transferências (famílias, freguesias, etc.)	0	0,0%	1.115.000	6,9%	0,0	1.374.851	9,2%	23,3
Outras Despesas	723.244	4,4%	588.709	3,7%	-18,6	569.445	3,8%	-3,3
Associações de municípios	3.340.284	100,0%	3.560.171	100,0%	6,6	2.548.767	100,0%	-28,4
Pessoal	186.071	5,6%	187.909	5,3%	1,0	186.832	7,3%	-0,6
Aquisição de bens	86.497	2,6%	175.203	4,9%	102,6	102.395	4,0%	-41,6
Aquisição de serviços	668.251	20,0%	565.151	15,9%	-15,4	761.630	29,9%	34,8
Juros de empréstimos	2.836	0,1%	1.690	0,0%	-40,4	373	0,0%	-77,9
Amortizações de empréstimos	88.023	2,6%	88.023	2,5%	0,0	88.023	3,5%	0,0
Investimento direto	729.405	21,8%	199.793	5,6%	-72,6	14.626	0,6%	-92,7
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	30.065	0,9%	16.000	0,4%	-46,8	5.300	0,2%	-66,9
Outras Transferências (famílias, freguesias, etc.)	352	0,0%	17.648	0,5%	4915,2	7.245	0,3%	-58,9
Outras Despesas	1.548.784	46,4%	2.308.755	64,8%	49,1	1.382.342	54,2%	-40,1
CM + AM + SM	192.034.502		188.040.932		-2,1	177.640.845		-5,5

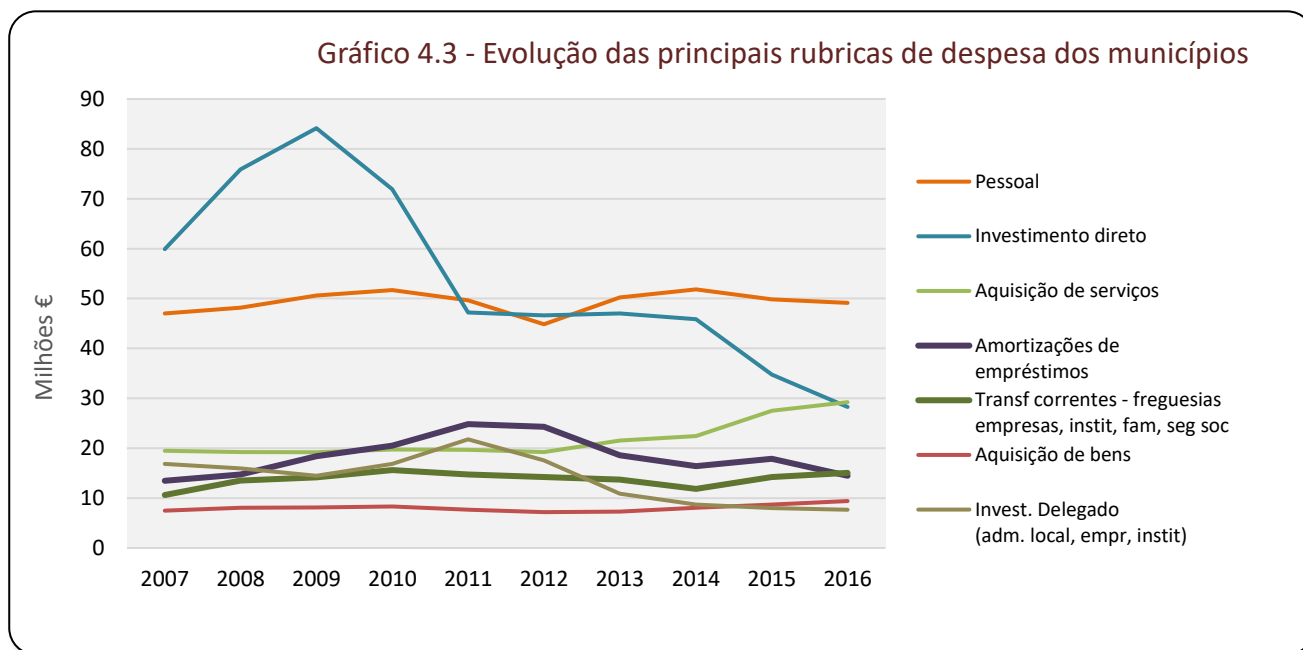
Freguesias	2014		2015		Δ %	2016		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
	14.995.569	100,0%	18.601.050	100,0%	24,0	16.013.646	100,0%	-13,9
Pessoal	4.815.906	32,1%	4.667.416	25,1%	-3,1	4.459.850	27,9%	-4,4
Aquisição de bens	1.745.826	11,6%	1.806.763	9,7%	3,5	1.967.487	12,3%	8,9
Aquisição de serviços	2.606.476	17,4%	2.916.150	15,7%	11,9	3.136.823	19,6%	7,6
Juros de empréstimos	30.140	0,2%	13.887	0,1%	-53,9	7.007	0,0%	-49,5
Amortizações de empréstimos	205.998	1,4%	3.174	0,0%	-98,5	3.627	0,0%	14,3
Investimento direto	4.253.825	28,4%	7.474.915	40,2%	75,7	4.623.294	28,9%	-38,1
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	590.981	3,9%	652.683	3,5%	10,4	642.870	4,0%	-1,5
Transferênc corr famílias	195.757	1,3%	152.267	0,8%	-22,2	180.476	1,1%	18,5
Transferênc corr segurança social	205.462	1,4%	666.681	3,6%	224,5	734.666	4,6%	10,2
Outras Despesas	345.197	2,3%	247.115	1,3%	-28,4	257.546	1,6%	4,2



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Considerando apenas os municípios, entidades sobre as quais incide o principal foco de atenção deste relatório, o gráfico 4.3 permite observar a evolução das principais rubricas de despesa dos municípios.

Comparando as duas maiores componentes da despesa, pessoal e investimentos, verifica-se, entre 2007 e 2010, um investimento direto superior às despesas de pessoal, com algum equilíbrio nos 2 anos seguintes, mas nos anos seguintes as despesas de pessoal suplantaram as de investimento direto.



Nos quadros 4.2 e 4.3 são apresentadas, por município, as despesas correntes e de capital efetuadas em 2016, desagregadas nas principais rubricas orçamentais, seguindo-se comentários relativamente a cada rubrica de despesa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Quadro 4.2 – Despesas correntes - 2016

Euros

CM	Pessoal	%	Bens	%	Serviços	%	Juros	%	Transf cor p/ Instit s/ fins lucrativ	%	Transf e subsid SEL	%	Transf corr Freguesias	%	Transf corr Famílias	%	Transf corr Seg Social	%	Outras despesas correntes	%	Total Despesas
VPT	1.778.776	46,0	548.657	14,2	951.275	24,6	656	0,0	311.410	8,1					211.796	5,5	37.338	1,0	24.437	0,6	3.864.345
PDL	11.410.512	45,7	2.552.498	10,2	7.347.996	29,4	101.414	0,4	673.478	2,7	654.909	2,6	1.359.301	5,4	285.765	1,1	210.659	0,8	397.750	1,6	24.994.282
RGR	5.146.873	49,3	470.786	4,5	4.083.926	39,1	97.551	0,9	69.320	0,7			72.709	0,7	75.268	0,7			416.561	4,0	10.432.994
LAG	2.582.601	38,2	604.301	8,9	2.366.477	35,0	81.899	1,2	378.663	5,6			172.837	2,6	167.810	2,5	239.955	3,5	164.864	2,4	6.759.406
VFC	2.318.730	42,4	370.978	6,8	1.554.642	28,4	775.254	14,2	136.576	2,5			27.750	0,5	105.796	1,9	116.947	2,1	68.201	1,2	5.474.873
POV	2.247.185	55,0	156.294	3,8	668.787	16,4	14.911	0,4	211.608	5,2			80.400	2,0	161.492	4,0	391.774	9,6	154.751	3,8	4.087.201
NRD	1.351.345	38,7	278.917	8,0	610.321	17,5	468.039	13,4	115.815	3,3	182.669	5,2	115.632	3,3	56.283	1,6	261.914	7,5	54.319	1,6	3.495.254
AGH	4.494.549	43,0	795.699	7,6	2.599.693	24,9	66.008	0,6	1.353.440	12,9	259.440	2,5	277.989	2,7	364.114	3,5	57.611	0,6	185.263	1,8	10.453.807
PVT	3.258.932	48,6	364.168	5,4	1.081.240	16,1	82.221	1,2	1.443.244	21,5	2.500	0,0	50.796	0,8	64.102	1,0	296.680	4,4	64.138	1,0	6.708.020
SCG	1.112.886	41,2	576.792	21,3	349.712	12,9	24.766	0,9	393.171	14,6			114.000	4,2	45.433	1,7	66.845	2,5	18.424	0,7	2.702.028
CAL	1.627.711	66,1	211.243	8,6	458.063	18,6	75.231	3,1	6.230	0,3			40.000	1,6	6.402	0,3			37.451	1,5	2.462.330
VEL	1.523.132	44,9	534.823	15,8	790.954	23,3	92.801	2,7					180.000	5,3	10.000	0,3	16.652	0,5	244.340	7,2	3.392.702
SRP	1.075.474	37,0	284.606	9,8	660.081	22,7	10.089	0,3	658.527	22,6	58.492	2,0	400	0,0	3.398	0,1	130.298	4,5	27.999	1,0	2.909.363
LPC	1.617.461	50,5	249.121	7,8	715.043	22,3	161.897	5,1	79.915	2,5			58.909	1,8	70.119	2,2	213.406	6,7	35.342	1,1	3.201.213
MAD	2.146.826	46,9	170.869	3,7	1.569.074	34,3	29.425	0,6	267.186	5,8	20.000	0,4	157.349	3,4	51.897	1,1	112.466	2,5	47.661	1,0	4.572.754
HRT	3.006.529	45,1	468.949	7,0	2.300.192	34,5	40.824	0,6	229.699	3,4	270.000	4,1	73.790	1,1	51.307	0,8	93.075	1,4	124.666	1,9	6.659.030
SCF	948.177	53,8	274.368	15,6	332.184	18,8	1.498	0,1	121.558	6,9					42.711	2,4	42.842	2,4	9	0,0	1.763.346
LFL	963.737	47,0	395.114	19,3	438.927	21,4	2.035	0,1	93.736	4,6					82.207	4,0	70.229	3,4	2.903	0,1	2.048.889
CRV	488.269	49,0	102.925	10,3	348.999	35,0	1.618	0,2	22.850	2,3					15.968	1,6	14.632	1,5	1.455	0,1	996.716
CM	49.099.704	45,9	9.411.106	8,8	29.227.583	27,3	2.128.138	2,0	6.566.426	6,1	1.448.010	1,4	2.781.863	2,6	1.871.867	1,7	2.373.322	2,2	2.070.535	1,9	106.978.552

Quadro 4.3 – Despesas de capital - 2016

Euros

CM	Amortiz	%	Investim Direto	%	Investim Delegado	%	Fundo de Apoio Municipal	%	Outras despesas cap	%	Total Despesas
VPT	42.116	4,2	468.803	46,5	453.448	45,0	44.365	4,4			1.008.732
PDL	1.641.476	31,6	2.865.784	55,1	428.068	8,2	266.427	5,1			5.201.755
RGR	915.148	8,1	8.321.490	73,4	1.169.036	10,3	121.325	1,1	808.032	7,1	11.335.031
LAG	743.448	27,6	1.510.441	56,1	64.447	2,4	67.484	2,5	306.133	11,4	2.691.954
VFC	1.497.221	69,4	600.504	27,9			58.168	2,7			2.155.893
POV	649.846	37,2	603.521	34,6	97.871	5,6	49.856	2,9	343.515	19,7	1.744.610
NRD	992.301	57,5	669.683	38,8			47.400	2,7	16.382	0,9	1.725.765
AGH	1.372.840	21,8	3.525.180	56,0	1.248.724	19,8	146.263	2,3			6.293.007
PVT	2.113.974	39,4	880.030	16,4	2.323.650	43,3	45.736	0,9			5.363.390
SCG	214.677	28,0	517.468	67,5			34.707	4,5			766.852
CAL	1.008.600	69,4	384.185	26,4	23.000	1,6	37.764	2,6	0	0,0	1.453.550
VEL	523.309	33,3	1.003.425	63,9			44.075	2,8	0	0,0	1.570.809
SRP	57.388	3,8	931.196	62,1	475.229	31,7	36.072	2,4	0	0,0	1.499.885
LPC	769.254	36,6	907.330	43,2	353.561	16,8	43.901	2,1	25.245	1,2	2.099.290
MAD	960.522	35,8	1.482.427	55,3	179.844	6,7	50.264	1,9	7.005	0,3	2.680.062
HRT	633.462	24,6	1.187.115	46,2	673.617	26,2	77.145	3,0			2.571.339
SCF	44.401	6,0	564.080	76,3	106.000	14,3	25.242	3,4			739.723
LFL	170.541	17,1	740.858	74,4	56.488	5,7	27.860	2,8	0	0,0	995.747
CRV	115.640	9,3	1.103.529	88,6	10.934	0,9	14.855	1,2	0	0,0	1.244.959
CM	14.466.165	27,2	28.267.050	53,2	7.663.916	14,4	1.238.909	2,3	1.506.312	2,8	53.142.351



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Despesas correntes

4.2 Despesas de pessoal

As despesas dos municípios com pessoal totalizaram 49,1 M€ no ano de 2016, diminuindo 1,4% face ao ano anterior. Já em 2015 se tinha verificado um decréscimo de 3,9%. O peso relativo destas despesas no total das despesas correntes é de 30,7% nos municípios, um valor inferior ao dos SM (44,7%), mas superior ao das associações (7,3%) e das freguesias (27,9%). De facto, os municípios realizam despesas que não são tão frequentes nas outras entidades, como é o caso das transferências resultantes de delegação de competências, ou de subsídios às empresas municipais, o que faz diminuir o peso de outras despesas como pessoal.

No Quadro 4.4 podemos ver as despesas de pessoal do último triénio por município.

QUADRO 4.4 – Evolução das despesas de pessoal

Euros

Municípios	2014		2015		△ %	2016		△ %	2016 - % nas desp totais
	valores	%	valores	%		valores	%		
VPT	1.782.401	3,4	1.870.830	3,8	5,0	1.778.776	3,6	-4,9	36,5
PDL	11.843.871	22,8	11.674.677	23,4	-1,4	11.410.512	23,2	-2,3	37,8
RGR	4.885.593	9,4	4.897.711	9,8	0,2	5.146.873	10,5	5,1	23,6
LAG	2.706.830	5,2	2.617.664	5,3	-3,3	2.582.601	5,3	-1,3	27,3
VFC	2.433.199	4,7	2.331.450	4,7	-4,2	2.318.730	4,7	-0,5	30,4
POV	2.753.579	5,3	2.022.186	4,1	-26,6	2.247.185	4,6	11,1	38,5
NRD	1.505.856	2,9	1.391.709	2,8	-7,6	1.351.345	2,8	-2,9	25,9
AGH	4.856.586	9,4	4.701.924	9,4	-3,2	4.494.549	9,2	-4,4	26,8
PVT	3.431.654	6,6	3.342.031	6,7	-2,6	3.258.932	6,6	-2,5	27,0
SCG	1.160.977	2,2	1.116.069	2,2	-3,9	1.112.886	2,3	-0,3	32,1
CAL	1.693.438	3,3	1.651.451	3,3	-2,5	1.627.711	3,3	-1,4	41,6
VEL	1.581.875	3,1	1.596.176	3,2	0,9	1.523.132	3,1	-4,6	30,7
SRP	1.156.062	2,2	1.040.696	2,1	-10,0	1.075.474	2,2	3,3	24,4
LPC	1.729.303	3,3	1.638.591	3,3	-5,2	1.617.461	3,3	-1,3	30,5
MAD	2.267.300	4,4	2.189.809	4,4	-3,4	2.146.826	4,4	-2,0	29,6
HRT	3.439.482	6,6	3.159.192	6,3	-8,1	3.006.529	6,1	-4,8	32,6
SCF	1.010.373	1,9	968.094	1,9	-4,2	948.177	1,9	-2,1	37,9
LFL	1.102.795	2,1	1.113.489	2,2	1,0	963.737	2,0	-13,4	31,7
CRV	493.276	1,0	481.035	1,0	-2,5	488.269	1,0	1,5	21,8
RAA	51.834.449	100,0	49.804.785	100,0	-3,9	49.099.704	100,0	-1,4	30,7



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O município de Ponta Delgada é o que mais despende com pessoal (11,4 M€), representando cerca de 23% do total dos municípios neste tipo de despesa, o que significa 37,8% do total de despesas deste município. Neste indicador, existem outros municípios com valor superior, nomeadamente, Calheta (41,6%) e Povoação (38,5%).

A variação de -1,4% no total das despesas de pessoal dos municípios difere substancialmente entre eles, surgindo como extremos os municípios de Lajes das Flores (-13,4%) e de Povoação (+11,1%). No entanto, apenas 4 municípios aumentaram estas despesas - Ribeira Grande, S. Roque do Pico, Corvo e Povoação. No caso da Povoação, o aumento de 11% resulta do efeito conjugado de aumentos de 7,4% nas remunerações e de 27,3% nos encargos da segurança social, e de uma redução de 4% nos abonos variáveis e eventuais.

Vejamos como estas 3 componentes da despesa de pessoal evoluíram:

QUADRO 4.5 – Estrutura global das despesas de pessoal - Evolução no triénio

Euros

Despesas de Pessoal	2014	%	2015	%	2016	%	Δ %
Remunerações certas e perman	38.658.240	74,6	36.841.633	74,0	36.874.139	75,1	0,1
Abonos variáveis e eventuais	1.222.347	2,4	2.002.196	4,0	1.956.126	4,0	-2,3
Segurança Social	11.953.861	23,1	10.960.955	22,0	10.269.439	20,9	-6,3
Total	51.834.449	100,0	49.804.785	100,0	49.099.704	100,0	-1,4

Como se pode verificar, as remunerações certas e permanentes quase não se alteraram entre 2015 e 2016, mas os abonos variáveis diminuíram 2,3% e a segurança social diminuiu 6,3%.

O peso percentual das remunerações certas e permanentes (Quadro 4.6) apresenta valores mais baixos em Vila do Porto (70,2%) e Ribeira Grande (70,4%) e valores mais altos em Horta (78,5%) e Angra do Heroísmo (77,6%).

Nos abonos variáveis, como o próprio nome indica, os valores são mais díspares, surgindo num extremo o município da Horta, onde estas despesas ocupam apenas 0,8% das despesas de pessoal, e no outro extremo o Corvo, com um valor de 7,7%. O valor médio é de 4%.

Na segurança social, a média é de 21% no que se refere ao peso relativo destas despesas. Os valores absolutos mais elevados são os de Ponta Delgada (2,3 M€) e da Ribeira Grande (1,2 M€). Os quadros 4.6 e 4.7 mostram as despesas por município destes 3 agregados de despesas de pessoal e a desagregação dos abonos variáveis, por principais rubricas, respetivamente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.6 – Estrutura das despesas de pessoal - 2016

Euros							
Municípios	Remunerações certas e perman	%	Abonos variáveis e eventuais	%	Segurança Social	%	Total
VPT	1.252.510	70,4	117.854	6,6	408.412	23,0	1.778.776
PDL	8.752.498	76,7	384.498	3,4	2.273.516	19,9	11.410.512
RGR	3.612.484	70,2	291.365	5,7	1.243.024	24,2	5.146.873
LAG	1.851.492	71,7	179.340	6,9	551.768	21,4	2.582.601
VFC	1.765.798	76,2	120.719	5,2	432.213	18,6	2.318.730
POV	1.630.504	72,6	76.580	3,4	540.100	24,0	2.247.185
NRD	1.008.363	74,6	61.399	4,5	281.584	20,8	1.351.345
AGH	3.487.424	77,6	67.299	1,5	939.827	20,9	4.494.549
PVT	2.522.618	77,4	119.869	3,7	616.445	18,9	3.258.932
SCG	812.864	73,0	66.247	6,0	233.775	21,0	1.112.886
CAL	1.203.401	73,9	80.907	5,0	343.403	21,1	1.627.711
VEL	1.162.548	76,3	57.484	3,8	303.099	19,9	1.523.132
SRP	823.269	76,5	44.118	4,1	208.086	19,3	1.075.474
LPC	1.230.711	76,1	62.061	3,8	324.689	20,1	1.617.461
MAD	1.624.155	75,7	84.070	3,9	438.602	20,4	2.146.826
HRT	2.359.541	78,5	23.849	0,8	623.138	20,7	3.006.529
SCF	707.243	74,6	38.091	4,0	202.843	21,4	948.177
LFL	716.826	74,4	42.978	4,5	203.933	21,2	963.737
CRV	349.890	71,7	37.398	7,7	100.980	20,7	488.269
RAA	36.874.139	75,1	1.956.126	4,0	10.269.439	20,9	49.099.704

QUADRO 4.7 – Abonos variáveis ou eventuais (totais CM) - Evolução no triénio

Euros					
Abonos variáveis ou eventuais	2014	2015	2016	%	Δ %
Horas extraordinárias	286.164	375.993	436.957	22,3%	16,2
Alimentação e alojamento	15	0	0	0,0%	-
Ajudas de custo	79.702	82.408	93.876	4,8%	13,9
Abono para falhas	59.078	56.538	54.353	2,8%	-3,9
Subsídios de fixação, residência e alojamento	93.453	97.569	111.424	5,7%	14,2
Subsídio de trabalho nocturno	46.236	44.121	44.723	2,3%	1,4
Subsídio de turno	21.287	36.887	70.339	3,6%	90,7
Indemnizações por cessação de funções	124.265	128.611	33.584	1,7%	-73,9
Senhas de Presença	353.481	349.891	307.248	15,7%	-12,2
Outros abonos em numerário ou espécie	158.667	829.178	803.623	41,1%	-3,1
Total	1.222.347	2.001.196	1.956.126	100,0%	-2,3



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Os abonos variáveis diminuíram 2,3% em 2016, mesmo com aumentos de 16,2% nas horas extraordinárias e de 13,9% nas ajudas de custo. Para a redução global verificada, contribuíram essencialmente as rubricas "Senhas de presença" e "Outros abonos em numerário ou espécie", que sofreram decréscimos de 12,2% e 3,1%, e no seu conjunto representam cerca de 57% das despesas com abonos variáveis e eventuais. A redução de 73,9% nas indemnizações por cessação de funções, não teve impacto significativo, dado o peso desta rubrica (1,7%). A rubrica "Outros abonos em numerário ou espécie" representa 41% dos abonos variáveis e é constituída maioritariamente pela remuneração complementar, atribuída aos trabalhadores com remunerações mais baixas.

No Quadro 4.8, podemos verificar que em 2016 houve uma redução total de 107 trabalhadores nos municípios e de 10 nas empresas do setor empresarial local. Nos municípios, apenas na Calheta houve aumento de trabalhadores e apenas de 1.

QUADRO 4.8 – Recursos humanos - trabalhadores

Municípios	Municípios			Δ	Empresas do setor local			Δ
	2014	2015	2016		2014	2015	2016	
VPT	83	91	88	-3	11	0	0	0
PDL	654	577	561	-16	34	26	26	0
RGR	245	251	241	-10	1	0	0	0
LAG	136	139	134	-5	0	0	0	0
VFC	102	97	92	-5	28	27	8	-19
POV	100	100	95	-5	21	0	0	0
NRD	77	79	73	-6	31	30	33	3
AGH	239	230	220	-10	14	15	20	5
PVT	176	176	164	-12	100	99	101	2
SCG	57	59	55	-4	8	7	7	0
CAL	109	98	99	1	0	0	0	0
VEL	83	85	79	-6	0	0	0	0
SRP	50	53	49	-4	0	0	0	0
LPC	83	87	85	-2	2	2	0	-2
MAD	101	103	99	-4	29	27	0	-27
HRT	172	166	157	-9	0	0	28	28
SCF	51	54	50	-4	0	0	0	0
LFL	51	47	46	-1	0	0	0	0
CRV	27	28	26	-2	0	0	0	0
RAA	2.596	2520	2413	-107	279	233	223	-10



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Finalmente, neste capítulo dedicado às despesas de pessoal, apresenta-se o Quadro 4.9, que compara as despesas com vencimentos e horas extraordinárias com o número de trabalhadores de cada município, fornecendo despesas de remunerações por trabalhador. Em termos globais, cada trabalhador, dos 2.413 ao serviço dos municípios, "custou" 13.200 € em vencimentos e 181 € em horas extraordinárias.

QUADRO 4.9 – Vencimentos e horas extraordinárias dos trabalhadores municipais - 2016

Municípios	Vencimentos	Horas extraordinárias	Total	%	Trabalhadores	%	Despesas p/ trabalhador			Técnicos superiores	%
							Vencimentos	Horas ext	Total		
VPT	1.058.835	11.633	1.070.468	3,3	88	3,6	12.032	132	12.164	7	8,0
PDL	7.865.002	173.372	8.038.375	24,9	561	23,2	14.020	309	14.329	31	5,5
RGR	3.154.761	94.331	3.249.092	10,1	241	10,0	13.090	391	13.482	20	8,3
LAG	1.602.211	76.421	1.678.632	5,2	134	5,6	11.957	570	12.527	14	10,4
VFC	1.501.667	21.017	1.522.684	4,7	92	3,8	16.322	228	16.551	7	7,6
POV	1.358.217	14.158	1.372.376	4,3	95	3,9	14.297	149	14.446	6	6,3
NRD	827.060	0	827.060	2,6	73	3,0	11.330	0	11.330	4	5,5
AGH	3.127.313	12.684	3.139.997	9,7	220	9,1	14.215	58	14.273	32	14,5
PVT	2.189.865	8.291	2.198.156	6,8	164	6,8	13.353	51	13.403	19	11,6
SCG	673.620	6.864	680.484	2,1	55	2,3	12.248	125	12.372	5	9,1
CAL	1.018.653	569	1.019.222	3,2	99	4,1	10.289	6	10.295	1	1,0
VEL	959.521	0	959.521	3,0	79	3,3	12.146	0	12.146	4	5,1
SRP	663.799	1.359	665.157	2,1	49	2,0	13.547	28	13.575	5	10,2
LPC	1.034.049	0	1.034.049	3,2	85	3,5	12.165	0	12.165	12	14,1
MAD	1.426.290	9.156	1.435.446	4,4	99	4,1	14.407	92	14.499	17	17,2
HRT	2.050.708	4.654	2.055.362	6,4	157	6,5	13.062	30	13.091	11	7,0
SCF	552.464	410	552.875	1,7	50	2,1	11.049	8	11.057	1	2,0
LFL	552.355	2.036	554.391	1,7	46	1,9	12.008	44	12.052	4	8,7
CRV	236.079	0	236.079	0,7	26	1,1	9.080	0	9.080	1	3,8
RAA	31.852.469	436.957	32.289.426	100,0	2.413	100,0	13.200	181	13.381	201	8,3

Relativamente aos vencimentos por trabalhador, os valores mais elevados aparecem nos municípios de Vila Franca do Campo, claramente acima dos outros (16.322 €), seguido de Madalena, Povoação, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, todos na casa dos 14 m.e. A percentagem de técnicos superiores no total de trabalhadores, por envolver vencimentos superiores, poderia explicar algumas diferenças entre os municípios, mas nem sempre isso acontece. Por exemplo, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo têm um custo por trabalhador muito aproximado (14.215 € e 14.020 €) e um número de técnicos superiores quase igual (32 e 31), mas a percentagem de técnicos em Ponta Delgada é de 5,5% e em Angra do Heroísmo é de 14,5%. Por outro lado, o município da Madalena, que ocupa o 2º lugar no custo por trabalhador, detém a percentagem mais elevada de técnicos superiores - 17,2%. Salientam-se, nas horas extraordinárias, os valores mais elevados dos municípios da Lagoa, Ribeira Grande, Ponta Delgada e Vila Franca do Campo, e valores nulos em 4 municípios.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

4.3 Aquisição de bens e serviços

Os quadros 4.10 e 4.11 mostram as despesas globais nas principais rubricas de aquisições de bens e serviços no triénio 2014-2016.

QUADRO 4.10 – Despesas com aquisição de bens

Euros

Despesa com aquisição de bens	2014		2015		Δ % 14-15	2016		Δ % 15-16
	valores	%	valores	%		valores	%	
Matérias-primas e subsidiárias	431.410	5,3	485.462	5,6	12,5	489.372	5,2	0,8
Combustíveis e lubrificantes	2.305.238	28,6	2.402.293	27,5	4,2	2.137.513	22,7	-11,0
Material de escritório	318.767	4,0	310.187	3,6	-2,7	290.817	3,1	-6,2
Material de transporte - Peças	661.545	8,2	678.479	7,8	2,6	721.033	7,7	6,3
Electricidade	432.575	5,4	478.561	5,5	10,6	500.066	5,3	4,5
Vestuário, limpeza, ferramentas e utensílios	513.763	6,4	603.600	6,9	17,5	624.904	6,6	3,5
Outros bens	3.405.133	42,2	3.775.632	43,2	10,9	4.647.402	49,4	23,1
Total	8.068.431	100	8.734.212	100	8,3	9.411.106	100	7,7

QUADRO 4.11 – Despesas com aquisição de serviços

Euros

Despesa com aquisição de serviços	2014		2015		Δ %	2016		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Encargos das instalações	4.681.150	20,9	5.031.404	18,3	7,5	4.980.064	17,0	-1,0
Limpeza e higiene	1.874.677	8,4	2.741.697	10,0	46,2	2.134.941	7,3	-22,1
Conservação de bens	482.605	2,2	598.072	2,2	23,9	897.976	3,1	50,1
Locação de edifícios e outros bens	940.965	4,2	3.133.021	11,4	233,0	3.660.072	12,5	16,8
Comunicações e transportes	1.410.898	6,3	1.595.453	5,8	13,1	1.691.209	5,8	6,0
Deslocações, estadas, formação e represent serviços	761.468	3,4	867.699	3,2	14,0	807.688	2,8	-6,9
Consultadoria, assistência técnica e out trab especializ	3.966.367	17,7	4.093.563	14,9	3,2	5.143.223	17,6	25,6
Publicidade, seguros, vigilância e segurança	918.072	4,1	1.195.812	4,4	30,3	1.418.067	4,9	18,6
Encargos de cobrança de receitas	823.163	3,7	840.768	3,1	2,1	807.056	2,8	-4,0
Outros serviços	6.558.749	29,3	7.378.486	26,9	12,5	7.687.288	26,3	4,2
Total	22.418.115	100,0	27.475.975	100,0	22,6	29.227.583	100,0	6,4

Em qualquer dos casos, bens ou serviços, a rubrica com maior peso é precisamente a residual "Outros", com um peso de 26,3% nos serviços e de 49,4% na aquisição de bens, no ano de 2016.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Nas aquisições de bens, e deixando de lado a rubrica "residual", a rubrica seguinte com maior destaque, é a de "combustíveis e lubrificantes", que com um peso relativo de 22,7% destaca-se claramente das restantes, pois aquela que se segue é a de "material de transporte - peças", com uma expressão de apenas 7,7%. Se virmos a evolução das despesas com combustíveis, notamos uma diminuição de 11%, que deverá estar associada à redução de 18,7% nas despesas de investimento direto, neste caso nas obras por administração direta. As despesas com material de escritório também diminuem (6,2%), sendo estas duas rubricas as únicas que diminuem, no que respeita à aquisição de bens.

As despesas totais dos 19 municípios com aquisição de bens aumentaram 7,7% em 2016. No entanto, verificam-se grandes diferenças entre eles, com o município das Velas a aumentar 55,5%, o da Praia da Vitória 31,7% e o da Lagoa 26%, e por outro lado, reduções de 11,3% em Angra do Heroísmo, 8,8% em Lajes das Flores e 6,2% no Corvo. É de referir, contudo, que estas variações resultam mais de faturas pagas no ano seguinte do que propriamente de aumentos de despesa efetiva.

Nas aquisições de serviços, o aumento global foi de 6,4%, perto dos 7,7% verificado nos bens. Também aqui se notam aumentos destacados em alguns municípios (Povoação - 41,9%, Corvo - 25,2%, Velas - 25,2%). Por outro lado, os municípios de Santa Cruz da Graciosa, S. Roque do Pico e Lajes do Pico reduziram estas despesas em cerca de 5 a 6%.

Desprezando a rubrica residual, com a maior expressão de 26,3%, as que assumem maior destaque são os serviços de assistência técnica e consultadoria (17,6%) e os encargos das instalações (17,0%). No entanto, esta última rubrica diminuiu 1% em 2016, enquanto que a outra aumentou 25,6%. Com a entrada em vigor do SNS-AP é de esperar que as despesas de consultadoria e assistência técnica aumentem ainda mais.

O terceiro agregado em termos de dimensão é o da locação de edifícios e outros bens, que aumentou 16,8% e representa 12,5% das aquisições de serviços. Esta rubrica passou de 941 m.e. em 2014, para 3,1 M€ em 2015 e 3,7 M€ em 2016. Este aumento deve-se sobretudo aos municípios de Ponta Delgada e Ribeira Grande, que em conjunto aumentaram quase 2 M€ nesta rubrica em 2015.

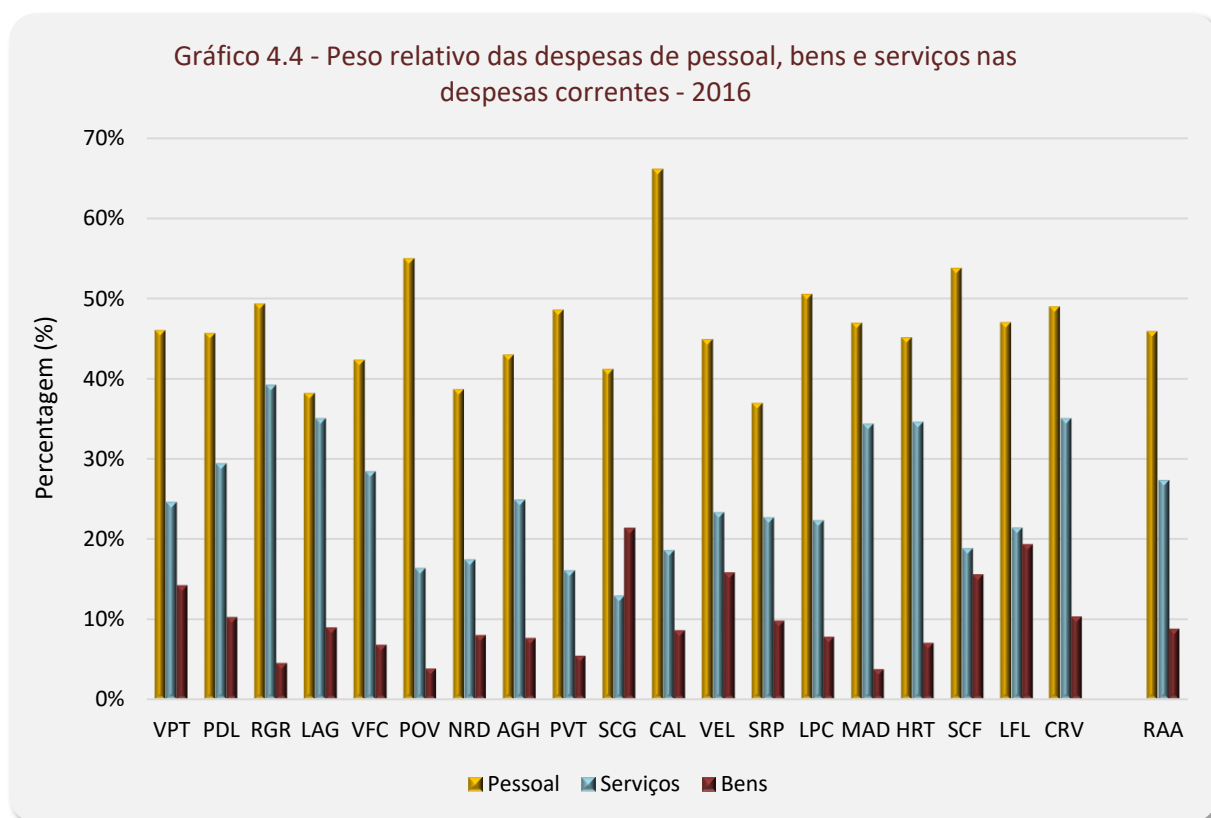
Por último, chama-se a atenção para o agregado "Publicidade, seguros, vigilância e segurança", que tem um peso reduzido no total de aquisição de serviços (4-5%), mas sofreu um aumento de 30,3% em 2015 e de 18,6% em 2016.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O gráfico 4.4 mostra o peso percentual das despesas de pessoal, bens e serviços nas despesas correntes. Em conjunto, estas 3 rubricas da despesa somaram em 2016, 87,7 M€, cerca de 82% da despesa corrente total.

As despesas de pessoal, com um peso global de 46%, assumem valores de 66% na Calheta, 55% na Povoação e 54% em Santa Cruz das Flores. No caso dos bens, destacam-se os municípios de Santa Cruz da Graciosa (21%), Lajes das Flores (19%), Velas e Santa Cruz das Flores (16%), face ao valor médio de 9%. No capítulo dos serviços, a variação é menos acentuada, entre 13% em Santa Cruz da Graciosa e 35% na Horta e no Corvo.



O peso relativo destas despesas depende muito da política do município relativamente às transferências correntes para outras entidades, quer no âmbito de delegações de competências nas juntas de freguesia, quer no que respeita aos apoios a instituições e aos programas ocupacionais, que envolvem transferências correntes para as famílias e para a segurança social.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

4.4 Juros

Os juros pagos em 2016 pelos municípios somaram 2,1 M€, diminuindo 8% nesse ano e já em 2015 tinham reduzido 22,5%.

70% dos juros pagos em 2016 respeitam aos 4 municípios que estão a executar planos de saneamento financeiro, assinalados no Quadro 4.12

QUADRO 4.12 – Despesas com juros de empréstimos MLP

									Euros	
Municípios	2014		2015		Δ % 14-15	2016		Δ % 15-16	2016	
	valores	%	valores	%		valores	%		Juros / dívida Empr MLP (%)	Juros / despesas correntes (%)
VPT	5.944	0,2	2.476	0,1	-58,3	656	0,0	-73,5	0,0	0,0
PDL	311.017	10,5	181.827	7,9	-41,5	101.414	4,8	-44,2	0,6	0,4
RGR	162.663	5,5	112.121	4,9	-31,1	97.551	4,6	-13,0	1,0	0,9
LAG	67.467	2,3	61.843	2,7	-8,3	81.899	3,9	32,4	1,2	1,2
VFC	1.087.190	36,7	899.397	39,2	-17,3	775.254	36,7	-13,8	3,3	14,2
POV	36.848	1,2	24.545	1,1	-33,4	14.911	0,7	-39,3	0,5	0,4
NRD	581.555	19,6	304.643	13,3	-47,6	468.039	22,2	53,6	3,7	13,4
AGH	131.359	4,4	94.638	4,1	-28,0	66.008	3,1	-30,3	0,4	0,6
PVT	107.129	3,6	84.727	3,7	-20,9	70.646	3,3	-16,6	1,0	1,1
SCG	43.649	1,5	34.220	1,5	-21,6	24.766	1,2	-27,6	2,3	0,9
CAL	136.963	4,6	105.067	4,6	-23,3	75.231	3,6	-28,4	1,9	3,1
VEL	9.301	0,3	180.778	7,9	1843,6	92.801	4,4	-48,7	2,3	2,7
SRP	15.312	0,5	12.555	0,5	-18,0	10.089	0,5	-19,6	3,2	0,3
LPC	155.976	5,3	110.629	4,8	-29,1	161.709	7,7	46,2	3,0	5,1
MAD	17.626	0,6	20.182	0,9	14,5	26.090	1,2	29,3	1,0	0,6
HRT	68.058	2,3	53.614	2,3	-21,2	40.824	1,9	-23,9	1,5	0,6
SCF	6.880	0,2	5.314	0,2	-22,8	1.498	0,1	-71,8	1,4	0,1
LFL	12.990	0,4	4.159	0,2	-68,0	2.035	0,1	-51,1	0,7	0,1
CRV	6.101	0,2	3.398	0,1	-44,3	1.618	0,1	-52,4	0,2	0,2
RAA	2.964.030	100,0	2.296.132	100,0	-22,5	2.113.039	100,0	-8,0	1,8	2,0

Municípios em saneamento financeiro

A maioria dos municípios reduziu as despesas nesta rubrica, mas os 4 que a aumentaram registaram taxas elevadas de crescimento. Estão nesta situação os municípios de Lagoa (32,4%), Nordeste (53,6%), Lajes do Pico (46,2%) e Madalena (29,3%). No entanto, apenas este último aumentou a sua dívida de médio e longo prazo em 2016 (26%). Os outros reduziram-na.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

4.5 Transferências correntes

As transferências correntes atribuídas pelos municípios a outras entidades, incluindo aqui os subsídios à exploração concedidos às empresas do setor empresarial local, somaram em 2016, 15,3 M€, aumentando 6,2% face a 2015. No ano anterior estas despesas tinham crescido 17,9%.

No Quadro 4.13 é possível observar, para o último triénio, as transferências correntes atribuídas e as entidades beneficiadas e respetivas percentagens, relativamente ao total.

QUADRO 4.13 – Transferências correntes

Transferências correntes e subsídios	2014		2015		Δ %	2016		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Empresas	3.196.656	26,1	2.439.167	16,9	-23,7	1.448.010	9,4	-40,6
Freguesias	2.704.619	22,1	2.700.599	18,7	-0,1	2.781.863	18,2	3,0
Instituições sem fins lucrativos	4.569.883	37,3	5.547.475	38,4	21,4	6.566.426	42,8	18,4
Famílias	851.654	7,0	1.266.386	8,8	48,7	1.871.867	12,2	47,8
Segurança Social	545.043	4,5	2.246.069	15,6	312,1	2.373.322	15,5	5,7
Outras Transferências correntes	368.405	3,0	232.576	1,6	-36,9	283.977	1,9	22,1
Total	12.236.260	100,0	14.432.273	100,0	17,9	15.325.464	100,0	6,2

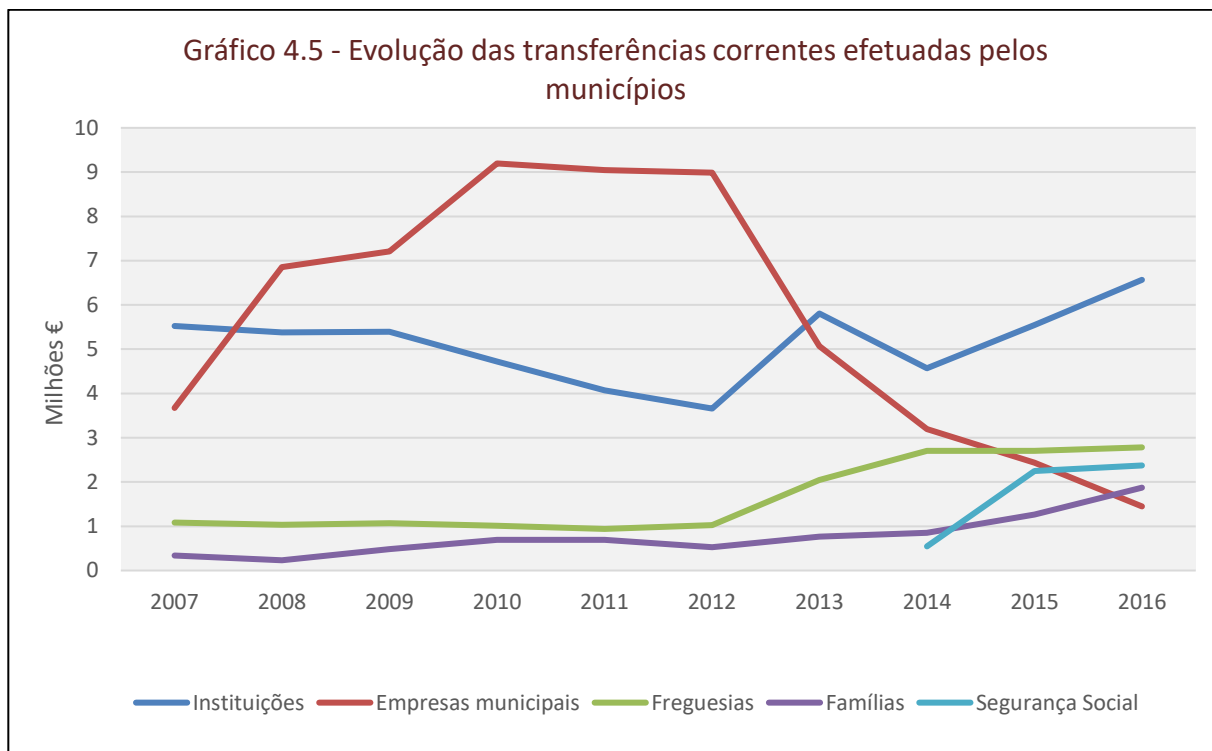
No caso das empresas, é notório o decréscimo progressivo destas transferências, tendência que vem desde 2012, como mostra o Gráfico 4.5. Estas verbas chegaram a ultrapassar os 9 M€ em 2009, para em 2016 se situarem abaixo de 1,5 M€. Esta tendência está associada à extinção de algumas empresas nos últimos anos. Em 2010 existiam 32 empresas do setor empresarial local, mas em 2016 esse número era de 22.

Relativamente às freguesias, o valor global destas transferências situou-se nos 2,8 M€, variando pouco nos últimos 3 anos, mostrando um ligeiro aumento de 3% em 2016. Na verdade, é em 2013 e 2014 que se verifica um maior crescimento destas transferências, como resultado da entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Lei das autarquias locais).

No que respeita aos apoios às instituições não lucrativas a evolução é diferente. Estas aumentaram 18,4% em 2016, depois de um crescimento de 21,4% em 2015. De facto, cerca de 43% das transferências correntes vai para as instituições.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública



Os aumentos registados nas transferências para as famílias e para a segurança social, em 2015 e 2016, estão diretamente associados aos programas ocupacionais, cuja contabilização se alterou nos últimos anos, passando a ser consideradas como transferências correntes, quando antes eram incluídas nas despesas de pessoal.

Os quadros seguintes mostram as transferências acima referidas, mas desagregadas por município.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Quadro 4.14 - Transferências correntes e subsídios para as empresas municipais

CM	Euros										Δ %
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
VPT	0	0	800	100.000	373.000	280.000	0	0	150.000	0	-100,0%
PDL	1.986.088	2.450.634	2.820.000	2.993.759	3.500.548	2.896.953	2.100.774	1.747.320	1.022.658	654.909	-36,0%
RGR	26.500	246.784	490.552	581.993	322.589	330.301	337.555	58.333	0	0	
LAG	644.944	1.001.506	759.000	911.872	934.052	762.247	732.637	125.000	169.637	0	-100,0%
VFC	105.216	129.158	100.000	30.000	120.000	55.000	550.748	71.752	0	0	
POV	60.000	118.000	121.900	161.997	0	0	0	0	0	0	
NRD	195.000	285.000	147.350	196.400	327.700	295.000	372.907	362.744	178.213	182.669	2,5%
AGH	184.599	1.283.630	1.501.501	2.094.565	1.233.535	2.118.753	334.860	357.360	334.397	259.440	-22,4%
PVT	0	42.511	1.222	803.926	719.137	648.200	60.540	91.030	0	2.500	
SCG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
VEL	140.533	141.875	115.000	155.000	105.079	0	0	0	205.808	0	-100,0%
SRP	0	50.000	77.000	125.000	171.415	341.536	143.505	93.298	108.454	58.492	-46,1%
LPC	42.080	144.480	210.833	197.871	290.041	273.532	136.281	19.739	0	0	
MAD	0	0	0	171.000	295.742	215.743	0	0	0	20.000	
HRT	260.208	936.746	864.818	641.517	638.676	661.379	285.717	270.000	270.000	270.000	0,0%
SCF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
LFL	0	0	0	20.925	0	63.710	8.895	80	0	0	
CRV	25.000	25.000	0	10.000	12.800	42.640	6.000	0	0	0	
RAA	3.670.168	6.855.322	7.209.976	9.195.825	9.044.314	8.984.994	5.070.419	3.196.656	2.439.167	1.448.010	-40,6%

As transferências e subsídios para as empresas municipais diminuíram, globalmente, 40,6% em 2016, mantendo a tendência de declínio dos últimos anos.

O único município que aumentou estas transferências, e apenas em 2,5%, foi o do Nordeste.

Estas transferências diminuíram 46,1% em S. Roque do Pico, 36% em Ponta Delgada e 22,4% em Angra do Heroísmo, havendo ainda 3 municípios que reduziram em 100%, 2 deles (Vila do Porto e Velas), pelo facto das respetivas empresas estarem em processo de liquidação.

Em 2010 e 2011 estas transferências ultrapassaram os 9 M€, quando em 2016 ficaram abaixo de 1,5 M€. O número de municípios a efetuar estas transferências também diminuiu, na sequência do encerramento de 10 empresas entre 2010 e 2016, como aliás, já se referiu. De facto, em 2010, só 3 dos 19 municípios não efetuou este tipo de transferências, e em 2016, somente 7 o fizeram. Todavia, o facto de alguns municípios não terem efetuado transferências deste tipo, não significa que não tenham empresas municipais. Assim, Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa e Lajes das Flores tinham empresas em 2016, mas não efetuaram transferências correntes para as mesmas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Quadro 4.15 - Transferências correntes para as freguesias

Municípios	Euros									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
VPT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PDL	20.730	0	22.134	30.121	54.328	58.964	1.006.652	1.486.619	1.343.157	1.359.301
RGR	1.216	1.609	4.035	441	998	0	1.858	0	70.487	72.709
LAG	309.833	274.400	271.157	178.200	162.580	162.372	168.372	192.035	185.994	172.837
VFC	9.400	22.886	5.739	10.737	21.941	53.319	30.293	34.490	30.000	27.750
POV	53.594	46.000	41.615	69.032	0	67.336	67.673	0	0	80.400
NRD	0	1.686	2.772	1.769	1.428	376	1.063	115.682	114.905	115.632
AGH	192.645	215.899	240.966	239.879	238.935	341.807	287.146	256.432	255.733	277.989
PVT	104.749	61.096	62.250	79.044	65.449	26.650	118.776	52.892	58.668	50.796
SCG	111.790	111.790	111.790	118.575	116.000	116.000	110.000	113.000	110.000	114.000
CAL	44.889	41.042	66.342	58.309	50.893	42.550	51.309	45.000	40.000	40.000
VEL	0	0	0	0	0	0	0	183.320	193.964	180.000
SRP	957	0	1.787	0	1.358	238	726	489	780	400
LPC	35.461	49.802	40.186	58.248	57.908	52.484	46.380	70.261	71.500	58.909
MAD	0	1.156	695	696	414	25.505	79.062	77.160	157.622	157.349
HRT	197.300	202.212	193.950	167.950	166.950	75.250	75.550	77.240	67.790	73.790
SCF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LFL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CRV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RAA	1.082.564	1.029.578	1.065.418	1.013.001	939.182	1.022.852	2.044.860	2.704.619	2.700.599	2.781.863

Como se pode observar no quadro 4.15, o valor global das transferências correntes para as freguesias pouco alterou no último triénio (2,7 M€). Com a entrada em vigor da atual lei das autarquias (Lei 75/2013, de 12-09) os municípios passaram a celebrar com as respetivas freguesias acordos de execução de tarefas de manutenção e limpeza de jardins, caminhos, zonas balneares, etc., bem como a celebrar contratos de delegação de competências, relativamente a pequenas obras de conservação de caminhos e outras. De facto, nota-se um aumento para o dobro (de 1 para 2 M€) de 2012 para 2013, e novo aumento em 2014, para 2,7 M€, primeiro ano do mandato que terminou em outubro / novembro de 2017. Tudo leva a crer que os 15 municípios que realizaram estas transferências acordaram com as respetivas freguesias um determinado valor anual para a realização de certas funções.

Assinalam-se os casos de valor nulo de Vila do Porto, Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores, bem como o valor muito reduzido de S. Roque do Pico. O Corvo não tem freguesias.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Quadro 4.16 - Transferências correntes para instituições não lucrativas

Euros

CM	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ %	Capitação 2016
VPT	165.978	148.660	183.427	301.914	238.143	260.016	248.234	237.785	268.056	311.410	16,2%	56
PDL	230.959	291.158	338.661	298.986	250.194	241.984	279.069	280.254	678.105	673.478	-0,7%	10
RGR	128.869	115.000	115.000	115.000	79.750	102.000	86.700	45.500	70.979	69.320	-2,3%	2
LAG	362.501	277.502	298.834	277.226	225.157	212.505	239.036	451.585	426.300	378.663	-11,2%	26
VFC	272.604	92.920	84.700	90.950	206.224	157.000	147.969	215.200	100.150	136.576	36,4%	12
POV	69.548	57.622	73.284	51.103	39.020	29.950	28.270	42.120	40.638	211.608	420,7%	33
NRD	159.137	169.465	185.177	195.889	188.316	148.637	151.419	135.489	134.432	115.815	-13,8%	23
AGH	1.637.572	1.349.299	988.907	819.988	780.290	717.775	2.135.932	971.789	996.834	1.353.440	35,8%	38
PVT	551.904	671.991	557.592	414.858	357.405	260.775	1.226.720	702.681	1.415.038	1.443.244	2,0%	69
SCG	353.121	356.556	407.270	395.832	320.707	315.788	293.668	391.536	360.001	393.171	9,2%	90
CAL	22.136	83.396	13.675	4.470	27.512	1.895	2.010	5.000	4.725	6.230	31,9%	2
VEL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0
SRP	337.396	488.192	619.356	567.532	560.542	485.370	354.398	447.771	401.643	658.527	64,0%	194
LPC	26.054	28.790	37.729	105.033	71.241	66.340	23.348	78.610	82.024	79.915	-2,6%	17
MAD	775.913	915.012	1.003.843	753.068	511.535	399.305	319.342	271.410	204.818	267.186	30,5%	44
HRT	345.300	267.600	381.780	263.023	177.296	216.622	191.036	170.305	203.026	229.699	13,1%	15
SCF	81.830	61.118	83.740	59.089	36.848	39.916	63.610	95.186	123.080	121.558	-1,2%	53
LFL	0	0	0	0	0	0	11.100	22.943	30.213	93.736	210,3%	62
CRV	2.368	2.233	23.132	4.129	3.510	2.700	3.900	4.717	7.412	22.850	208,3%	53
RAA	5.523.189	5.376.515	5.396.108	4.718.093	4.073.692	3.658.576	5.805.763	4.569.883	5.547.475	6.566.426	18,4%	27

As transferências correntes para as instituições aumentaram globalmente 18,4%. Nestas despesas, destaca-se logo o município das Velas, pelo facto de não ter qualquer transferência nos últimos 10 anos. São também de destacar aumentos superiores a 200% nos municípios de Povoação, Lajes das Flores e Corvo. No caso da Povoação, o aumento em 2016 é de 421%, e o valor de 211,6 m.e. de 2016 supere o valor acumulado dos 5 anos anteriores.

Verificam-se reduções em 6 municípios, mas apenas em 2 deles (Lagoa e Nordeste) essa redução excede os 11%.

O município de Ribeira Grande apresenta um valor baixo, tendo em conta a sua dimensão e comparativamente com os outros municípios citadinos.

Os valores de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória destacam-se claramente dos restantes, já que ambos excedem o dobro dos dois seguintes (Ponta Delgada e S. Roque do Pico).

Se considerarmos o somatório destas transferências no período 2007 - 2016, Angra do Heroísmo aparece em primeiro lugar, com 11,7 M€, seguido de Praia da Vitória, com 7,6 M€ e de Santa Cruz da Graciosa, com 5,4 M€.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.17 – Transferências correntes - Segurança social e famílias

Municípios	Transf corr - seg social		Transf corr - famílias		Euros	
	2015	2016	2015	2016	Seg Social	Famílias
					△ %	
VPT	35.966	37.338	26.593	211.796	3,8	696,4
PDL	168.106	210.659	234.649	285.765	25,3	21,8
RGR	0	0	71.570	75.268	0,0	5,2
LAG	217.750	239.955	118.672	167.810	10,2	41,4
VFC	189.492	116.947	50.936	105.796	-38,3	107,7
POV	343.530	391.774	297.939	161.492	0,0	-45,8
NRD	206.790	261.914	27.579	56.283	26,7	104,1
AGH	336.247	57.611	120.516	364.114	-82,9	202,1
PVT	211.150	296.680	74.461	64.102	40,5	-13,9
SCG	72.446	66.845	39.335	45.433	-7,7	15,5
CAL	0	0	5.035	6.402	0,0	27,1
VEL	7.905	16.652	10.000	10.000	110,7	0,0
SRP	122.230	130.298	4.044	3.398	6,6	-16,0
LPC	206.838	213.406	35.101	70.119	0,0	99,8
MAD	71.627	112.466	65.119	51.897	0,0	-20,3
HRT	0	93.075	34.963	51.307	0,0	46,7
SCF	46.518	42.842	31.122	42.711	-7,9	37,2
LFL	0	70.229	13.688	82.207	0,0	500,6
CRV	9.473	14.632	5.063	15.968	54,5	215,4
RAA	2.246.069	2.373.322	1.266.386	1.871.867	5,7	47,8

Em 2016, apenas 2 municípios (Ribeira Grande e Calheta) não efetuaram transferências correntes para a segurança social, sendo de destacar os valores apresentados pelos municípios de Povoação, Praia da Vitória e Nordeste. Assinala-se também o caso de Angra do Heroísmo, que reduz substancialmente estas transferências em 2016, mas apresenta comportamento inverso nas transferências para as famílias. Em princípio, um aumento de efetivos incluídos em programas ocupacionais produz aumentos nas duas transferências aqui tratadas, pois estão interligadas - havendo mais remunerações (pagas como transferências - famílias) há mais encargos de segurança social, mas nem sempre isso acontece, como é o caso de Angra do Heroísmo, ou de S. Roque do Pico.

As transferências para as famílias podem incluir, além dos programas ocupacionais, apoios de natureza social a famílias carenciadas, pelo que a valores baixos na segurança social podem estar associados valores elevados nas transferências para as famílias, quando estas não se referem a programas ocupacionais, mas a apoios sociais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Despesas de capital

4.6 Amortizações de empréstimos

O total de amortizações de empréstimos de médio e longo prazo diminuiu 22%, ficando em 12,7 M€ em 2016.

QUADRO 4.18 – Despesas com amortizações de empréstimos MLP

Municípios	2014		2015		Δ %	2016		Δ %	2016 % das desp capital
	valores	%	valores	%		valores	%		
VPT	211.694	1,4	219.836	1,4	3,8	42.116	0,3	-80,8	4,2
PDL	3.053.243	20,3	2.981.043	18,4	-2,4	1.641.476	13,0	-44,9	31,6
RGR	1.502.366	10,0	1.868.644	11,5	24,4	915.148	7,2	-51,0	8,1
LAG	676.119	4,5	692.267	4,3	2,4	743.448	5,9	7,4	27,6
VFC	1.335.319	8,9	1.423.749	8,8	6,6	1.497.221	11,8	5,2	69,4
POV	661.552	4,4	661.452	4,1	0,0	649.846	5,1	-1,8	37,2
NRD	947.495	6,3	1.340.172	8,3	41,4	992.301	7,8	-26,0	57,5
AGH	1.656.478	11,0	1.347.327	8,3	-18,7	1.372.840	10,8	1,9	21,8
PVT	843.854	5,6	856.988	5,3	1,6	863.974	6,8	0,8	16,1
SCG	261.265	1,7	387.547	2,4	48,3	214.677	1,7	-44,6	28,0
CAL	975.642	6,5	1.127.801	7,0	15,6	1.008.600	8,0	-10,6	69,4
VEL	490.585	3,3	757.185	4,7	54,3	523.309	4,1	-30,9	33,3
SRP	130.714	0,9	85.480	0,5	-34,6	57.388	0,5	-32,9	3,8
LPC	813.556	5,4	791.541	4,9	-2,7	744.254	5,9	-6,0	35,5
MAD	441.263	2,9	442.818	2,7	0,4	430.522	3,4	-2,8	16,1
HRT	535.487	3,6	713.026	4,4	33,2	633.462	5,0	-11,2	24,6
SCF	173.737	1,2	214.437	1,3	23,4	44.401	0,4	-79,3	6,0
LFL	208.018	1,4	199.995	1,2	-3,9	170.541	1,3	-14,7	17,1
CRV	114.212	0,8	115.022	0,7	0,7	115.640	0,9	0,5	9,3
RAA	15.032.601	100,0	16.226.329	100,0	7,9	12.661.165	100,0	-22,0	23,8

Os municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Nordeste, com reduções de 45% e 51% e 26% foram os principais responsáveis pela redução global verificada, justificando 72% da diminuição destas despesas em 3,6 M€.

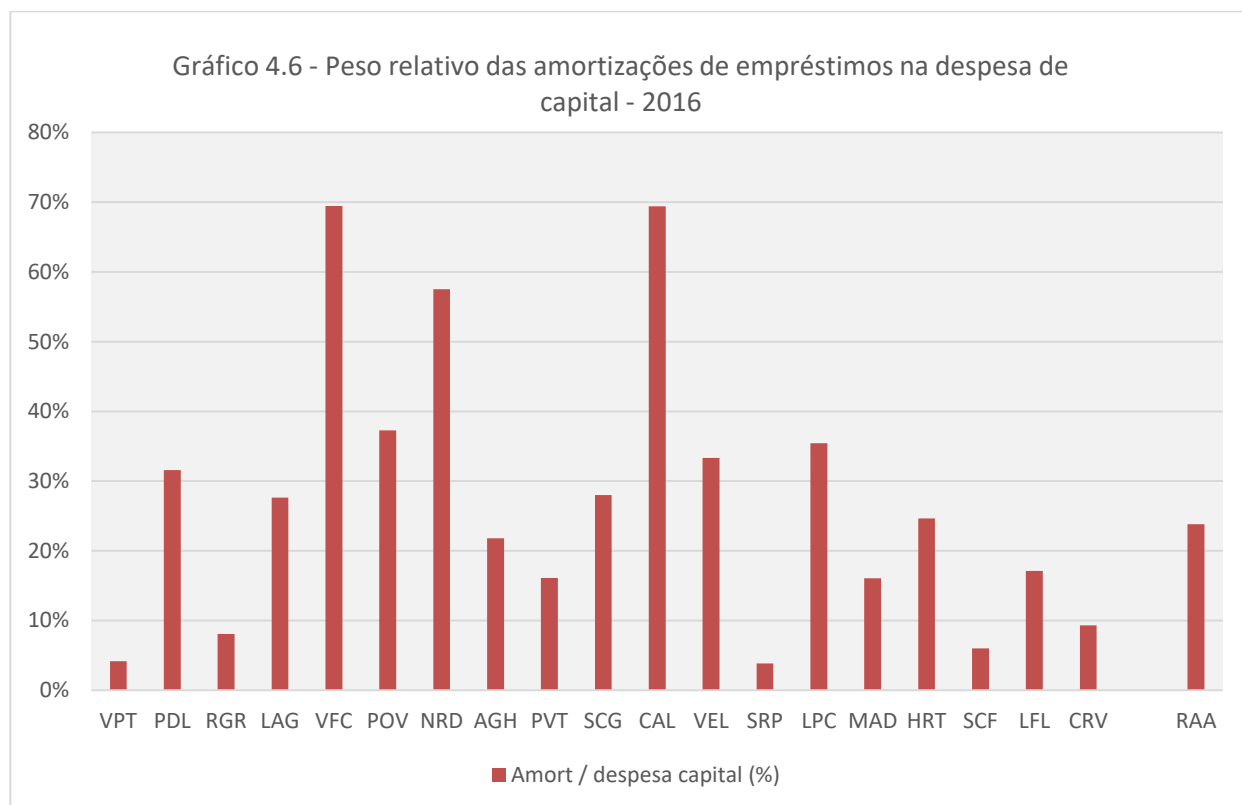
As taxas de redução elevadas de outros municípios como Santa Cruz das Flores e Santa Cruz da Graciosa acabam por ter pouca expressão em valores absolutos.

As amortizações de empréstimos de curto prazo (1,8 M€) não foram aqui incluídas, uma vez que são compensadas pela entrada dos próprios empréstimos, que por lei são amortizados no mesmo ano em que são contraídos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O gráfico 4.6 mostra o peso percentual das amortizações de empréstimos nas despesas de capital, dando a entender, pela diferença relativamente aos 100%, o peso relativo de outras despesas de capital - investimento direto e indireto (transferências de capital).



Nos municípios de Vila do Porto, Ribeira Grande, S. Roque do Pico, Santa Cruz das Flores e Corvo, as amortizações de empréstimos não ultrapassam os 10% das despesas de capital. Nos casos de Vila Franca do Campo e Calheta, essa percentagem fica muito próximo dos 70%, seguindo-se os municípios do Nordeste, Povoação e Lajes do Pico. Com exceção da Povoação, os restantes (que apresentam valores mais altos) executam atualmente planos de saneamento financeiro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

4.7 Transferências de capital

O quadro 4.19 mostra o total das transferências de capital no triénio e as entidades que delas beneficiaram. As empresas do setor local, as freguesias, serviços municipalizados, associações de municípios e instituições receberam dos municípios, em 2016, 7,7 M€ para execução de investimento delegado. As transferências com maior expressão nas despesas dos municípios, destinadas às empresas, freguesias e instituições, são desagregadas por município em quadros seguintes.

QUADRO 4.19 - Estrutura e evolução das transferências de capital efetuadas pelos municípios

Transferências de capital	2014		2015		Δ %	2016		Δ %
	valores	%	valores	%		valores	%	
Empresas	2.675.184	30,5	593.112	6,9	-77,8	585.558	7,5	-1,3
Freguesias	2.119.919	24,2	2.373.785	27,6	12,0	2.637.388	33,8	11,1
Serviços municipalizados	621.642	7,1	1.112.733	12,9	79,0	34.494	0,4	-96,9
Associações de municípios	41.776	0,5	41.776	0,5	0,0	0	0,0	-100,0
Instituições sem fins lucrativos	3.263.016	37,2	3.888.944	45,2	19,2	4.406.476	56,5	13,3
Outras transferências de capital	48.400	0,6	591.771	6,9	1.122,7	140.692	1,8	-76,2
Total	8.769.937	100,0	8.602.121	100,0	-1,9	7.804.608	100,0	-9,3
Investimento delegado	8.721.537		8.010.350		-8,2	7.663.916		-4,3

O investimento delegado diminuiu na totalidade em 4,3%, em 2016, após redução de 8,2% no ano anterior. As freguesias e as instituições, com aumentos de 11,1% e 13,3%, são as únicas entidades a aumentar estas receitas. Já em 2015, as transferências para estas entidades tinham aumentado em 12% e 19,2%, respetivamente.

No caso das empresas, verificou-se uma diminuição acentuada em 2015 (-77,8%), mas nesse ano e em 2016 o valor total manteve-se em cerca de 600 m.e.

Nos serviços municipalizados, as transferências de capital recebidas dos municípios sofreram uma diminuição de 97%, uma vez que em 2015 o valor transferido foi relativamente elevado (1,1 M€) e em 2016 foi bastante reduzido.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Quadro 4.20 - Transferências de capital para as empresas locais

Euros											Δ %
CM	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
VPT	0	0	0	150.000	150.000	170.000	0	0	0	0	
PDL	516.709	0	189.088	383.643	1.641.086	1.499.985	759.086	0	378.713	369.868	-2,3
RGR	0	137.154	814.660	624.216	1.056.179	1.247.682	768.227	607.025	0	0	
LAG	0	0	0	298.100	4.017.295	1.877.574	535.750	0	0	0	
VFC	587.517	591.670	354.500	423.091	1.312.721	1.502.074	0	0	0	0	
POV	0	0	0	403.520	590.726	406.729	408.544	432.246	0	0	
NRD	0	0	0	0	0	0	139.693	0	0	0	
AGH	167.848	380.865	651.000	623.563	350.000	317.744	0	0	0	0	
PVT	0	0	45.000	195.107	848.917	1.661.276	1.625.214	1.435.528	0	0	
SCG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
VEL	0	0	0	0	314.874	405.099	314.310	0	0	0	
SRP	0	0	0	0	0	168.997	194.223	200.385	206.899	213.536	3,2
LPC	0	0	22.000	303.096	339.423	302.411	40.000	0	0	0	
MAD	30.000	0	0	5.000	0	0	0	0	0	0	
HRT	109.633	0	0	0	0	0	7.800	0	7.500	0	-100,0
SCF	0	0	0	0	156.000	157.000	0	0	0	0	
LFL	387.559	519.640	645.906	500.633	29.300	0	0	0	0	2.154	
CRV	0	0	0	6.300	0	0	16.000	0	0	0	
RAA	1.799.266	1.629.329	2.722.155	3.916.270	10.806.521	9.716.571	4.808.847	2.675.184	593.112	585.558	-1,3

Apenas 3 municípios efetuaram transferências de capital para empresas do setor empresarial local, e só Ponta Delgada e S. Roque do Pico apresentam valores de alguma dimensão. Nos últimos 5 anos, o município de Ponta Delgada transferiu uma média de 602 m.e. e o município de S. Roque do Pico um valor médio de transferências de 197 m.e. No total, foram transferidos 585,6 m.e., verba que nada se compara aos 10,8 M€ transferidos em 2011, ou aos 9,7 M€ verificados em 2012.

É no período 2010/2013 que se verifica um maior número de municípios (12) a realizarem transferências de capital para as respetivas empresas, se bem que alguns municípios alternem com outros, como é o caso do Nordeste, que só em 2013 efetua estas transferências, ou de Santa Cruz das Flores que só o faz em 2011 e 2012.

Os municípios de Santa Cruz da Graciosa e Calheta são os únicos que não efetuaram transferências de capital para empresas do setor empresarial local nos últimos 10 anos, mas a Calheta não tem empresas.

Santa Cruz da Graciosa é o único município que, tendo empresa municipal, nunca transferiu qualquer verba, corrente ou de capital, para ela.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Quadro 4.21 - Transferências de capital para as freguesias

Municípios	Euros										Δ %
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
VPT	96.600	118.000	139.500	170.000	200.000	180.000	165.000	203.925	217.028	258.797	19,2
PDL	1.333.534	1.929.650	1.344.824	980.420	511.920	511.920	0	14.536	13.629	0	-100,0
RGR	515.280	0	710.032	696.495	396.214	382.989	570.690	382.580	559.580	732.580	30,9
LAG	74.800	104.205	121.117	171.800	133.120	110.308	145.308	103.638	114.447	64.447	-43,7
VFC	143.100	505.338	49.587	49.500	178.119	0	0	0	0	0	
POV	3.000	26.436	12.664	2.000	34.028	33.770	54.102	44.150	38.560	15.538	-59,7
NRD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
AGH	780.000	1.078.006	841.475	602.216	592.011	431.750	632.115	431.116	594.749	702.328	18,1
PVT	0	0	79.000	8.000	80.000	0	16.328	36.116	0	24.090	
SCG	0	49.000	20.000	15.000	0	0	0	0	0	0	
CAL	72.950	0	10.000	5.000	0	9.000	85.037	0	0	23.000	
VEL	302.100	0	254.900	180.000	180.000	180.000	180.000	0	0	0	
SRP	160.803	103.482	116.287	130.017	153.350	145.887	143.050	133.773	124.621	112.083	-10,1
LPC	347.418	371.984	285.830	219.733	180.000	191.507	168.063	95.732	55.996	70.352	25,6
MAD	296.952	296.634	296.731	307.693	278.000	147.124	93.951	24.978	0	0	
HRT	543.995	804.609	716.257	640.047	614.639	532.922	0	537.708	501.675	484.340	-3,5
SCF	87.500	88.750	66.500	89.000	91.250	105.000	102.500	100.000	103.000	106.000	2,9
LFL	39.558	34.627	38.533	0	8.847	14.500	26.661	11.667	50.500	43.833	-13,2
CRV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RAA	4.797.591	5.510.719	5.103.237	4.266.920	3.631.497	2.976.676	2.382.805	2.119.919	2.373.785	2.637.388	11,1

Nas transferências de capital dos municípios para as freguesias verificou-se um aumento global de 11,1%. O total transferido foi de 2,6 M€, bem inferior à média de 3,6 M€ observada no período 2007-2016. Refira-se que as transferências correntes e de capital a favor das freguesias assumiram valores semelhantes (no total) no último triénio, com uma média anual de 2,7 M€ nas transferências correntes e de 2,4 M€ nas transferências de capital.

Os maiores aumentos nas transferências de capital destinadas às freguesias verificam-se em Ribeira Grande (30,9%), Lajes do Pico (25,6%), Vila do Porto (19,2%) e Angra do Heroísmo (18,1%). Ribeira Grande e Angra do Heroísmo com valores transferidos ligeiramente acima dos 700 m.e., foram os que mais verbas transferiram. Em valores médios para a última década, os municípios de Angra do Heroísmo (668 M€) e Ponta Delgada (664 m.e.) apresentam os valores mais elevados, seguidos da Horta (538 m.e.) e da Ribeira Grande (495 me.).

O município do Nordeste não efetuou qualquer transferência de capital para as suas freguesias.

No indicador relativo à percentagem destas transferências nas receitas certas temos 5% na Horta, 4,7% em Vila do Porto e 4,3% em Ribeira Grande e Angra do Heroísmo com valores mais altos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Quadro 4.22 - Transferências de capital para instituições sem fins lucrativos

Euros											Δ %	Capitação 2016
CM	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
VPT	212.800	211.575	227.000	143.678	187.000	174.161	168.500	157.600	159.074	194.650	22,4	35
PDL	575.912	629.343	624.411	564.647	506.587	355.307	390.100	385.641	152.298	58.200	-61,8	1
RGR	458.456	505.135	602.397	577.244	337.932	301.790	253.300	239.420	233.503	436.456	86,9	14
LAG	255.833	234.036	154.899	105.500	108.210	87.053	30.388	0	0	0		0
VFC	567.334	665.905	93.887	125.352	698.115	336.093	0	0	0	0		0
POV	130.450	91.614	125.842	68.500	68.217	28.900	40.483	39.000	34.750	82.333	136,9	13
NRD	183.734	186.609	234.746	180.624	135.839	169.429	113.922	0	0	0		0
AGH	531.052	609.912	358.017	422.245	339.233	255.699	362.731	195.683	332.049	511.902	54,2	14
PVT	1.978.058	1.656.123	1.827.814	1.332.387	763.326	692.212	638.750	1.125.317	2.177.792	2.299.560	5,6	109
SCG	80.000	92.250	39.930	115.100	80.000	42.500	62.500	0	0	0		0
CAL	84.408	48.199	63.408	58.280	0	1.150	8.500	0	0	0		0
VEL	521.800	380.500	310.479	165.343	85.343	0	85.343	85.343	85.343	0	-100,0	0
SRP	267.705	102.246	276.045	383.112	389.600	444.144	455.750	483.850	181.662	149.610	-17,6	44
LPC	293.025	137.253	393.582	1.144.495	322.332	247.917	239.092	293.557	222.584	283.209	27,2	60
MAD	156.663	175.804	218.086	288.115	153.738	123.219	133.792	139.535	164.720	179.844	9,2	30
HRT	144.230	167.500	219.250	299.046	249.526	176.529	149.227	65.106	79.189	189.277	139,0	13
SCF	60.000	60.000	90.000	88.863	60.000	0	0	0	0	0		0
LFL	47.136	7.600	9.500	8.355	62.088	43.657	63.200	37.558	50.999	10.500	-79,4	7
CRV	26.668	27.055	23.132	17.741	18.370	18.499	15.218	15.407	14.982	10.934	-27,0	25
RAA	6.575.265	5.988.658	5.892.425	6.088.628	4.565.457	3.498.257	3.210.795	3.263.016	3.888.944	4.406.476	13,3	18

As transferências de capital concedidas pelos municípios às instituições sem fins lucrativos somaram em 2016, 4,4 M€, surgindo o município da Praia da Vitória claramente em destaque, pois os 2,3 M€ por ele transferidos representam 52% do total Açores, e no ano anterior esta percentagem foi ainda superior (56%). O município de Angra do Heroísmo, que surge em 2º lugar, apesar do aumento de 54%, transferiu apenas 512 m.e., e 6 dos 19 municípios não transferiram qualquer verba desta rubrica em 2016.

As instituições sem fins lucrativos receberam ao todo (transferências correntes e de capital) em 2016, 11 M€ dos municípios e 0,7 M€ das freguesias. Da parte da administração regional, estas instituições receberam em 2016 cerca de 40 M€, o que significa que dos 52 M€ atribuídos às instituições pelas administrações regional e local, 21% foram atribuídas pelos municípios.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

4.8 Investimento

O investimento direto realizado pelos municípios foi de 28,3 M€ em 2016, sofrendo nova redução, desta vez, de 18,7%. No quadro 4.23 é possível ver os valores das despesas de investimento direto e indireto, ou seja, delegado noutras entidades, com a correspondente transferência de verbas. As verbas relativas ao investimento delegado foram apresentadas e comentadas no ponto 4.7 deste relatório, no entanto considera-se útil apresenta-las em conjunto com os valores do investimento direto, dando uma perspetiva do investimento total.

QUADRO 4.23 – Investimento municipal direto e delegado 2007-2016

<i>Euros</i>											
Tipo de Investimento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ %
Investimento Direto	59.918.917	75.853.730	84.142.668	71.880.481	47.170.817	46.651.980	46.982.780	45.861.673	34.785.527	28.267.050	-18,7
Investimento Delegado	16.851.664	15.939.404	14.494.520	16.837.835	21.774.456	17.562.689	10.859.240	8.721.537	8.010.350	7.663.916	-4,3
Investimento Total	76.770.581	91.793.134	98.637.188	88.718.316	68.945.273	64.214.669	57.842.019	54.583.211	42.795.877	35.930.966	-16,0

Tipo de Investimento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ %
Investimento Direto - %	78,0%	82,6%	85,3%	81,0%	68,4%	72,7%	81,2%	84,0%	81,3%	78,7%	-3,2
Investimento Delegado - %	22,0%	17,4%	14,7%	19,0%	31,6%	27,3%	18,8%	16,0%	18,7%	21,3%	14,0
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Investimento delegado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ %
Empresas municipais	1.819.266	1.649.729	2.722.155	3.916.270	10.806.521	9.716.571	4.808.847	2.675.184	593.112	585.558	-1,3
Freguesias	4.797.591	5.510.719	5.103.237	4.266.920	3.631.497	2.976.676	2.382.805	2.119.919	2.373.785	2.637.388	11,1
Instituições	6.575.265	5.988.658	5.892.425	6.088.628	4.565.457	3.498.257	3.210.795	3.263.016	3.888.944	4.406.476	13,3
Serviços Municipalizados	2.608.392	925.323	550.297	2.278.019	2.698.552	1.323.472	415.182	621.642	1.112.733	34.494	-96,9
Associações de municípios	1.050.751	1.864.975	226.406	287.999	72.429	47.712	41.610	41.776	41.776	0	-100,0
Total	16.851.264	15.939.404	14.494.520	16.837.835	21.774.456	17.562.689	10.859.240	8.721.537	8.010.350	7.663.916	-4,3

O investimento realizado indiretamente pelos municípios em 2016, representa 21,3% do seu investimento total, sendo o valor mais alto dos últimos 4 anos. A verdade é que a redução nas transferências de capital foi menos acentuada do que a verificada nas despesas diretas de investimento (-4,3% vs. -18,7%). No entanto, nos anos de 2011 e 2012, devido ao grande volume de transferências de capital para as empresas, o peso relativo do investimento direto registou os valores mais baixos (68,4% em 2011 e 72,7% em 2012).

Os valores apresentados no Quadro 4.23 são mostrados noutra perspetiva nos gráficos 4.7 e 4.8.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 4.7 - Evolução do Investimento municipal direto e delegado 2007-2016

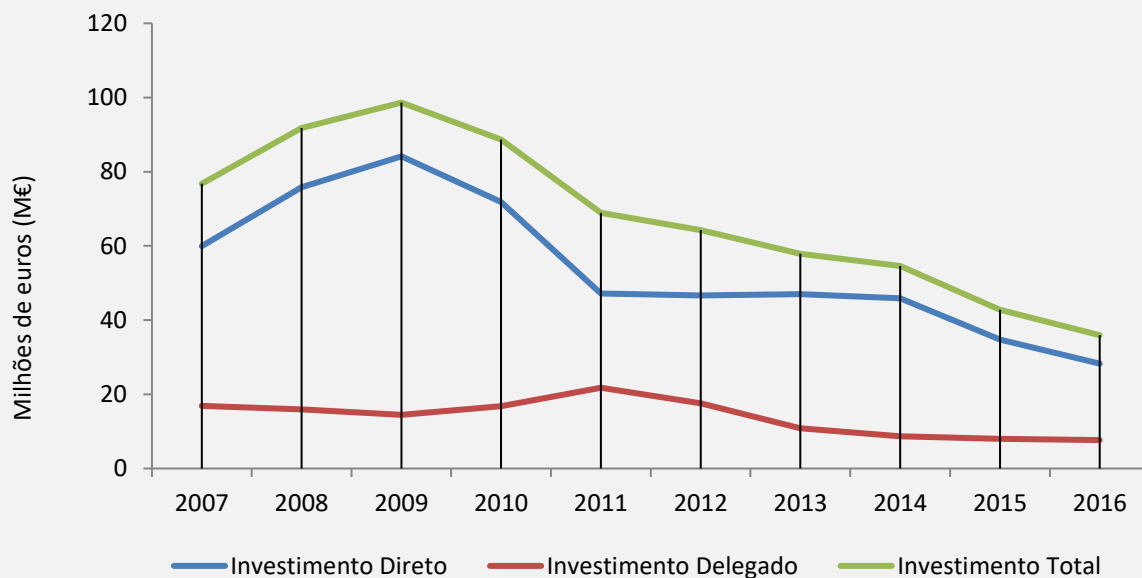
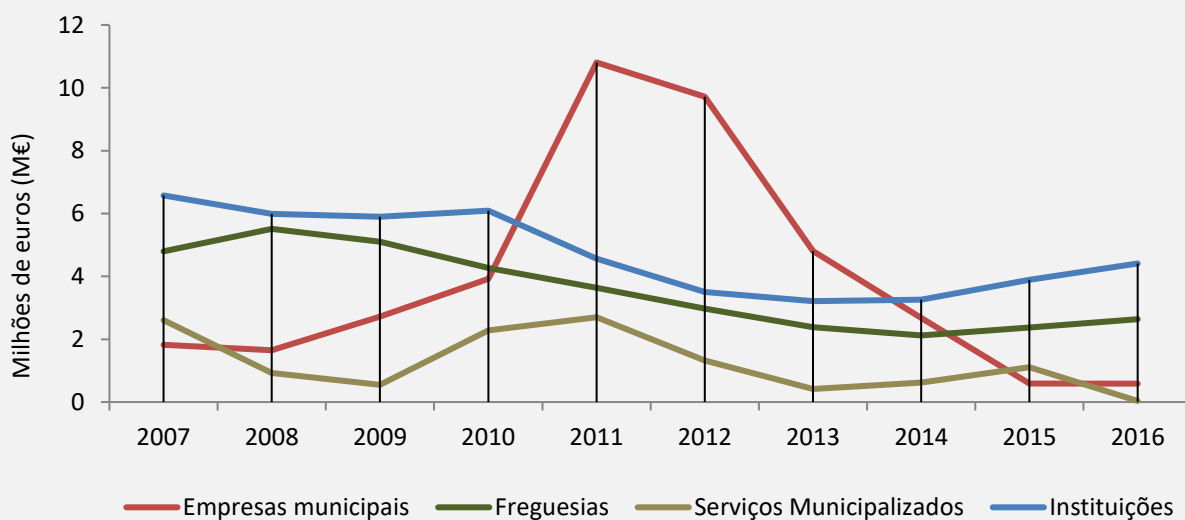


GRÁFICO 4.8 - Investimento municipal delegado, por entidade 2007-2016





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

As despesas de investimento direto e delegado de cada município, no último triénio, são apresentadas no Quadro 4.24.

QUADRO 4.24 - Investimento direto e delegado - 2014 - 2016

Municípios	2014				2015				2016				Euros		
	Investim direto	Investim delegado	Invest total	% inv direto	Investim direto	Investim delegado	Invest total	% inv direto	Investim direto	Investim delegado	Invest total	% inv direto	Δ % inv direto	Δ % inv delegado	Δ % inv total
VPT	1.491.899	361.525	1.853.424	80,5	680.722	376.102	1.056.824	64,4	468.803	453.448	922.251	50,8	-31,1	20,6	-12,7
PDL	6.825.623	430.241	7.255.864	94,1	3.659.082	574.704	4.233.785	86,4	2.865.784	428.068	3.293.852	87,0	-21,7	-25,5	-22,2
RGR	5.358.229	1.229.025	6.587.254	81,3	7.941.306	793.083	8.734.389	90,9	8.321.490	1.169.036	9.490.526	87,7	4,8	47,4	8,7
LAG	1.533.178	115.350	1.648.527	93,0	1.474.187	126.159	1.600.346	92,1	1.510.441	64.447	1.574.888	95,9	2,5	-48,9	-1,6
VFC	1.816.422	0	1.816.422	100,0	2.036.117	0	2.036.117	100,0	600.504	0	600.504	100,0	-70,5		-70,5
POV	1.571.818	515.396	2.087.214	75,3	845.980	73.310	919.290	92,0	603.521	97.871	701.392	86,0	-28,7	33,5	-23,7
NRD	1.316.807	0	1.316.807	100,0	541.483	0	541.483	100,0	669.683	0	669.683	100,0	23,7		23,7
AGH	5.522.790	1.248.441	6.771.231	81,6	5.353.615	2.039.530	7.393.145	72,4	3.525.180	1.248.724	4.773.904	73,8	-34,2	-38,8	-35,4
PVT	1.172.817	2.596.961	3.769.778	31,1	1.078.143	2.177.792	3.255.935	33,1	880.030	2.323.650	3.203.680	27,5	-18,4	6,7	-1,6
SCG	1.651.118	0	1.651.118	100,0	915.417	0	915.417	100,0	517.468	0	517.468	100,0	-43,5		-43,5
CAL	1.024.674	0	1.024.674	100,0	1.276.324	0	1.276.324	100,0	384.185	23.000	407.185	94,4	-69,9		-68,1
VEL	851.220	85.343	936.563	90,9	1.108.233	85.343	1.193.576	92,8	1.003.425	0	1.003.425	100,0	-9,5	-100,0	-15,9
SRP	447.518	818.008	1.265.525	35,4	1.171.570	513.182	1.684.752	69,5	931.196	475.229	1.406.425	66,2	-20,5	-7,4	-16,5
LPC	2.549.106	389.289	2.938.395	86,8	1.341.231	278.580	1.619.811	82,8	907.330	353.561	1.260.891	72,0	-32,4	26,9	-22,2
MAD	2.775.348	164.513	2.939.861	94,4	1.575.097	164.720	1.739.818	90,5	1.482.427	179.844	1.662.271	89,2	-5,9	9,2	-4,5
HRT	4.151.468	602.814	4.754.282	87,3	2.091.392	588.364	2.679.756	78,0	1.187.115	673.617	1.860.732	63,8	-43,2	14,5	-30,6
SCF	2.224.349	100.000	2.324.349	95,7	331.947	103.000	434.947	76,3	564.080	106.000	670.080	84,2	69,9	2,9	54,1
LFL	2.767.021	49.224	2.816.246	98,3	657.287	101.499	758.786	86,6	740.858	56.488	797.346	92,9	12,7	-44,3	5,1
CRV	810.269	15.407	825.677	98,1	706.398	14.982	721.379	97,9	1.103.529	10.934	1.114.464	99,0	56,2	-27,0	54,5
Total	45.861.673	8.721.537	54.583.211	84,0	34.785.527	8.010.350	42.795.877	81,3	28.267.050	7.663.916	35.930.966	78,7	-18,7	-4,3	-16,0

Em valores globais, o peso relativo do investimento direto tem vindo a diminuir, valendo 84% do investimento total em 2014, 81% em 2015 e 79% em 2016. Em 2016, o investimento direto representa 100% em 4 municípios e ultrapassa os 90% noutros 4. O município da Praia da Vitória destaca-se pelos valores baixos: 27,5% em 2016, 33,1% em 2015, 31,1% em 2014. Os municípios de Vila do Porto (50,8%) e Horta (63,8%) são os que aparecem a seguir, com taxas de investimento direto mais reduzidas.

Relativamente à variação anual, em 2016, apenas 5 municípios (Ribeira Grande, Nordeste, Santa Cruz das Flores, Lajes das Flores e Corvo) aumentam o seu investimento total. Nos casos de Santa Cruz das Flores e Corvo, o aumento é de 54%. No sentido inverso, são de destacar as reduções no investimento total de Vila Franca do Campo (-70,5%), Calheta (-68,1%) e Santa Cruz da Graciosa (-43,5%).

No Quadro 4.25 podemos observar o investimento realizado por outras entidades da administração local (freguesias, serviços municipalizados e associações de municípios) e a contribuição dos municípios no financiamento desse investimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Quadro 4.25 - Contribuição dos municípios no investimento de outras entidades da administração local

Despesas de investimento	2014		2015		2016	
	valores	%	valores	%	valores	%
Freguesias - investimento total	4.253.825		7.474.915		4.623.294	
Investimento financiado pelo município	2.119.919	49,8	2.373.785	31,8	2.637.388	57,0
Serviços municipaliz - investimento total	4.809.976		3.746.703		2.665.367	
Investimento financiado pelo município	621.642	12,9	1.112.733	29,7	34.494	1,3
Associações de municípios - investimento	729.405		199.793		14.626	
Investimento financiado pelo município	41.776	5,7	41.776	20,9	0	0,0

As freguesias realizaram 4,6 M€ de investimentos em 2016, com a comparticipação dos municípios em 57%, valor mais elevado do triénio. Nos serviços municipalizados, a taxa de comparticipação foi apenas de 1,3% em 2016, mas no ano anterior ficou próximo dos 30%.

Os quadros 4.26 e 4.27 mostram as áreas de investimento municipal nos últimos 3 anos (valores globais).

QUADRO 4.26 - Evolução e estrutura do investimento direto dos municípios

Áreas de Investimento	2014		2015		Δ %	2016		Euros
	valores	%	valores	%		Δ %		
							valores	
Terrenos	609.271	1,3	1.558.954	4,5	155,9	1.113.265	3,9	-28,6
Habitação	1.347.105	2,9	538.065	1,5	-60,1	876.128	3,1	62,8
Instal Serviços e out edifícios	5.262.654	11,5	4.310.399	12,4	-18,1	3.445.516	12,2	-20,1
Educação e Desporto	7.911.356	17,3	4.128.161	11,9	-47,8	1.952.810	6,9	-52,7
Rede Viária	16.835.782	36,7	13.928.120	40,0	-17,3	9.473.927	33,5	-32,0
Água e Esgotos	4.743.238	10,3	1.862.538	5,4	-60,7	2.742.558	9,7	47,2
Lixos	624.970	1,4	537.564	1,5	-14,0	720.773	2,5	34,1
Outras Construções	4.194.057	9,1	2.931.979	8,4	-30,1	2.230.886	7,9	-23,9
Equipamento, Material Transporte	1.367.933	3,0	2.543.491	7,3	85,9	2.539.454	9,0	-0,2
Informática	1.160.716	2,5	768.808	2,2	-33,8	935.721	3,3	21,7
Outros	1.804.592	3,9	1.677.448	4,8	-7,0	2.236.012	7,9	33,3
Total	45.861.673	100,0	34.785.527	100,0	-24,2	28.267.050	100,0	-18,7



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Tendo presente que as obras de saneamento básico e abastecimento de água são executadas na sua maioria pelos serviços municipalizados, nos municípios de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, o quadro 4.27 inclui estes serviços e as associações de municípios, que também realizam alguns investimentos de âmbito municipal.

QUADRO 4.27 - Evolução e estrutura do investimento direto municipal global (CM, SM e AM)

Euros

Áreas de Investimento	2014		2015		Δ %	2016		Δ %	2016		
	valores	%	valores	%		valores	%		CM (%)	SM (%)	AM (%)
Terrenos	702.046	1,4	1.603.481	4,1	128,4	1.170.202	3,8	-27,0	95,1	4,9	0,0
Habituação	1.347.105	2,6	538.065	1,4	-60,1	876.128	2,8	62,8	100,0	0,0	0,0
Instal Serviços e out edifícios	5.289.759	10,3	4.318.499	11,1	-18,4	3.511.285	11,3	-18,7	98,1	1,9	0,0
Educação e Desporto	7.911.356	15,4	4.128.161	10,7	-47,8	1.952.810	6,3	-52,7	100,0	0,0	0,0
Rede Viária	16.835.782	32,8	13.928.120	36,0	-17,3	9.473.927	30,6	-32,0	100,0	0,0	0,0
Água e Esgotos	8.869.250	17,3	5.091.862	13,1	-42,6	4.811.806	15,5	-5,5	57,0	43,0	0,0
Lixos	1.181.292	2,3	694.090	1,8	-41,2	745.678	2,4	7,4	96,7	2,7	0,6
Outras Construções	4.194.057	8,2	2.931.979	7,6	-30,1	2.230.886	7,2	-23,9	100,0	0,0	0,0
Equipamento, Material Transporte	1.935.546	3,8	2.867.742	7,4	48,2	2.839.491	9,2	-1,0	89,4	10,6	0,0
Informática	1.291.218	2,5	891.281	2,3	-31,0	1.037.604	3,4	16,4	90,2	9,4	0,4
Outros	1.843.644	3,6	1.738.743	4,5	-5,7	2.297.226	7,4	32,1	97,3	2,4	0,3
Total	51.401.055	100,0	38.732.023	100,0	-24,6	30.947.044	100,0	-20,1	91,3	8,6	0,0

Considerando o ano de 2016, o investimento municipal global (municípios, serviços municipalizados e associações de municípios) foi de 31 M€, menos 20% do que em 2015. Os municípios realizaram 91,3% e os SM 8,6%.

O valor de investimento realizados pelas associações de municípios é insignificante (14,6 m.e.), como se pode ver no Quadro 4.25. O investimento das associações atingiu valores máximos em 2011 e 2012 (2 M€ e 2,6 M€), e tem diminuído desde então, com as empresas municipais e intermunicipais a realizarem investimentos que antes eram executados por aquelas entidades.

Nas áreas de investimento a rede viária surge como prioritária (30,6%), cerca do dobro do investimento em abastecimento de água e esgotos (15,5%), seguido das obras em instalações dos serviços e outros edifícios (11,3%).

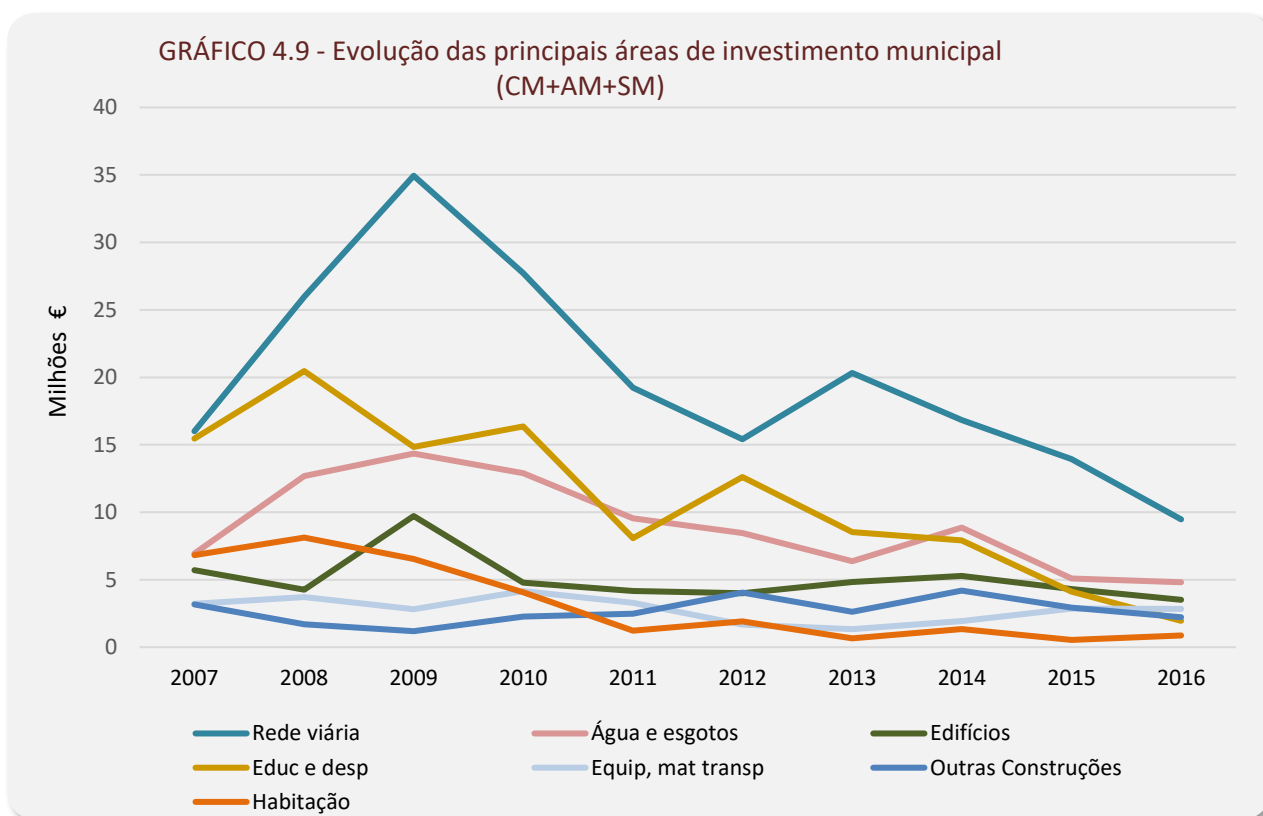


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Em termos de evolução no triénio, o setor da educação e desporto sofreu uma quebra de 52,7% em 2016, após redução de 47,8% em 2015, e a rede viária também segue tendência semelhante, diminuindo 17,3% em 2015 e 32% em 2016.

No caso da habitação, o investimento aumentou 62,8% em 2016, mas no ano anterior tinha diminuído 60,1%.

Os gráficos seguintes mostram a evolução (4.9) e a estrutura (4.10 e 4.11) do investimento municipal.



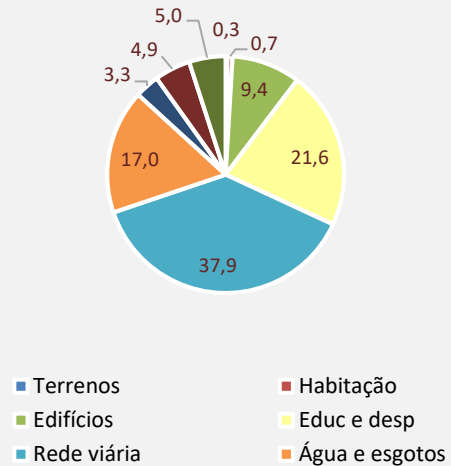


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Gráfico 4.10 - Áreas de investimento - 2016 (CM+AM+SM)



Gráfico 4.11 - Áreas de investimento - média 2007/2015 (CM+AM+SM)



Os quadros que se seguem mostram, por município, o investimento direto realizado em 2016 e a média dos últimos 10 anos, bem como o peso relativo das áreas de investimento.

QUADRO 4.28 - Áreas de investimento municipal

Municípios	Terrenos		Habitação		Instalações dos serviços		Educação e desporto		Rede viária		Água e esgotos (PDL e AGH c/ SM)		Outras construções		Equip e mat transporte		Informática		Investimento Total	
	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década
VPT	51.226	26.373	7.500	24.013	18.887	344.945	36.572	168.645	160.006	211.201	44.221	49.571	38.508	135.008	93.788	139.994	17.756	17.083	468.803	1.197.764
PDL	79.193	571.763	0	158.066	326.709	1.022.666	177.254	1.931.670	348.608	3.405.802	1.499.041	2.707.434	227.507	341.320	598.555	489.125	405.612	190.403	4.364.825	11.338.370
RGR	129.888	64.987	135.608	1.332.313	584.812	876.818	415.666	1.680.113	4.824.865	2.950.138	946.065	2.251.764	633.634	531.097	154.798	204.050	176.673	104.440	8.321.490	10.263.958
LAG	0	46.374	65.360	348.847	415.901	564.910	316.628	139.066	140.337	657.990	125.469	575.663	100.588	95.278	95.237	93.467	50.165	35.018	1.510.441	2.674.714
VFC	8.000	65.531	115.000	136.191	12.001	169.717	85.060	1.139.228	76.096	477.318	0	156.791	94.945	47.163	21.131	92.323	2.549	34.876	600.504	2.455.456
POV	0	20.856	0	111.041	19.935	82.217	43.699	214.294	256.713	253.536	68.511	127.286	108.287	227.822	26.782	30.204	18.699	40.424	603.521	1.237.644
NRD	714	32.110	24.980	8.890	255.503	303.473	2.784	198.162	196.127	1.563.352	0	22.285	126.121	92.513	37.580	91.723	24.128	19.939	669.683	2.369.220
AGH	265.946	107.653	161.814	770.048	806.474	240.495	384.067	1.032.602	1.016.097	1.426.067	570.207	939.012	124.198	208.524	578.515	237.170	81.644	125.183	3.525.180	5.144.130
PVT	15.611	91.316	153.899	82.641	461.297	369.975	0	862.125	111.349	2.146.037	0	249.585	0	76.872	26.331	202.778	0	59.009	880.030	4.411.733
SCG	6.500	77.139	99.941	104.723	30.807	83.766	8.352	354.372	64.166	615.389	17.133	226.483	10.358	217.999	77.984	127.971	36.767	24.417	517.468	1.901.033
CAL	0	1.759	0	214	19.872	83.246	4.874	312.043	211.368	816.056	26.490	135.455	77.492	50.436	22.141	52.540	19.810	16.489	384.185	1.476.707
VEL	2.500	250	0	46.927	583	18.772	0	193.788	80.401	647.722	765.724	245.155	0	27.511	119.764	44.890	10.044	15.803	1.003.425	1.264.598
SRP	441.707	68.466	16.217	5.247	56.076	22.391	7.358	393.636	108.841	579.457	41.160	98.309	96.526	44.659	16.580	18.814	4.122	15.556	931.196	1.370.117
LPC	12.000	18.870	0	0	62.356	56.659	38.111	774.070	675.639	944.753	22.056	159.004	42.382	175.419	35.407	51.496	9.818	33.175	907.330	2.261.446
MAD	0	7.560	0	0	142.079	351.766	81.894	391.779	957.050	24.267	87.632	41.202	94.927	186.052	73.276	17.328	26.684	1.482.427	2.117.212	
HRT	100.000	28.931	0	4.702	26.194	160.133	0	183.515	384.045	840.573	317.300	706.712	143.061	83.884	134.360	77.401	46.738	75.400	1.187.115	2.284.988
SCF	0	16.935	12.133	46.034	0	25.547	240.039	375.332	215.899	462.105	7.970	74.400	35.303	14.558	30.798	69.137	12.366	5.936	564.080	1.128.040
LFL	0	7.675	0	15.345	176.724	126.731	55.237	638.581	187.446	586.781	0	16.235	101.921	175.983	190.013	148.388	0	317	740.858	1.855.732
CRV	0	0	83.678	15.674	29.307	65.452	55.216	59.812	24.145	419.268	336.192	156.340	228.856	45.468	93.639	45.168	1.503	8.912	1.103.529	1.022.019
CM	1.113.265	1.254.548	876.128	3.210.916	3.445.516	4.969.679	1.952.810	11.037.166	9.473.927	19.960.293	4.811.806	8.985.116	2.230.886	2.686.441	2.539.454	2.289.917	935.721	849.065	29.766.091	57.774.879



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.29 - Áreas de investimento municipal - %

Municípios	Terrenos		Habitação		Instalações dos serviços		Educação e desporto		Rede viária		Água e esgotos (PDL e AGH c/ SM)		Outras construções		Equip e mat transporte		Informática	
	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década	2016	Média da Década
VPT	10,9%	2,2%	1,6%	2,0%	4,0%	28,8%	7,8%	14,1%	34,1%	17,6%	9,4%	4,1%	8,2%	11,3%	20,0%	11,7%	3,8%	1,4%
PDL	1,8%	5,0%	0,0%	1,4%	7,5%	9,0%	4,1%	17,0%	8,0%	30,0%	34,3%	23,9%	5,2%	3,0%	13,7%	4,3%	9,3%	1,7%
RGR	1,6%	0,6%	1,6%	13,0%	7,0%	8,5%	5,0%	16,4%	58,0%	28,7%	11,4%	21,9%	7,6%	5,2%	1,9%	2,0%	2,1%	1,0%
LAG	0,0%	1,7%	4,3%	13,0%	27,5%	21,1%	21,0%	5,2%	9,3%	24,6%	8,3%	21,5%	6,7%	3,6%	6,3%	3,5%	3,3%	1,3%
VFC	1,3%	2,7%	19,2%	5,5%	2,0%	6,9%	14,2%	46,4%	12,7%	19,4%	0,0%	6,4%	15,8%	1,9%	3,5%	3,8%	0,4%	1,4%
POV	0,0%	1,7%	0,0%	9,0%	3,3%	6,6%	7,2%	17,3%	42,5%	20,5%	11,4%	10,3%	17,9%	18,4%	4,4%	2,4%	3,1%	3,3%
NRD	0,1%	1,4%	3,7%	0,4%	38,2%	12,8%	0,4%	8,4%	29,3%	66,0%	0,0%	0,9%	18,8%	3,9%	5,6%	3,9%	3,6%	0,8%
AGH	7,5%	2,1%	4,6%	15,0%	22,9%	4,7%	10,9%	20,1%	28,8%	27,7%	16,2%	18,3%	3,5%	4,1%	16,4%	4,6%	2,3%	2,4%
PVT	1,8%	2,1%	17,5%	1,9%	52,4%	8,4%	0,0%	19,5%	12,7%	48,6%	0,0%	5,7%	0,0%	1,7%	3,0%	4,6%	0,0%	1,3%
SCG	1,3%	4,1%	19,3%	5,5%	6,0%	4,4%	1,6%	18,6%	12,4%	32,4%	3,3%	11,9%	2,0%	11,5%	15,1%	6,7%	7,1%	1,3%
CAL	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	5,2%	5,6%	1,3%	21,1%	55,0%	55,3%	6,9%	9,2%	20,2%	3,4%	5,8%	3,6%	5,2%	1,1%
VEL	0,2%	0,0%	0,0%	3,7%	0,1%	1,5%	0,0%	15,3%	8,0%	51,2%	76,3%	19,4%	0,0%	2,2%	11,9%	3,5%	1,0%	1,2%
SRP	47,4%	5,0%	1,7%	0,4%	6,0%	1,6%	0,8%	28,7%	11,7%	42,3%	4,4%	7,2%	10,4%	3,3%	1,8%	1,4%	0,4%	1,1%
LPC	1,3%	0,8%	0,0%	0,0%	6,9%	2,5%	4,2%	34,2%	74,5%	41,8%	2,4%	7,0%	4,7%	7,8%	3,9%	2,3%	1,1%	1,5%
MAD	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	9,6%	16,6%	5,5%	18,2%	26,4%	45,2%	1,6%	4,1%	2,8%	4,5%	12,6%	3,5%	1,2%	1,3%
HRT	8,4%	1,3%	0,0%	0,2%	2,2%	7,0%	0,0%	8,0%	32,4%	36,8%	26,7%	30,9%	12,1%	3,7%	11,3%	3,4%	3,9%	3,3%
SCF	0,0%	1,5%	2,2%	4,1%	0,0%	2,3%	42,6%	33,3%	38,3%	41,0%	1,4%	6,6%	6,3%	1,3%	5,5%	6,1%	2,2%	0,5%
LFL	0,0%	0,4%	0,0%	0,8%	23,9%	6,8%	7,5%	34,4%	25,3%	31,6%	0,0%	0,9%	13,8%	9,5%	25,6%	8,0%	0,0%	0,0%
CRV	0,0%	0,0%	7,6%	1,5%	2,7%	6,4%	5,0%	5,9%	2,2%	41,0%	30,5%	15,3%	20,7%	4,4%	8,5%	4,4%	0,1%	0,9%

Nos investimentos em terrenos, destacam-se S. Roque do Pico, que dedica 47,4% das suas despesas totais de investimento a esta área, e Vila do Porto (10,9%). Na habitação, os municípios de Vila Franca do Campo (19,2%), Santa Cruz da Graciosa (19,3%) e Praia da Vitória (17,5%) são os que dão mais prioridade a esta área. Nas instalações dos serviços, destacam-se os municípios de Praia da Vitória (52,4%) e Nordeste (38,2%). Na rede viária, sobressaem Lajes do Pico (74,5%) e Ribeira Grande (58%).

O município de Velas dedica 76,3% do seu investimento em 2016 ao setor de abastecimento de água e esgotos. No entanto, considerando a última década, essa percentagem desce para 19,4% e nesse caso o destaque vai para o município da Horta com 31% do seu investimento neste setor.

4.9 Capitação de algumas despesas

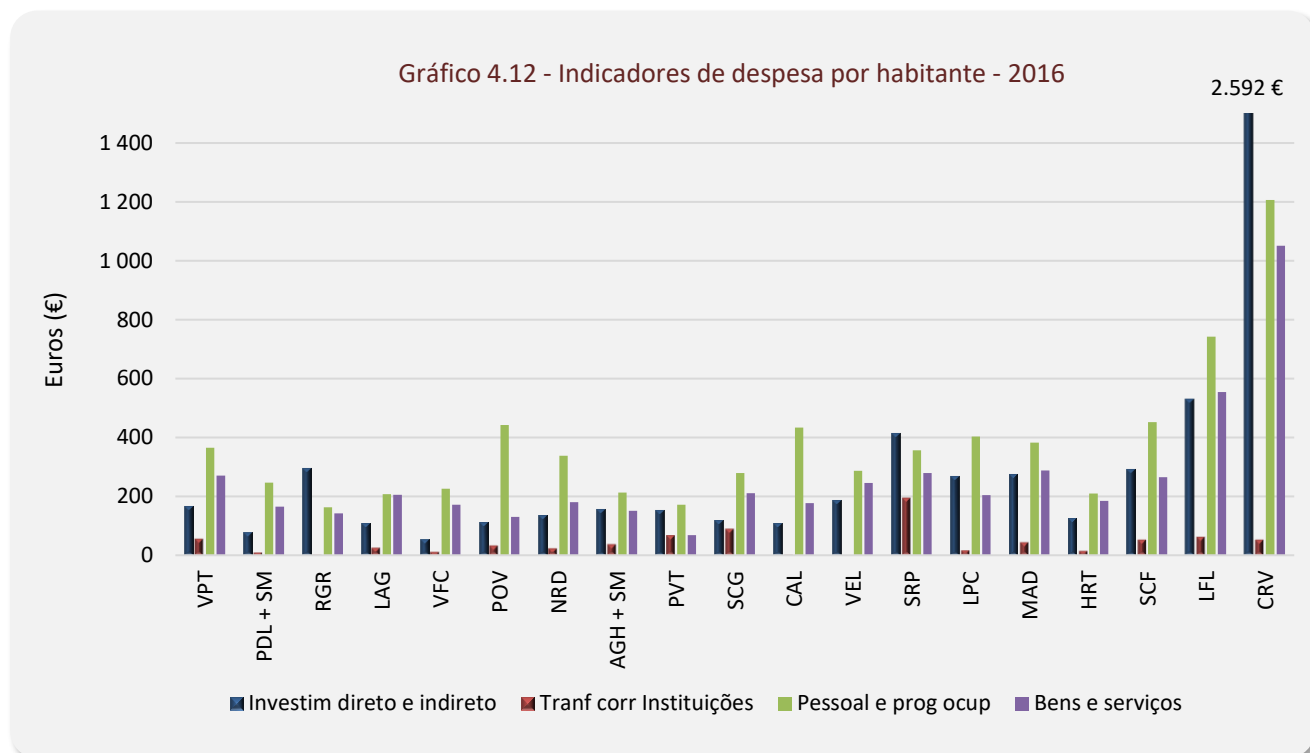
Finalizando a análise da despesa municipal, apresenta-se o Gráfico 4.12 com algumas rubricas ou agregados de despesas por habitante. Às despesas de pessoal foram adicionadas as despesas com programas ocupacionais, uma vez que estas também dizem respeito a remunerações do trabalho.

O município do Corvo apresenta, destacadamente, os maiores valores per capita nas despesas de pessoal, bens e serviços e investimento. No entanto, essa situação não se verifica no que se refere às transferências para instituições, onde sobressaem S. Roque do Pico e Praia da Vitória.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Nas despesas de pessoal são de destacar os municípios de Povoação, Calheta e Santa Cruz das Flores.





5. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS EM 2016

5.1 - Resultados do exercício

O resultado líquido global do conjunto dos municípios da RAA situou-se em 14,2 M€ em 2016, o que comparado com o ano anterior mostra um aumento de 154,3%. No entanto, se observarmos o Quadro 5.1, verificamos que os resultados operacionais cresceram apenas 1,2%. O aumento significativo dos resultados líquidos resulta sobretudo do comportamento verificado nos resultados financeiros e extraordinários, conforme mostra o mencionado Quadro.

Os resultados financeiros, que em 2015 foram de 1,5 M€, atingem 2,7 M€ em 2016. Esta variação fica a dever-se aos proveitos financeiros, que aumentam 184%, bem como à redução de 13,8% nos custos financeiros. Todavia, o aumento nos proveitos financeiros fica essencialmente a dever-se a um município, com a internalização de uma empresa municipal, tendo o aumento de Fundos Próprios resultante desse processo sido contabilizado como um proveito financeiro, ao invés de considerar esse reforço na conta de resultados transitados. Deste modo, os resultados líquidos de 2017 ficaram sobrevalorizados.

O Quadro 5.1 mostra também, de forma agregada, os custos, proveitos e resultados dos serviços municipalizados e das associações de municípios. Nos serviços municipalizados, o resultado líquido foi positivo nos últimos 3 anos e aumentou 18,3% em 2017.

Nas associações, o resultado líquido de 2017 foi negativo, ao contrário dos 2 anos anteriores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.1 - Demonstração de resultados sintética - CM, SM, AM

Euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Municípios	2014	2015	Δ %	2016	Δ %
Custos operacionais	139.070.592	147.719.826	6,2	152.679.552	3,4
Proveitos operacionais	142.612.026	150.104.385	5,3	155.093.718	3,3
Custos e perdas financeiros	3.746.150	3.498.378	-6,6	3.017.318	-13,8
Proveitos e ganhos financeiros	2.116.154	2.030.973	-4,0	5.760.701	183,6
Custos e perdas extraordinários	9.781.279	15.351.677	56,9	9.871.571	-35,7
Proveitos e ganhos extraordinários	17.967.536	20.020.419	11,4	18.919.127	-5,5
Resultados operacionais	3.541.434	2.384.559	-32,7	2.414.165	1,2
Resultados financeiros	-1.629.997	-1.467.405	10,0	2.743.384	287,0
Resultados extraordinários	8.186.257	4.668.742	-43,0	9.047.556	93,8
Resultado líquido do exercício	10.097.694	5.585.896	-44,7	14.205.105	154,3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Serviços Municipalizados	2014	2015	Δ %	2016	Δ %
Custos operacionais	17.413.816	16.077.074	-7,7	15.579.848	-3,1
Proveitos operacionais	16.003.095	15.897.536	-0,7	16.358.164	2,9
Custos e perdas financeiros	24.518	17.944	-26,8	13.484	-24,9
Proveitos e ganhos financeiros	61.822	53.156	-14,0	34.710	-34,7
Custos e perdas extraordinários	200.365	2.534.075	1164,7	158.121	-93,8
Proveitos e ganhos extraordinários	2.585.513	4.624.464	78,9	1.665.574	-64,0
Resultados operacionais	-1.410.721	-179.538	87,3	778.315	533,5
Resultados financeiros	37.304	35.212	-5,6	21.226	-39,7
Resultados extraordinários	2.385.149	2.090.389	-12,4	1.507.453	-27,9
Resultado líquido do exercício	1.011.732	1.946.063	92,3	2.306.994	18,5

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Associações de Municípios	2014	2015	Δ %	2016	Δ %
Custos operacionais	1.774.562	2.078.671	17,1	2.611.579	25,6
Proveitos operacionais	1.549.675	2.058.959	32,9	2.393.955	16,3
Custos e perdas financeiros	12.688	8.716	-31,3	4.628	-46,9
Proveitos e ganhos financeiros	16.089	94.829	489,4	160.422	69,2
Custos e perdas extraordinários	46.263	33.498	-27,6	11.635	-65,3
Proveitos e ganhos extraordinários	406.539	144.705	-64,4	69.242	-52,1
Resultados operacionais	-224.887	-19.712	91,2	-217.624	-1004,0
Resultados financeiros	3.401	86.113	2432,3	155.794	80,9
Resultados extraordinários	360.277	111.207	-69,1	57.607	-48,2
Resultado líquido do exercício	138.790	177.608	28,0	-4.223	-102,4



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Proveitos e custos operacionais

Os resultados operacionais do conjunto dos municípios registaram um ligeiro aumento de 1,2% em 2016, mas mesmo assim, o valor global de 2,4 M€ fica distante dos 3,5 M€ conseguidos em 2014.

Observando o Quadro 5.2, verifica-se que quer os proveitos, quer os custos operacionais aumentam ligeiramente, provocando um aumento de 1,2% nos resultados operacionais. Destaca-se ainda o aumento de 703% nos proveitos suplementares.

QUADRO 5.2 - Proveitos e custos operacionais - Total CM

	Euros				
Proveitos operacionais	2014	2015	2016	%	Δ %
Vendas e prestações de serviços	15.332.508	16.152.368	17.333.087	11,2	7,3
Impostos e taxas	33.065.883	34.059.596	35.829.368	23,1	5,2
Variação da produção	0	0	0	0,0	-
Trabalhos para a própria entidade	1.244.331	1.821.625	1.858.339	1,2	2,0
Proveitos suplementares	120.371	139.153	1.116.859	0,7	702,6
Transferências e subsídios obtidos	92.848.934	97.931.643	98.956.066	63,8	1,0
Outros proveitos e ganhos operacionais	0	0	0	0,0	-
Total	142.612.026	150.104.385	155.093.718	100,0	3,3

	Euros				
Custos operacionais	2014	2015	2016	%	Δ %
Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.548.788	4.977.110	5.144.693	3,4	3,4
Fornecimentos e serviços externos	28.742.886	34.686.269	39.073.789	25,6	12,6
Pessoal	52.095.041	50.810.553	50.020.056	32,8	-1,6
Transf. e subsídios correntes concedidos	11.953.088	13.344.933	14.360.777	9,4	7,6
Amortizações do exercício	40.615.390	42.510.151	42.659.386	27,9	0,4
Provisões do exercício	427.920	643.104	634.878	0,4	-1,3
Outros custos e perdas operacionais	687.479	747.707	785.974	0,5	5,1
Total	139.070.592	147.719.826	152.679.552	100,0	3,4

Resultados operacionais	2014	2015	2016	Δ %	Δ %
Resultado operacional (Prov operac - custos operac)	3.541.434	2.384.559	2.414.165	-32,7	1,2

Em termos de estrutura, nos proveitos destacam-se claramente as transferências, com um peso relativo de 63,8%, onde assumem papel relevante os Fundos do Orçamento do Estado. Seguem-se os impostos e taxas (23,1%) e as vendas de bens e serviços (11,2%).

Nos custos operacionais, a rubrica com maior peso é a dos custos com o pessoal (32,8%), seguindo-se as amortizações do exercício (27,9%) e as compras de bens e serviços (25,6%).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

As transferências e subsídios correntes concedidos aumentaram 7,6% e representam 9,4% dos custos operacionais. O aumento de 7,6% nestes custos apenas é ultrapassado pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos (12,6%), ambos aumentando bem mais do que os proveitos operacionais (3,3%). Este excesso é compensado de certo modo pela redução de 1,6% nos custos com o pessoal, que apesar de ter sido apenas de 1,6%, verifica-se numa rubrica que representa quase 33% do total de custos operacionais.

A estrutura dos proveitos e dos custos operacionais é apresentada nos gráficos 5.1 e 5.2

Gráfico 5.1 - Estrutura dos proveitos operacionais - 2016

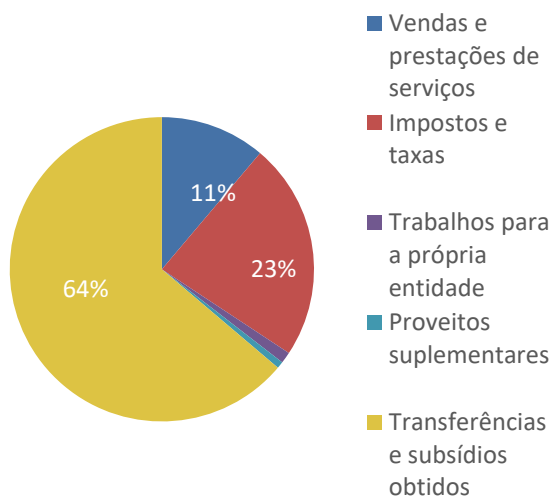
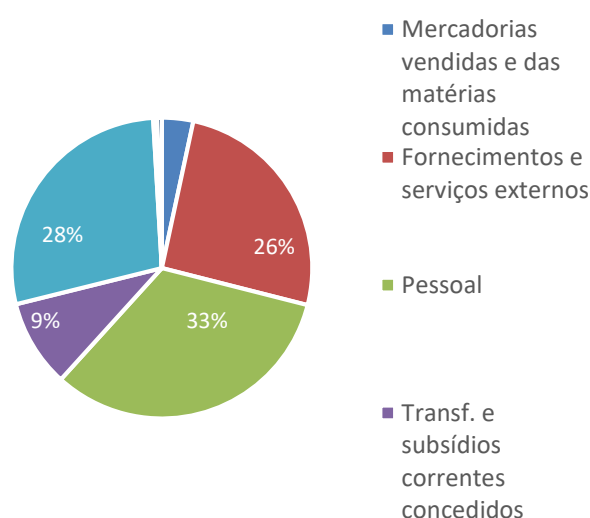


Gráfico 5.2 - Estrutura dos custos operacionais - 2016



No Quadro 5.3 apresentam-se por entidade e para o triénio 2014 - 2016 os resultados operacionais, financeiros e extraordinários, bem como o resultado líquido (soma dos outros 3).

Nos resultados operacionais de 2016, 8 municípios apresentam valores negativos e 6 deles mostram resultados negativos nos 3 últimos anos. Com valores negativos mais elevados, surgem Ponta Delgada e Lajes das Flores, neste último caso, um valor alto para a dimensão do município. Por outro



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

lado, os melhores resultados operacionais aparecem nos municípios de Ribeira Grande, Angra do Heroísmo, Lagoa e Calheta. O fator dimensão não é portanto condição em termos de resultados operacionais.

O município de S. Roque do Pico é o único que apresenta valores negativos nos 3 anos e nos 3 tipos de resultados (operacionais, financeiros e extraordinários).

Com melhor performance nos 3 tipos de resultados, surgem Ribeira Grande, Santa Cruz da Graciosa, Lagoa e Calheta.

Nos resultados extraordinários, o município da Praia da Vitória é de longe o pior (-1,2 M€) dos 4 com resultados negativos e no total de resultados líquidos só é ultrapassado por Lajes das Flores, que tem o segundo pior resultado operacional, só ultrapassado por Ponta Delgada.

QUADRO 5.3 - Resultados por entidade

Municípios	Resultados operacionais			Resultados financeiros			Resultados extraordinários			Resultado líquido exercício		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
VPT	857.777	172.174	291.540	1.844	2.948	1.708.618	-167.986	89.819	-31.148	691.635	264.941	1.969.009
PDL	-2.019.505	-2.370.157	-2.371.877	1.079.680	814.386	2.205.984	1.129.075	1.871.702	2.548.109	189.251	315.930	2.382.215
RGR	4.657.190	3.463.239	2.510.785	-122.178	130.496	128.692	582.179	841.667	654.191	5.117.190	4.435.402	3.293.668
LAG	580.048	439.920	828.076	-102.270	-81.996	-108.415	181.277	-204.092	424.684	659.055	153.832	1.144.346
VFC	-173.234	291.126	419.009	-1.040.227	-839.325	-704.368	1.410.545	733.547	650.310	197.084	185.348	364.952
POV	-396.815	53.078	4.201	-63.844	-83.710	-48.676	705.163	618.390	686.264	244.504	587.758	641.789
NRD	52.164	360.341	445.145	-729.889	-609.874	-506.932	680.062	689.035	875.209	2.338	439.502	813.422
AGH	1.557.101	1.714.107	1.641.175	-101.408	7.839	100.316	586.600	-46.484	722.359	2.042.292	1.675.462	2.463.850
PVT	-143.931	-372.241	560.689	-43.904	-78.402	-68.346	-642.259	-651.703	-1.243.854	-830.094	-1.102.345	-751.511
SCG	-9.290	119.799	3.630	5.319	34.280	43.174	239.637	422.108	573.597	235.666	576.187	620.402
CAL	925.556	1.083.793	816.936	-149.512	-99.291	-68.672	431.754	507.363	383.388	1.207.798	1.491.865	1.131.652
VEL	125.932	311.530	225.938	-5.436	-185.428	91.966	1.606.827	-2.555.735	938.561	1.727.323	-2.429.633	1.256.464
SRP	-651.683	-627.048	-345.915	-15.215	-10.340	-8.176	-401.663	-109.530	-62.796	-1.068.561	-746.918	-416.888
LPC	-296.760	-624.099	-251.409	-178.779	-79.969	-40.325	327.744	1.037.405	297.712	-147.795	333.337	5.977
MAD	118.926	72.994	-281.192	-38.965	-332.741	-39.844	375.516	464.119	264.561	455.477	204.372	-56.476
HRT	-876.840	-683.446	-211.117	-87.186	-88.399	-48.275	281.626	700.429	695.636	-682.400	-71.416	436.245
SCF	-132.817	-148.722	-229.008	-61.171	10.400	8.860	16.076	-266.212	-61.017	-177.912	-404.534	-281.165
LFL	-783.345	-966.641	-1.219.932	26.323	18.441	78.032	597.924	128.202	341.517	-159.098	-819.998	-800.383
CRV	150.961	94.813	-422.507	-3.179	3.283	19.770	246.160	398.711	390.274	393.941	496.807	-12.464
CM	3.541.434	2.384.559	2.414.165	-1.629.997	-1.467.405	2.743.384	8.186.257	4.668.742	9.047.556	10.097.694	5.585.896	14.205.105
SMPD	309.468	685.800	1.251.538	42.233	41.026	19.894	1.082.134	1.029.069	947.128	1.433.834	1.755.895	2.218.560
SMAH	-1.720.189	-865.338	-473.223	-4.929	-5.814	1.332	1.303.015	1.061.320	560.325	-422.103	190.168	88.434
AMRAA	-39.336	82.886	45.776	-5.929	-352	-96	45.684	61.550	-529	419	144.084	45.151
AMISM	-185.551	-107.325	-150.726	9.329	89.994	156.011	314.593	50.618	58.140	138.371	33.286	63.424
AMIP	0	4.727	-112.673	0	-3.529	-122	0	-961	-4	0	237	-112.798



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

5.2 Balanço

O Quadro 5.4 apresenta de forma sintética os balanços totais dos municípios no triénio 2014-2016, seguindo-se uma análise dos seus grandes agrupamentos - Ativo, Passivo e Fundos Próprios.

QUADRO 5.4 - Balanços resumidos - 2014-2016 - Total CM - Ativo

Ativo líquido	2014		2015		2016		Δ %
	valores	%	valores	%	valores	%	
Imobilizado Incorpóreo	4.558.988	0,4	4.598.044	0,4	4.546.442	0,4	-1,1
Imobilizado Corpóreo	1.115.373.216	88,8	1.111.994.654	90,1	1.105.079.325	89,5	-0,6
Imobilizado Financeiro	79.902.515	6,4	65.621.921	5,3	65.310.220	5,3	-0,5
Existências	2.154.327	0,2	2.147.634	0,2	2.288.118	0,2	6,5
Dívidas de terceiros	22.942.934	1,8	19.887.684	1,6	19.467.022	1,6	-2,1
Depósitos e Caixa	15.685.860	1,2	18.709.486	1,5	23.540.511	1,9	25,8
Acréscimos e diferimentos	15.281.486	1,2	11.194.255	0,9	14.001.134	1,1	25,1
Totais	1.255.899.326	100,0	1.234.153.679	100,0	1.234.232.771	100,0	0,0

Fundos Próprios	2014		2015		2016		Δ %
	valores	%	valores	%	valores	%	
Património	539.234.940	72,7	542.416.320	73,1	547.087.823	72,0	0,9
Ajustamento de partes de capital	55.005.838	7,4	41.797.235	5,6	40.283.034	5,3	-3,6
Reservas	47.027.986	6,3	50.128.604	6,8	52.223.577	6,9	4,2
Subsídios e doações	23.858.038	3,2	29.855.455	4,0	33.324.766	4,4	
Resultados transitados	54.541.180	7,4	60.516.511	8,2	61.023.136	8,0	
Resultado Líquido de exercício	10.097.694	1,4	5.585.896	0,8	14.205.105	1,9	154,3
Outros fundos próprios	11.635.582	1,6	11.920.592	1,6	12.206.914	1,6	2,4
Totais	741.401.258	100,0	742.220.613	100,0	760.354.356	100,0	2,4

Passivo	2014		2015		2016		Δ %
	valores	%	valores	%	valores	%	
Provisões para riscos e encargos	4.198.118	0,8	4.037.659	0,8	4.218.677	0,9	4,5
Dívida de médio e longo prazo	147.006.234	28,6	136.826.919	27,8	131.097.238	27,7	-4,2
Dívida de curto prazo	18.791.732	3,7	12.658.462	2,6	11.170.487	2,4	-11,8
Acréscimos de custos	8.189.281	1,6	7.579.054	1,5	7.911.359	1,7	4,4
Proveitos diferidos	336.312.703	65,4	330.830.973	67,3	319.480.654	67,4	-3,4
Totais	514.498.068	100,0	491.933.065	100,0	473.878.415	100,0	-3,7

Fundos próprios e passivo	1.255.899.326		1.234.153.679		1.234.232.771		0,0
----------------------------------	----------------------	--	----------------------	--	----------------------	--	------------



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

5.2.1 - Ativo

Em 2016, o Ativo Líquido total dos municípios praticamente não se alterou, mantendo-se em 1.234 M€, o mesmo não acontecendo com o Passivo, que diminuiu 3,7% e os Fundos Próprios, que aumentaram 2,4%.

O imobilizado corpóreo representa 89,5% do Ativo, e diminuiu -0,6%. Este imobilizado é essencialmente constituído por edifícios e outras construções (84,7%) e terrenos e recursos naturais (9,5%). O imobilizado em curso (obras por concluir no final do ano), era de 30,7 M€, ou seja, 2,8% do imobilizado corpóreo. Este valor era de 14% em 2008 e em 2009, e 8% em 2012, tendo vindo a diminuir, uma vez que os investimentos realizados nos últimos anos foram substancialmente reduzidos, como atrás se referiu, na análise da despesa (só em 2016 diminuíram 18,7%). Se considerarmos o mapa de execução do PPI em 2016, verificamos que estavam previstos investimentos para 2016, no total de 55,3 M€, e foram executados 27,5 M€. No mesmo mapa, estão previstos para anos seguintes 91,5 M€, que adicionados aos investimentos previstos e não executados em 2016 (27,8 M€) dá um total de 119,3 M€ efetivos para anos seguintes. Este valor é substancialmente superior aos 30,7 M€ de imobilizado em curso, podendo significar que a maior parte desse investimento ainda não começou.

As verbas disponíveis em Depósitos e Caixa (23,5 M€) ultrapassam as dívidas a receber (19,5 M€) e representam 1,9% do Ativo.

O imobilizado financeiro, que no ano anterior tinha sofrido uma quebra de 18%, devido ao encerramento de diversas empresas municipais, em 2016 diminuiu apenas 0,5%. As participações em empresas e o Fundo de Apoio Municipal (FAM) constituem as principais componentes do imobilizado financeiro nos municípios, representando no conjunto dos municípios, 82,6% e 13,8%, respetivamente.

As existências totalizam 2,3 M€, apenas 0,2% do Ativo. As empreitadas são a forma mais corrente de realização de obras pelos municípios, pelo que esta conta do ativo tem um valor reduzido. Em 2016, o valor total da conta 75 (Trabalhos para a própria entidade) que traduz os custos das obras por administração direta era de 1,8 M€, comparado com os 28,3 M€ gastos em empreitadas e aquisições de bens de investimento (terrenos, edifícios, maquinaria, veículos, etc.). Refira-se ainda



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

que 8 municípios não movimentaram a conta 75, pelo que não realizaram obras por administração direta.

As dívidas de terceiros diminuíram 2,1%, sendo esta uma rubrica de reduzida dimensão no ativo dos municípios (1,6%).

Por outro lado, as contas de depósitos e caixa apresentavam no final do ano um total de 23,5 M€, ou seja, mais 25,8% do que em 2015. Este valor compreende o saldo orçamental (21,7 M€) e o saldo de operações de tesouraria (1,8 M€), sendo que este último resulta de cobranças a entregar a outras entidades.

O Quadro 5.5 mostra o resumo do Ativo de 2017 dos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios.

O ativo global deste conjunto de 24 entidades é de 1.307 M€, nos quais os municípios representam 94,5%, os serviços municipalizados 4,7% e as associações de municípios 0,8%. Se considerarmos as receitas destas entidades os valores percentuais são de 89%, 9,5% e 1,5%, respetivamente.

QUADRO 5.5 - Balanço resumido - Ativo - 2016

MUNICIPIOS	Imobilizado Incorpóreo	Imobilizado Corpóreo	Imobilizado Financeiro	Existências	Dívidas de terceiros	Depósitos e Caixa	Acréscimos de proveitos	Custos diferidos	Ativo Líquido
VPT	96.022	43.547.694	666.059	73.327	55.500	1.503.503	59.366	11.838	46.013.310
PDL	0	178.978.875	14.631.292	480.786	3.307.375	3.786.586	10.197.841	45.942	211.428.695
RGR	1.283.710	145.179.942	901.476	257.295	1.339.943	226.560	474.914	17.067	149.680.910
LAG	29.207	54.890.990	537.493	92.869	187.729	791.010	546.257	8.305	57.083.860
VFC	214.063	102.066.760	2.971.609	50.966	1.761.606	1.345.366	121.591	22.096	108.554.056
POV	193.662	34.913.432	1.566.664	31.141	200.525	318.295	144.783	11.915	37.380.417
NRD	3.094	69.745.566	2.330.747	179.790	115.094	1.404.327	76.242	5.178	73.860.038
AGH	644.603	118.790.298	19.464.551	159.768	8.856.643	3.281.264	214.335	13.703	151.425.165
PVT	218.258	58.049.045	18.426.161	67.162	1.149.130	172.824	486.724	19.513	78.588.818
SCG	20.828	26.508.867	279.611	0	72.545	691.600	0	16.425	27.589.875
CAL	175.606	14.707.787	279.471	62.788	69.088	1.835.112	45.370	5.459	17.180.681
VEL	626	29.168.303	323.528	97.202	81.303	3.866.619	122.450	3.027	33.663.059
SRP	93.829	24.896.563	343.802	144.565	143.924	335.626	94.645	335.696	26.388.650
LPC	191.147	36.330.762	307.306	184.289	60.729	45.947	59.487	20.688	37.200.355
MAD	328.051	32.390.649	366.849	82.041	142.864	50.395	40.417	19.726	33.420.992
HRT	514.098	78.132.958	1.384.642	171.552	1.538.315	2.077.034	699.140	33.450	84.551.189
SCF	65.329	19.835.343	181.693	49.380	42.634	1.262.785	13.145	5.923	21.456.232
LFL	7.033	23.818.333	240.784	1.779	11.411	285.302	5.578	675	24.370.894
CRV	467.277	13.127.155	106.483	101.416	330.662	260.358	0	2.223	14.395.574
CM	4.546.442	1.105.079.325	65.310.220	2.288.118	19.467.022	23.540.511	13.402.284	598.850	1.234.232.771
SMPDL	0	34.629.430	0	215.424	2.004.765	5.963.860	0	12.082	42.825.562
SMAGH	0	15.338.361	0	176.581	632.624	2.587.872	1.787	16.843	18.754.068
SM	0	49.967.791	0	392.005	2.637.389	8.551.732	1.787	28.925	61.579.630
AMRAA	0	377.995	24.940	24.959	86.215	293.029	0	698	807.836
AMISM	0	3.006.581	5.540.585	0	504.886	664.772	95	820	9.717.739
AMIP	21.478	120.271	0	0	83.698	26.839	0	0	252.286
AM	21.478	3.504.847	5.565.525	24.959	674.798	984.641	95	1.518	10.777.860
CM+SM+AM	4.567.920	1.158.551.962	70.875.745	2.705.082	22.779.210	33.076.884	13.404.166	629.293	1.306.590.262



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

No imobilizado incorpóreo, é de assinalar o valor nulo de Ponta Delgada. O município da Ribeira Grande tem o valor mais elevado (1,3 M€), cerca do dobro de Angra do Heroísmo.

No imobilizado corpóreo a situação é diferente e mais de acordo com a dimensão dos municípios. O município de Ponta Delgada tem um valor de 179 M€, seguindo-se a Ribeira Grande (145,2 M€), Angra do Heroísmo (118,8 M€) e Vila Franca do Campo (102,1 M€). o valor da Praia da Vitória é baixo, inferior ao do Nordeste e da Horta. O imobilizado corpóreo dos serviços municipalizados de Ponta Delgada é superior ao de 7 dos municípios. Nas associações, apenas a AMISM tem um valor mais elevado, cerca de 3 M€.

No imobilizado financeiro, os valores mais elevados são os de Angra do Heroísmo (19,5%) e Praia da Vitória (18,4 M€), figurando Ponta Delgada em terceiro lugar, com 14,6 M€. O valor do município da Ribeira Grande é muito reduzido (0,9 M€). Integram o imobilizado financeiro as participações em empresas, os investimentos em imóveis e mais recentemente, o Fundo de Apoio Municipal (FAM), entre outros de menor dimensão. Os serviços municipalizados não apresentam valor nesta conta e nas associações de municípios a AMISM tem um valor de imobilizado financeiro de 5,5 M€, relativo à empresa MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, EIM, SA.

As dívidas a receber de terceiros totalizam 19,5 M€ nos municípios. O valor mais elevado é o de Angra do Heroísmo (8,9 M€), estando aqui incluídos 7,9 M€ de créditos de médio e longo prazo. Este é o único município com créditos de médio e longo prazo.

Nos acréscimos de proveitos, destaca-se claramente o município de Ponta Delgada, com um valor de 10,2 M€, num total de 13,4 M€.

5.2.2 - Fundos Próprios

Os municípios tinham no final de 2016 um valor global de 760 M€ de Fundos Próprios, dos quais, 72% constituem Património, 7% reservas, 8% resultados transitados e 2% resultados do próprio exercício de 2016.

Nos resultados transitados, no valor total de 61 M€, estão incluídos 66,4 M€ de resultados transitados negativos de 7 municípios e 127,8 M€ de resultados transitados positivos dos restantes 12 municípios.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O município da Calheta continua a ser o único a apresentar património negativo, tendo no entanto passado de - 1,7 M€ para 272,5 m.e. O POCAL no ponto 2.7.3.4 refere que é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 - “Património” corresponda a 20% do ativo líquido. Em 2016 apenas 2 municípios não cumpriam esta norma. Calheta com património negativo e Corvo com um rácio de 19%.

QUADRO 5.6 - Balanço resumido - Fundos Próprios - 2016

MUNICIPIOS	Património	Ajustamento de partes de capital	Reservas	Subsídios e doações	Resultados transitados	Resultado Líquido de exercício	Outros fundos próprios	Total de Fundos próprios
VPT	16.289.621	0	77.196	0	21.977.786	1.969.009	0	40.313.612
PDL	81.989.739	9.053.634	2.431.534	2.373.219	41.086.882	2.382.215	2.980.745	142.297.968
RGR	29.389.324	0	11.366.380	20.124.447	33.563.002	3.293.668	0	97.736.821
LAG	11.311.082	0	18.605.597	1.042.596	1.134.080	1.144.346	8.880.913	42.118.614
VFC	75.512.982	0	175.314	188.012	-12.926.082	364.952	0	63.315.178
POV	14.797.745	0	734.252	640.949	5.293.053	641.789	68.400	22.176.188
NRD	38.505.267	2.073.561	280.575	0	3.087.923	813.422	286.322	45.047.070
AGH	56.044.643	17.042.992	12.588.838	673.509	2.256.375	2.463.850	0	91.070.207
PVT	29.820.339	12.112.847	367.390	6.728.670	-4.290.346	-751.511	0	43.987.388
SCG	9.156.641	0	391.567	0	7.142.760	620.402	0	17.311.370
CAL	-272.499	0	74.593	87.052	2.635.384	1.131.652	-230.490	3.425.692
VEL	18.313.742	0	10.173	422.867	-4.133.634	1.256.464	0	15.869.611
SRP	29.124.264	0	0	24.575	-8.878.511	-416.888	0	19.853.440
LPC	16.580.698	0	0	17.575	-7.509.434	5.977	0	9.094.816
MAD	7.500.330	0	414.182	0	7.011.179	-56.476	0	14.869.216
HRT	78.968.087	0	0	22.000	-23.050.215	436.245	221.024	56.597.142
SCF	13.127.036	0	616.414	975.296	2.582.996	-281.165	0	17.020.576
LFL	18.151.511	0	24.161	4.000	-5.960.060	-800.383	0	11.419.229
CRV	2.777.268	0	4.065.412	0	0	-12.464	0	6.830.216
CM	547.087.823	40.283.034	52.223.577	33.324.766	61.023.136	14.205.105	12.206.914	760.354.356
SMPDL	14.956.457	0	3.118.479	6.009	7.732.745	2.218.560	6.648.480	34.680.730
SMAGH	3.807.586	0	346.782	97	3.187.841	88.434	0	7.430.740
SM	18.764.043	0	3.465.261	6.106	10.920.586	2.306.994	6.648.480	42.111.470
AMRAA	955.907	0	12.972	0	-410.468	45.151	0	603.562
AMISM	2.980.333	0	4.342.208	0	423.457	63.424	0	7.809.422
AMIP	170.317	0	12	0	121.835	-112.798	0	179.366
AM	4.106.557	0	4.355.192	0	134.824	-4.223	0	8.592.350
CM+SM+AM	569.958.424	40.283.034	60.044.030	33.330.872	72.078.546	16.507.876	18.855.395	811.058.176



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

5.2.3 Passivo e evolução do endividamento

Passivo total e passivo exigível

O passivo total dos municípios, em 2016, foi de 473,9 M€ voltando, assim, a registar uma queda, em relação ao ano anterior, de 3,7%. Este resultado, que é o mais baixo dos últimos 8 anos, fica a dever-se, fundamentalmente, a uma redução nas suas duas principais componentes - proveitos diferidos que pesam 67,4% e registaram uma queda de 11,4 M€ e dívida de médio e longo prazo com um peso de 27,7% e uma queda de 5,7 M€. A dívida de curto prazo, foi a rubrica do passivo que mais caiu a nível percentual, mas dado o seu baixo peso no total, acaba por ter pouco impacto.

QUADRO 5.7 – Passivo total

Passivo	2014		2015		Δ % 14-15	2016		Δ % 15-16
	valores	%	valores	%		valores	%	
Provisões para riscos e encargos	4.198.118	0,8	4.037.659	0,8	-3,8	4.218.677	0,9	4,5
Dívida de médio e longo prazo	147.006.234	28,6	136.826.919	27,8	-6,9	131.097.238	27,7	-4,2
Dívida de curto prazo	18.791.732	3,7	12.658.462	2,6	-32,6	11.170.487	2,4	-11,8
Acréscimos de custos	8.189.281	1,6	7.579.054	1,5	-7,5	7.911.359	1,7	4,4
Proveitos diferidos	336.312.703	65,4	330.830.973	67,3	-1,6	319.480.654	67,4	-3,4
Totais	514.498.068	100,0	491.933.065	100,0	-4,4	473.878.415	100,0	-3,7

Passivo exigível

O passivo exigível dos municípios representa a dívida de curto, médio e longo prazo a fornecedores, Estado e outras entidades e instituições financeiras. Dada a sua natureza e importância para a gestão dos municípios, será seguidamente analisado em maior detalhe.

No quadro 5.8 apresenta-se para os municípios, serviços municipalizados e associações de municípios a evolução do seu passivo exigível nos últimos 10 anos. Verifica-se, pela sua observação, que foi no ano de 2009 que se registou o valor mais elevado, sendo que, a partir dessa data, os valores baixaram, sucessivamente, ano após ano. Em 2016, atingiu-se o valor de 144,7 M€, sendo 132,8 M€ referente a dívida de médio e longo prazo e 12,0 M€ a dívida de curto prazo. Ambos os prazos de maturidade de dívida decresceram, em relação ao ano anterior, tendo a queda sido maior na dívida de curto prazo (11,8%).

Como se pode observar pelo quadro 5.8, o passivo exigível, para a maioria dos municípios, registou os valores mais elevados no triénio 2009-2011. Em 2016, todos os municípios diminuem o seu valor,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

as exceções são os municípios de Vila do Porto, por internalização da empresa municipal, e da Ribeira Grande.

Os serviços municipalizados de Angra do Heroísmo e as associações de municípios seguem a mesma tendência dos municípios. Em 2016, a exceção é a AMIP que aumenta o valor do passivo exigível ainda que a uma escala de valores bastante baixa (de 1,8 m€, em 2015, para 12,9 m€, em 2016).

QUADRO 5.8 – Evolução do passivo exigível 2007-2016 – por entidade

MUNICIPIOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2016		Δ%
											Curto Prazo	M/L Prazo	
VPT	1.661.088	1.449.161	1.520.439	1.722.404	1.290.681	1.129.066	839.579	760.551	492.240	4.967.735	90.958	4.876.777	909,2
PDL	26.646.456	32.775.156	34.396.679	32.764.857	30.627.279	27.393.361	25.357.137	33.264.273	28.991.973	26.289.084	3.369.698	22.919.386	-9,3
RGR	18.636.987	23.284.196	26.313.870	21.787.706	18.404.098	15.891.087	11.595.360	10.485.361	10.206.149	10.777.160	665.864	10.111.296	5,6
LAG	10.266.020	13.860.504	15.032.047	12.966.478	10.765.210	9.441.188	8.475.923	6.867.916	8.899.155	7.918.092	548.170	7.369.922	-11,0
VFC	22.743.920	22.899.254	24.270.845	27.604.255	30.004.274	29.460.370	28.039.248	26.988.584	25.482.998	23.963.322	248.088	23.715.234	-6,0
POV	12.050.957	14.540.112	37.612.986	35.255.076	31.832.421	21.157.169	7.550.777	6.232.315	5.505.671	4.217.646	1.197.216	3.020.429	-23,4
NRD	9.392.179	9.755.756	10.092.454	15.220.629	18.537.477	17.061.334	16.987.365	15.309.830	14.148.271	13.052.166	74.575	12.977.591	-7,7
AGH	22.958.526	24.281.693	27.405.890	26.941.924	26.309.351	23.441.233	19.782.016	18.197.018	17.987.643	16.457.578	1.013.134	15.444.443	-8,5
PVT	9.820.940	16.089.556	24.435.656	18.463.580	17.886.819	16.608.749	15.668.400	13.892.475	9.009.430	8.668.290	1.017.571	7.650.719	-3,8
SCG	1.305.780	1.109.498	1.683.901	2.491.967	2.612.757	2.372.078	2.075.798	1.749.736	1.523.702	1.271.821	55.196	1.216.625	-16,5
CAL	9.564.498	10.802.566	11.011.265	10.086.444	9.673.744	8.244.981	7.259.284	6.409.778	5.290.432	4.281.200	143.872	4.137.328	-19,1
VEL	7.200.251	7.635.802	7.506.668	10.763.634	9.406.498	7.585.473	6.262.895	5.686.141	4.840.476	4.271.177	46.461	4.224.716	-11,8
SRP	2.263.266	1.905.901	2.928.466	3.032.628	1.497.352	1.201.198	1.011.129	476.325	630.264	556.559	93.968	462.591	-11,7
LPC	6.685.249	6.885.456	8.243.281	9.231.361	8.141.765	7.610.674	9.532.641	7.662.362	6.644.298	5.941.723	425.169	5.516.554	-10,6
MAD	5.913.916	7.870.613	6.493.927	6.296.983	5.191.004	4.374.151	3.680.426	3.302.831	2.858.512	3.920.359	984.735	2.935.624	37,1
HRT	8.350.862	8.959.302	9.580.852	9.416.421	8.552.245	7.019.772	6.624.121	5.938.734	4.973.174	4.125.996	1.024.449	3.101.548	-17,0
SCF	1.472.867	1.353.629	1.322.124	1.152.024	1.056.527	796.832	581.696	405.555	340.254	264.907	60.404	204.503	-22,1
LFL	887.246	824.660	1.949.341	2.109.927	1.925.633	2.220.162	3.449.222	1.177.990	705.055	500.507	88.608	411.899	-29,0
CRV	2.403.773	2.231.292	1.892.422	1.533.006	1.566.209	1.217.545	1.110.075	990.192	955.681	822.405	22.351	800.053	-13,9
CM	180.224.778	208.514.106	253.693.115	248.841.306	235.281.345	204.226.423	175.883.094	165.797.966	149.485.380	142.267.725	11.170.487	131.097.238	-4,8
SMPDL	1.272.363	1.213.081	554.130	871.174	820.129	454.864	439.362	366.188	562.397	478.247	478.247	0	-15,0
SMAGH	580.147	593.666	1.762.586	2.016.286	3.205.822	2.448.534	2.285.806	2.272.692	1.877.068	1.636.248	228.774	1.407.474	-12,8
AMRAA	349.594	356.310	297.313	323.246	266.720	171.099	201.725	104.649	37.605	34.387	34.387	0	-8,6
AMISM	2.274.332	2.216.886	1.909.184	1.181.713	1.134.184	977.438	2.029.749	1.158.497	421.437	311.324	47.254	264.070	-26,1
AMIP	0	0	0	0	0	0	0	0	1.807	12.920	12.920	0	615,0
CM+SM+AM	184.701.215	212.894.048	258.216.329	253.233.725	240.708.199	208.278.359	180.839.735	169.699.993	152.385.693	144.740.852	11.972.070	132.768.782	-5,0

Ano de valor mais elevado

Das várias rubricas do passivo exigível, a dívida a bancos é a que tem maior peso (76,6%), seguindo-se a dívida ao Estado (6,5%) e a participação dos municípios no FAM (Fundo de Apoio Municipal), que representa 4,5% do total. Esta última, apesar de contar para o passivo total dos municípios não releva para efeitos de contabilização dos limites da dívida. As dívidas a fornecedores de imobilizado e de bens



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

e serviços, que representam 2,9% do total do passivo, crescem 2,9%, face a 2015. No quadro 5.9, apresenta-se a decomposição do passivo exigível, por rubrica, no período 2007-2016.

QUADRO 5.9 – Evolução do passivo exigível 2007-2016 – por rubrica

Passivo exigível	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Euros
											Δ % 15-16
Empréstimos - Bancos	143.667.669	154.546.756	161.325.635	161.463.425	157.663.740	148.796.832	138.435.835	124.289.793	114.861.519	110.900.783	-3,4
Empréstimos - Estado	0	0	0	0	0	3.339.350	9.642.909	10.434.655	9.705.414	9.376.173	-3,4
FAM	0	0	0	0	0	0	0	2.327.624	6.421.521	5.137.216	-20,0
Outras dívidas de MLP	0	0	0	0	0	0	0	12.231.889	7.743.876	7.354.609	-5,0
Dívida de médio e longo prazo	143.667.669	154.546.756	161.325.635	161.463.425	157.663.740	152.136.182	148.078.744	149.283.961	138.732.330	132.768.782	-4,3
Fornecedores	10.477.787	10.811.322	15.676.588	16.280.773	12.567.903	8.603.256	4.563.668	3.647.385	2.741.438	2.543.575	-7,2
Fornecedores de imobilizado	19.606.640	32.525.981	43.135.548	30.247.298	25.723.109	16.410.518	9.049.700	3.033.143	1.345.025	1.661.942	23,6
Estado e outros entes públicos	1.265.925	1.592.498	944.476	1.751.586	1.447.576	913.884	875.348	788.955	816.172	949.888	16,4
FAM	0	0	0	0	0	0	0	387.937	1.284.305	1.309.235	1,9
Outras dívidas de CT	9.683.193	13.417.492	37.134.082	43.490.644	43.305.871	30.214.519	18.272.275	12.558.612	7.466.423	5.507.430	-26,2
Dívida de curto prazo	41.033.546	58.347.293	96.890.694	91.770.300	83.044.458	56.142.177	32.760.991	20.416.032	13.653.363	11.972.070	-12,3
Total	184.701.215	212.894.048	258.216.329	253.233.725	240.708.199	208.278.359	180.839.735	169.699.993	152.385.693	144.740.852	-5,0

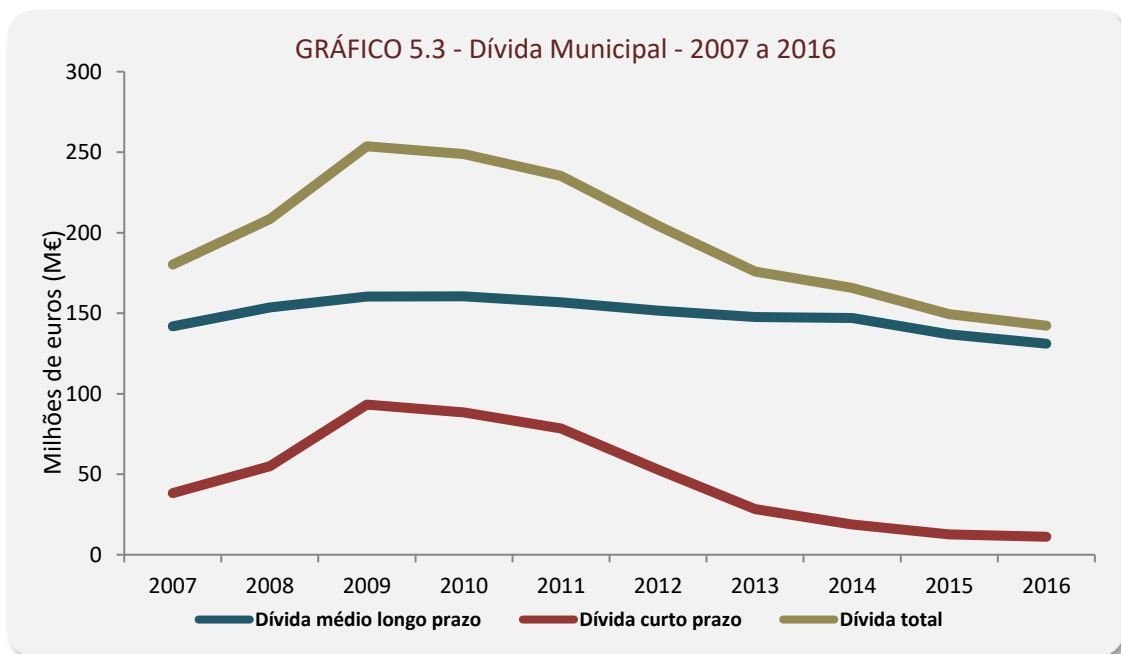
Evolução do endividamento municipal

A dívida total dos municípios tem apresentado, desde o ano de 2009, uma evolução descendente com uma queda média de 8,9%, ao ano. Pelo gráfico 5.3, é possível perceber que essa tendência de decréscimo é consequência dos baixos valores sucessivos apresentados pela dívida de curto prazo que tem caído a uma média de 29,2%, enquanto a dívida de médio e longo prazo, que representou, em 2016, 92,1% da dívida total, se tem mantido mais constante, descendo de forma mais ligeira a uma taxa de 3,3%, ao ano.

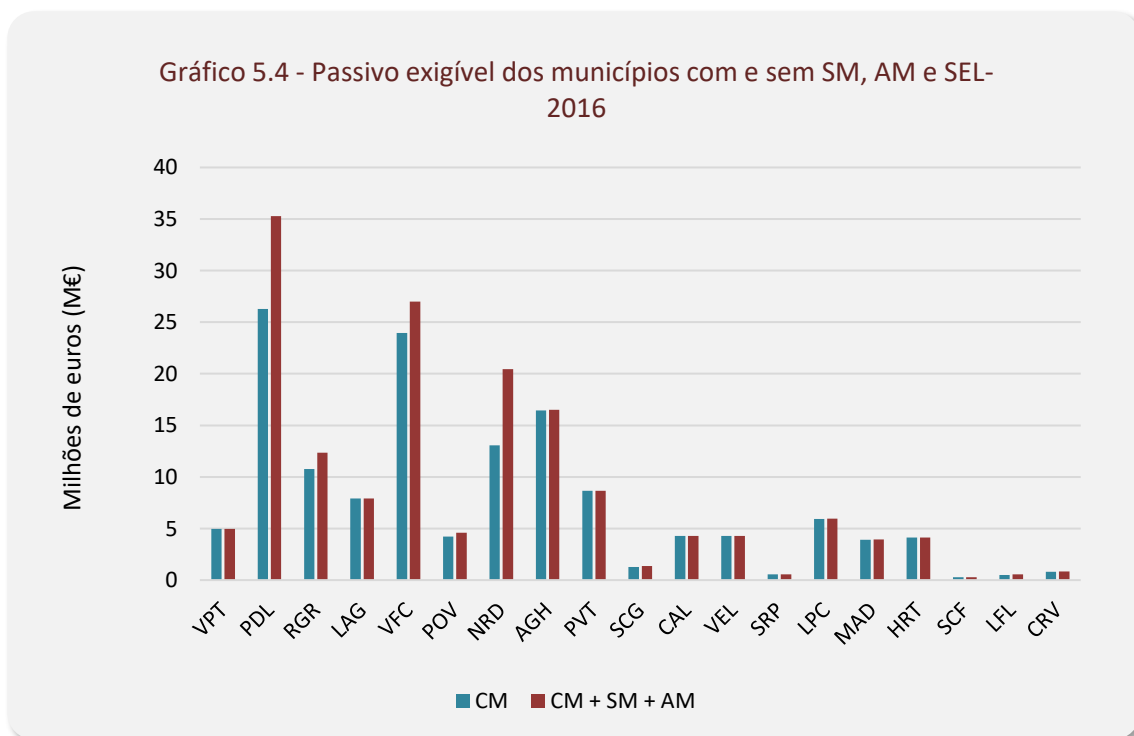
O comportamento do endividamento dos municípios, acima relatado, é consequência da entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais, em 2013, que obrigou à amortização total dos empréstimos de curto prazo, no ano civil a que estes respeitam. Por outro lado, a introdução de programas de saneamento financeiro que vieram possibilitar aos municípios a conversão de dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo, originaram uma alteração da composição da dívida dos municípios. Em 2009, a dívida de médio e longo prazo pesava apenas 63,2% do total, menos 28,9 pp do que em 2016.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública



O gráfico seguinte compara a dívida dos municípios, isoladamente, e a dívida dos municípios considerando também os serviços municipalizados, associações de municípios e empresas.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Verifica-se que para os municípios de Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Nordeste existe um aumento considerável do valor em dívida, quando se consideram as restantes entidades.

Municípios em processo de saneamento financeiro

A Lei prevê que os municípios que ultrapassem os limites da dívida legalmente definidos possam recorrer a mecanismos de recuperação financeira. Um desses mecanismos é o saneamento financeiro que visa a reprogramação da dívida e a consolidação de passivo financeiros. Na Região existem, atualmente, 6 municípios que se encontram nessa situação – Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Nordeste, Praia da Vitória, Calheta e Lajes do Pico.

No quadro que segue abaixo, analisa-se a evolução da dívida nos últimos 10 anos dessas autarquias, assinalando-se a azul o ano de dívida mais baixa e a rosa o ano de dívida mais elevada.

Pela observação da tabela, é notória a evolução positiva que se tem registado na dívida total dos 6 municípios, sendo que, para 3 desses municípios (Praia da Vitória, Calheta e Lajes do Pico), o ano de 2016 é aquele em que a dívida atinge o seu valor mais baixo.

QUADRO 5.10 - Evolução do endividamento nos municípios com empréstimos de saneamento financeiro ou do PAEL

Município	Tipo de dívida	Euros																	
		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
		€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%
RGR	CP	11.026.245	47%	12.737.629	48%	9.191.730	42%	7.466.117	41%	3.644.908	23%	638.655	6%	790.021	8%	618.102	6%	665.864	6%
	ML P	12.257.950	53%	13.576.241	52%	12.595.976	58%	10.937.981	59%	12.246.179	77%	10.956.706	94%	9.695.340	92%	9.588.047	94%	10.111.296	94%
	Total	23.284.196	100%	26.313.870	100%	21.787.706	100%	18.404.098	100%	15.891.087	100%	11.595.360	100%	10.485.361	100%	10.206.149	100%	10.777.160	100%
VFC	CP	644.210	3%	2.824.671	12%	7.106.482	26%	3.324.707	11%	280.064	1%	272.668	1%	557.324	2%	184.649	1%	248.088	1%
	ML P	22.255.045	97%	21.446.174	88%	20.497.774	74%	26.679.567	89%	29.180.306	99%	27.766.579	99%	26.431.260	98%	25.298.349	99%	23.715.234	99%
	Total	22.899.254	100%	24.270.845	100%	27.604.255	100%	30.004.274	100%	29.460.370	100%	28.039.248	100%	26.988.584	100%	25.482.998	100%	23.963.322	100%
NRD	CP	1.346.706	14%	2.031.836	20%	7.525.995	49%	11.410.066	62%	10.480.678	61%	2.440.398	14%	189.371	1%	130.978	1%	74.575	1%
	ML P	8.409.050	86%	8.060.618	80%	7.694.634	51%	7.127.411	38%	6.580.657	39%	14.546.968	86%	15.120.459	99%	14.017.293	99%	12.977.591	99%
	Total	9.755.756	100%	10.092.454	100%	15.220.629	100%	18.537.477	100%	17.061.334	100%	16.987.365	100%	15.309.830	100%	14.148.271	100%	13.052.166	100%
PVT	CP	6.949.888	43%	14.386.260	59%	8.691.709	47%	8.828.166	49%	6.835.537	41%	6.124.885	39%	5.013.556	36%	611.765	7%	1.017.571	12%
	ML P	9.139.669	57%	10.049.396	41%	9.771.871	53%	9.058.652	51%	9.773.213	59%	9.543.515	61%	8.878.918	64%	8.397.665	93%	7.650.719	88%
	Total	16.089.556	100%	24.435.656	100%	18.463.580	100%	17.886.819	100%	16.608.749	100%	15.668.400	100%	13.892.475	100%	9.009.430	100%	8.668.290	100%
CAL	CP	7.232.854	67%	1.725.732	16%	940.828	9%	959.779	10%	229.878	3%	177.514	2%	286.919	4%	106.555	2%	143.872	3%
	ML P	3.569.712	33%	9.285.533	84%	9.145.616	91%	8.713.965	90%	8.015.103	97%	7.081.769	98%	6.122.860	96%	5.183.877	98%	4.137.328	97%
	Total	10.802.566	100%	11.011.265	100%	10.086.444	100%	9.673.744	100%	8.244.981	100%	7.259.284	100%	6.409.778	100%	5.290.432	100%	4.281.200	100%
LPC	CP	2.179.458	32%	4.308.007	52%	206.475	2%	117.540	1%	571.324	8%	1.834.848	19%	778.125	10%	332.098	5%	425.169	7%
	ML P	4.705.998	68%	3.935.274	48%	9.024.886	98%	8.024.225	99%	7.039.350	92%	7.697.793	81%	6.884.237	90%	6.312.200	95%	5.516.554	93%
	Total	6.885.456	100%	8.243.281	100%	9.231.361	100%	8.141.765	100%	7.610.674	100%	9.532.641	100%	7.662.362	100%	6.644.298	100%	5.941.723	100%
Total	CP	29.379.361	33%	38.014.136	36%	33.663.219	33%	32.106.376	31%	22.042.388	23%	11.488.968	13%	7.615.316	9%	1.984.147	3%	2.575.139	4%
	ML P	60.337.423	67%	66.353.237	64%	68.730.757	67%	70.541.801	69%	72.834.808	77%	77.593.330	87%	73.133.073	91%	68.797.431	97%	64.108.722	96%
	Total	89.716.784	100%	104.367.373	100%	102.393.976	100%	102.648.177	100%	94.877.196	100%	89.082.298	100%	80.748.389	100%	70.781.578	100%	66.683.862	100%

Ano de dívida mais baixa

Ano de dívida mais alta



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Alguns indicadores do grau de endividamento

De seguida, analisa-se o grau de endividamento dos municípios recorrendo a alguns indicadores, começando, desde logo, por aquele que está previsto na Lei 73/2013, e que define que o limite da dívida “não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”. De seguida, apresenta-se o seu valor calculado para cada município. Os rácios apresentados consideram apenas as receitas e as dívidas dos municípios, não incluindo as outras entidades (empresas, associações e serviços municipalizados).

QUADRO 5.11 - Cumprimento dos limites legais do endividamento – 2016

Municípios	Dívida orçamental 2016/ receitas correntes (média 2013-2015)
VPT	1,1
PDL	0,8
RGR	0,7
LAG	0,9
VFC	3,4
POV	0,8
NRD	2,9
AGH	1,2
PVT	1,0
SCG	0,3
CAL	1,1
VEL	0,9
SRP	0,1
LPC	1,3
MAD	0,7
HRT	0,4
SCF	0,0
LFL	0,1
CRV	0,6
CM	1,0



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Para além do indicador geral previsto na Lei, podem ser utilizados outros indicadores do grau de endividamento de um município. O Quadro 5.12 mostra outros indicadores de endividamento para o total dos municípios da Região.

QUADRO 5.12 - Cumprimento dos limites legais do endividamento – 2016

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida curto prazo / Receitas certas	26,6	37,1	63,0	58,1	54,2	38,4	19,8	13,1	8,5	7,2
Dívida médio e longo prazo / Receitas certas	98,7	103,6	108,4	105,6	108,2	110,4	103,0	102,8	91,4	84,8
Serviço da dívida/ Receitas certas	13,6	14,8	16,5	16,0	19,9	21,2	16,0	13,5	13,5	10,7
Dívida CP / Saldo final de gerência	4,8	6,2	10,1	7,9	6,9	6,0	2,4	1,2	0,7	0,5
Dívida CP / (Saldo final de gerência + dívida a receber de curto prazo)	1,9	2,0	2,7	3,5	3,1	2,0	0,9	0,6	0,4	0,3

Os primeiros dois rácios comparam as dívidas de curto e médio e longo prazo com as receitas certas. Para os dois é possível observar uma queda gradual nos últimos 10 anos. Em 2016, à semelhança do que já tinha ocorrido em 2015, estes dois rácios voltam a ser inferiores a 100, significando assim que, as dívidas de médio e longo prazo foram, novamente, inferiores às receitas certas. O rácio “dívida de curto prazo sobre as receitas certas” atingiu um pico em 2009 e, a partir dessa data, tem vindo a decrescer. Tal como já visto anteriormente, em resultado de programas de reajustamento da dívida, os municípios têm trocado dívida de curto prazo por dívida de médio e longo prazo.

O terceiro indicador apresentado no quadro “Serviço de dívida/ Receitas certas” compara os valores pagos, em cada ano, de amortizações e juros, com as receitas certas. Este indicador está influenciado nos anos de 2011 a 2013 por valores de amortizações extraordinárias pagas, no âmbito dos programas de saneamento financeiro. O valor apresentado no ano de 2016 é o mais baixo dos últimos 10 anos.

Os últimos dois rácios que permitem avaliar a capacidade dos municípios em liquidarem as suas dívidas de curto prazo, através do recurso às suas disponibilidades imediatas e quase imediatas, apresentam, em 2016, os valores mais baixos da década.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Prazo médio de pagamentos (PMP)

Em 2016, verifica-se um aumento do PMP para 10 dos 19 municípios da Região, sendo que, apenas o município da Praia da Vitória ultrapassa os 90 dias. Recorda-se que, de acordo com a Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso (Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro), um pagamento em atraso é uma conta a pagar “que assim permaneça 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documento equivalente”. O município da Povoação, que em 2015 apresentou um PMP de 130 dias, reduziu significativamente o seu valor, em 2016, para 10 dias. 11 municípios apresentam PMP abaixo dos 10 dias.

QUADRO 5.13 - Prazo Médio de Pagamentos (PMP) por município 2014-2016

Municípios	Dias		
	2014	2015	2016
VPT	25	2	2
PDL	17	10	4
RGR	10	6	42
LAG	22	3	15
VFC	13	9	2
POV	53	130	10
NRD	5	18	28
AGH	24	24	7
PVT	53	13	206
SCG	3	1	7
CAL	25	4	13
VEL	2	1	11
SRP	14	13	5
LPC	9	12	2
MAD	33	47	25
HRT	26	15	1
SCF	1	0	2
LFL	20	17	8
CRV	5	2	6

FONTE: SIAL



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

5.3 Rácios

Como complemento à informação sobre a gestão financeira dos municípios, apresentam-se, de seguida, alguns rácios relativos à execução patrimonial.

QUADRO 5.14 – Rácios 2016

RÁCIOS	Liquidez geral (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	Liquidez reduzida (Disponível)/ Passivo Circulante	Fundos Próprios / Fundos Alheios	Fundos Próprios / Ativo Líquido	Capitais Permanentes / Ativo Fixo	Ativo Fixo / Ativo Circulante	Ativo Líquido / Passivo Exigível	Imobilizado Líquido / Imobilizado Bruto	Imobiliz Líquido / Dívida médio e longo prazo	Proveitos Operacionais / Custos Operac	Proveitos Operacionais / Proveitos Totais
VPT	4,7	4,2	8,1	0,9	1,03	26,0	8,9	0,8	9,1	1,1	0,72
PDL	3,5	0,7	5,4	0,7	1,07	10,9	7,4	0,7	8,4	0,9	0,84
RGR	1,3	0,1	9,1	0,7	1,00	63,6	13,7	0,9	14,6	1,2	0,87
LAG	1,4	0,7	5,3	0,8	1,01	34,1	7,0	0,8	7,5	1,1	0,94
VFC	4,3	1,8	2,6	0,6	1,02	31,9	4,4	0,7	4,4	1,1	0,91
POV	0,4	0,2	5,3	0,6	0,97	51,9	8,7	0,8	12,1	1,0	0,88
NRD	2,6	2,1	3,5	0,6	1,02	40,5	5,5	0,8	5,6	1,1	0,85
AGH	2,3	1,6	5,5	0,6	1,02	32,0	8,9	0,7	9,0	1,1	0,87
PVT	1,0	0,1	5,1	0,6	1,00	40,5	8,8	0,7	10,0	1,1	0,84
SCG	3,8	3,4	13,6	0,6	1,02	34,3	21,1	0,8	22,0	1,0	0,84
CAL	4,5	4,1	0,8	0,2	1,10	7,5	3,5	0,7	3,7	1,2	0,89
VEL	1,8	1,6	3,7	0,5	1,06	7,1	6,9	0,5	7,0	1,0	0,82
SRP	3,5	1,1	35,7	0,8	1,03	24,0	45,5	0,5	54,8	0,9	0,92
LPC	0,5	0,1	1,5	0,2	0,99	99,2	6,2	0,6	6,7	1,0	0,84
MAD	0,2	0,0	3,8	0,4	0,97	98,6	8,4	0,7	11,3	1,0	0,89
HRT	3,2	1,5	13,7	0,7	1,04	17,7	19,4	0,6	25,8	1,0	0,87
SCF	6,8	6,2	64,3	0,8	1,06	14,6	75,8	0,7	98,2	0,9	0,94
LFL	0,4	0,4	22,8	0,5	0,98	79,0	48,1	0,5	58,4	0,7	0,86
CRV	6,8	2,6	8,3	0,5	1,04	19,7	16,7	0,7	17,1	0,8	0,78
CM	2,2	1,0	5,3	0,6	1,02	23,0	8,3	0,7	9,0	1,0	0,86

» Liquidez geral

Este rácio que avalia a capacidade de os municípios fazerem face às suas obrigações de curto prazo apresenta o valor de 2,2, em 2016, subindo assim, 0,4 décimas, em relação ao ano anterior. Quatro municípios apresentam valores inferiores a 1, ou seja, o seu ativo circulante é inferior ao passivo circulante: Povoação, Lajes do Pico, Madalena e Lajes das Flores. Os municípios com valores mais elevados são os de Santa Cruz das Flores (6,8) e do Corvo (6,8)

» Liquidez reduzida ou imediata

Tal como o anterior, também este rácio avalia a capacidade de resposta do município face ao cumprimento das suas responsabilidades de curto prazo, no entanto, recorrendo apenas às suas disponibilidades imediatas, ou seja, caixa e bancos. O valor geral para os municípios dos Açores foi de 1,0. Oito municípios apresentam, valores inferiores a 1,0. Destacam-se os valores da Ribeira Grande (0,1) Praia da Vitória (0,1), Lajes do Pico (0,1) e Madalena (0,0).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

» Fundos próprios/ Fundos alheios

Este rácio que avalia a forma como o ativo dos municípios está a ser financiado, apresentou um valor médio de 5,3. Destacam-se os valores de São Roque do Pico (35,7) e Santa Cruz das Flores (64,3).

» Fundos próprios/ Ativo líquido

Através deste rácio é possível perceber o peso dos fundos próprios no total do ativo líquido. Em 2016, o valor registado (0,6) manteve-se, face a 2015. Vila do Porto é o município que apresenta o valor mais elevado (0,9), seguindo-se os municípios de Lagoa, São Roque do Pico e Santa Cruz das Flores, todos com um valor de 0,8.

» Capitais permanentes/ Ativo Fixo

Os capitais permanentes são constituídos pelos fundos próprios e fundos alheios de médio e longo prazo. Este rácio permite-nos perceber, num dado momento, de que forma os municípios estão a financiar os seus ativos fixos e o seu valor deve ser superior a 1,0. No ano de 2016, 4 municípios apresentaram valores inferiores à unidade: Povoação (0,97), Lajes do Pico (0,99), Madalena (0,97) e Lajes das Flores (0,98).

» Ativo fixo/ Ativo circulante

Este rácio analisa a composição do ativo dos municípios e será tanto maior quanto maior a proporção do ativo fixo no total do ativo. No ano de 2016, os municípios apresentaram valores bastante díspares que variaram entre os 99,2 nas Lajes do Pico e os 7,1 no município de Velas.

Ativo líquido/ Passivo exigível

Este rácio apresentou um valor médio de 8,3, no ano de 2016, variando entre os 3,5 no município da Calheta e os 75,8 em Santa Cruz das Flores.

Imobilizado líquido/ Imobilizado bruto

O valor deste rácio indica o ritmo a que estão a ser realizados novos investimentos e terá sempre um valor inferior a 1. A diferença entre o imobilizado líquido e o bruto são as amortizações, logo quanto mais baixo o valor deste rácio, maior o valor das amortizações acumuladas e mais antigo o imobilizado. O seu valor, em 2016, para o total dos municípios da Região foi de 0,7. O município da Ribeira Grande é o que apresenta o valor mais elevado de 0,9, querendo dizer que o imobilizado líquido corresponde a 90% do imobilizado bruto e os restantes 10% a amortizações acumuladas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Imobilizado líquido/ Dívida de médio e longo prazo

Este rácio compara, anualmente, o valor do imobilizado líquido com o capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo, não considerando a dívida de curto prazo a fornecedores. Com os valores mais altos, destacam-se os municípios de Santa Cruz das Flores (98,2) Lajes das Flores (58,4) e São Roque do Pico (54,8). Com os valores mais baixos temos os municípios de Calheta (3,7), Vila Franca do Campo (4,4) e Nordeste (5,6).

Proveitos operacionais/ Custos operacionais

O valor deste rácio deve ser superior a 1,0, indicando, assim, que os resultados operacionais dos municípios são positivos. Analisando o Quadro 5.14, verifica-se que 5 municípios apresentam resultados inferiores à unidade. São eles os municípios de Ponta Delgada (0,9), São Roque do Pico (0,9), Santa Cruz das Flores (0,9) e Lajes das Flores (0,7 e Corvo (0,8). Os municípios da Calheta (1,2) e da Ribeira Grande (1,2) são os que apresentam os valores mais elevados. O valor para o total dos municípios foi de 1,0, à semelhança do valor apresentado em 2015.

Proveitos operacionais/ Proveitos Totais

Em termos globais, os proveitos operacionais representaram 86% do total dos proveitos, em 2016. Os municípios com maiores valores foram os de Lagoa (94%) e Santa Cruz das Flores (94%).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

6 Freguesias

6.1 Caraterização

Existem 156 freguesias nos Açores (contando com o Corvo, onde as funções da freguesia são desempenhadas pelo município), repartidas pelas 9 ilhas, com uma área média de 14,9 Km² e uma população média de 1.582 habitantes. É interessante a comparação destes dados com os do resto do país: Em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira, cada freguesia serve cerca de 3.486 e 4.959 fregueses, respetivamente, ou seja, mais do que o dobro das freguesias dos Açores, e tem uma área média de 30,9 Km², no Continente, e 14,8 Km², na Madeira. As freguesias açorianas são maioritariamente rurais (55%). As urbanas são apenas 17% e estão todas localizadas em apenas 3 ilhas: São Miguel, Terceira e Faial.

O Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) médio, por freguesia, na Madeira e no Continente é bastante semelhante, mas nos Açores é muito inferior. Esta situação deve-se ao facto de a população e a densidade populacional serem dois dos critérios previstos na Lei das Finanças Locais para repartição do FFF e, nos Açores, a população média das freguesias é bastante menor.

QUADRO 6.1 - Caracterização das freguesias dos Açores, Madeira e Continente

Região	Freguesias	População	População média por freguesia (nº hab)	Dimensão média por freguesia (Km ²)	FFF 2016 (€)	FFF médio por freguesia (€)
Açores	156	246.772	1.582	14,9	5.766.389	37.203
Madeira	54	267.785	4.959	14,8	3.673.058	68.020
Continente	2.882	10.047.621	3.486	30,9	179.963.099	62.444
Total	3.092	10.562.178	3.416	29,8	189.402.546	61.256

6.2 Fluxo das receitas e das despesas

Em 2016, as freguesias iniciaram o ano com um saldo inicial de 2,5 M€ e, durante o ano arrecadaram 12,6 M€ de receitas correntes (76%) e 4,0 M€ de receitas de capital (24%). Nos municípios, esta proporção foi de 88% e 12%, respetivamente. Nos municípios, as receitas próprias, que na sua quase



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

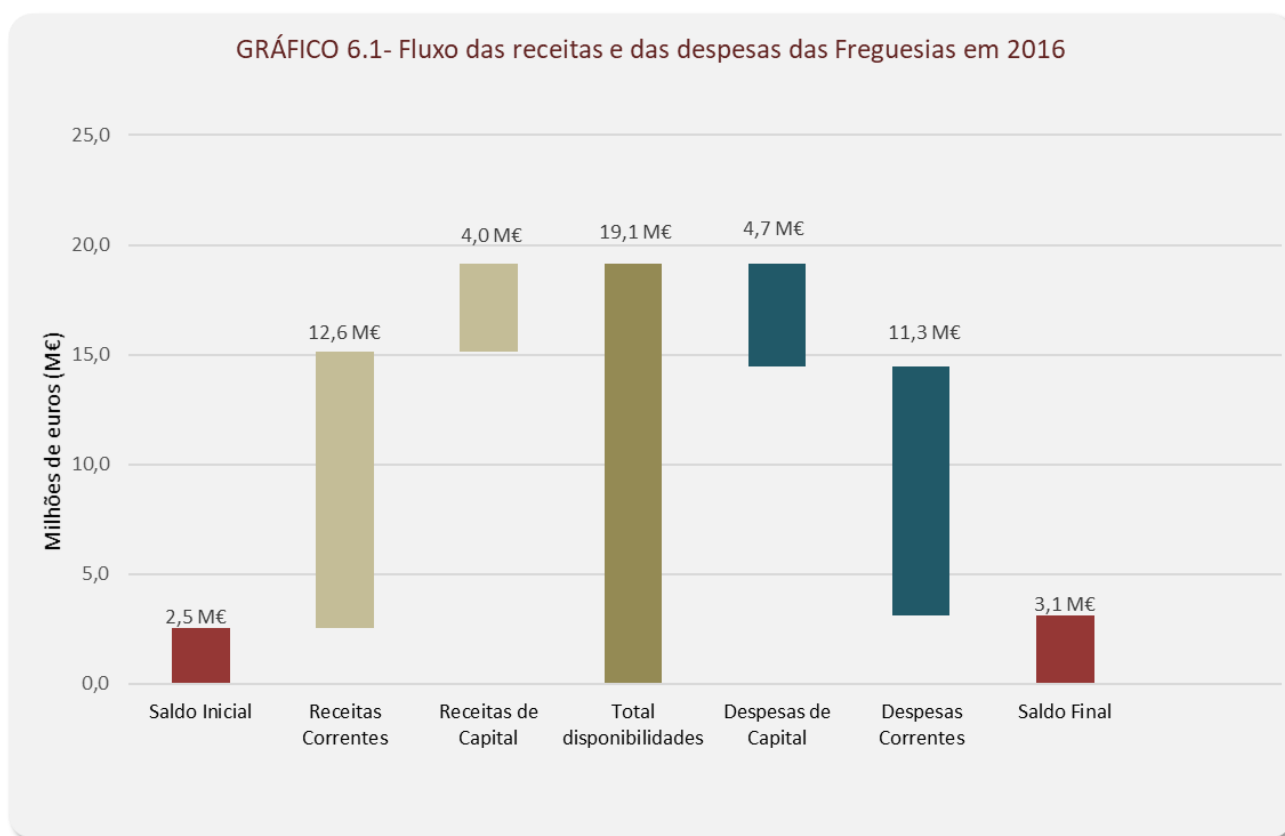
totalidade são de natureza corrente, representam 36% das receitas totais, quando nas freguesias esse valor é de 9,4%.

O saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) foi de 1,3 M€, o que significa que 10,2% das receitas correntes ficaram disponíveis para utilização em despesas de capital. Esta percentagem é inferior à dos municípios, que em 2016 foi de 26,5%.

QUADRO 6.2 - % do saldo corrente na receita corrente

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Freguesias	-3,3	3,3	7,4	15,0	14,0	10,2
Municípios	8,3	11,4	20,8	25,7	25,7	26,5

O Gráfico 6.1 mostra o fluxo de entradas e saídas de verbas no conjunto das 155 freguesias e os saldos, inicial e final.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

6.3 Receitas das Freguesias

As receitas das freguesias da RAA nos últimos 3 anos, e a sua estrutura, podem ser observadas no Quadro 6.3. Em 2016, as receitas totais diminuíram 9,6%, sendo de assinalar a significativa redução dos Fundos Comunitários em 97,5%.

Em relação às receitas próprias, estas mantiveram a tendência de crescimento registada em 2015 (+14,7%), embora numa percentagem mais moderada, na ordem dos 3,6%. Se considerarmos as receitas próprias e os Fundos do Orçamento do Estado, ou seja, as receitas certas, o valor agregado de 7,2 M€ (praticamente o mesmo valor de 2015) financia 74,9% do conjunto “pessoal, bens e serviços”. Além disso, parte destas despesas estão diretamente associadas a delegações de competência dos municípios, sendo financiadas por transferências correntes recebidas destes. Em 2016, estas transferências atingiram o montante de 3,9 M€, a que se adicionam 1,5 M€ de transferências de capital, perfazendo os cerca de 5,4 M€ inscritos no Quadro 6.3.

Quadro 6.3 - Evolução e estrutura das receitas das Freguesias 2016

Receitas	2014		2015		2015-16	2016		2015-16
	valores	%	valores	%	Δ %	valores	%	Δ %
Receitas Próprias	1 309 506	8,3%	1 501 589	8,2%	14,7	1 555 928	9,4%	3,6
Fundos - Orçamento de Estado (OE)	5 557 890	35,1%	5 660 248	30,8%	1,8	5 689 574	34,3%	0,5
Fundos - União Europeia (EU)	977 554	6,2%	1 202 831	6,5%	23,0	30 600	0,2%	-97,5
Transferências - Governo Regional (GR)	2 380 370	15,0%	4 554 342	24,8%	91,3	3 710 676	22,3%	-18,5
Transferências - Câmaras Municipais (CM)	5 003 711	31,6%	5 283 871	28,8%	5,6	5 361 410	32,3%	1,5
Outras Transferências	424 087	2,7%	174 486	0,9%	-58,9	206 847	1,2%	18,5
Empréstimos	202 681	1,3%	0	0,0%	-100,0	50 220	0,3%	
Total	15 855 799	100,0%	18 377 367	100,0%	15,9	16 605 255	100,0%	-9,6

De realçar o facto de as receitas provenientes das transferências dos municípios virem a assumir um peso preponderante no global das receitas das Freguesias, 32,3% em 2016, praticamente o peso assumido pelas receitas provenientes dos fundos do Orçamento de Estado (34,3% em 2016), significando assim que 2/3 das receitas das freguesias são suportadas pelas transferências do OE e dos municípios.

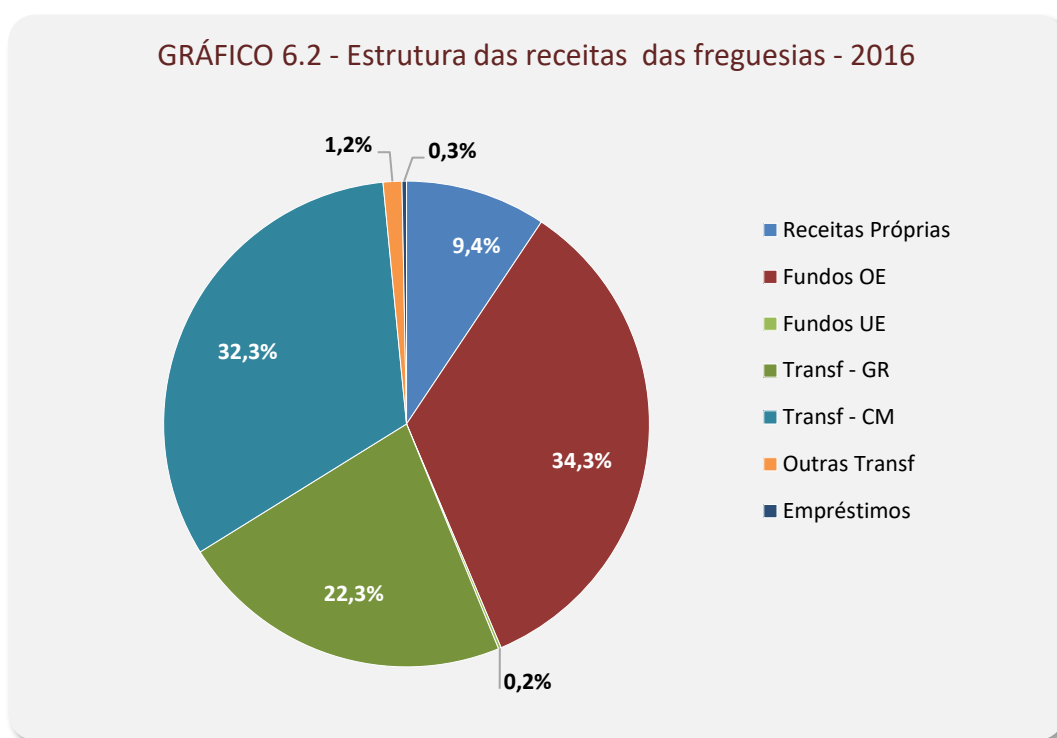
As outras grandes rubricas de receita são as transferências do Governo Regional (22,3%) e as receitas próprias (9,4%). As transferências da União Europeia, tal como referido anteriormente, registaram um significativo decréscimo em relação a 2015 (-1.172.231€, traduzidos em -97,5%), assumindo um peso muito reduzido 0,2%) no global das receitas. No caso das transferências do Governo Regional, observa-se também um decréscimo na ordem dos 18,5%, tendo estas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

transferências atingido o montante de cerca de 3,7 M€ em 2016, mas ainda assim, com um peso relativo muito significativo no financiamento da atividade das freguesias (22,3% do total das receitas). As transferências recebidas do Governo Regional em 2016 repartiram-se em 1,6 M€ de transferências correntes e 2,1 M€ de transferências de capital.

O Gráfico 6.2 mostra a estrutura das receitas das freguesias em 2016, que naturalmente terá que ser diferente da dos municípios, uma vez que cerca de 1/3 provém dos próprios municípios.



Esta estrutura aplica-se à totalidade das freguesias, no entanto, como é natural, os valores individuais diferem. Assim, em 2016, das 155 freguesias, 58 receberam mais do município do que do Orçamento do Estado (FFF) e 34 receberam mais do Governo Regional do que do Orçamento do Estado, sendo que em 20 destas freguesias as verbas recebidas, quer do Governo Regional, quer da Câmara Municipal, excederam as verbas do Orçamento do Estado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

As receitas próprias (9,4%) somaram 1,6 M€ em 2016, um valor ligeiramente superior aos encargos com os eleitos locais.

No quadro seguinte é possível verificar a importância do IMI nas receitas próprias, sobretudo após a entrada em vigor da (Lei 73/2013, de 03-09 - RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), passando as freguesias, desde então, a receber a totalidade do IMI sobre prédios rústicos e 1% do IMI sobre prédios urbanos. Pela anterior Lei de Finanças Locais (Lei 2/2007, de 15 de janeiro) apenas recebiam 50% do IMI rústico.

Quadro 6.4 - Principais receitas próprias

Principais receitas próprias	2012	2013	2014	2015	2016		2015-16 Δ %
					Valores	%	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	104 408	179 026	581 241	604 030	713 053	45,8%	18,0%
Taxas	86 904	86 961	97 522	127 200	95 740	6,2%	-24,7%
Rendas - terrenos, edifícios, habitações, etc.	104 380	113 005	104 560	113 224	129 311	8,3%	14,2%
Bens de natureza corrente	27 549	31 376	39 596	23 668	28 645	1,8%	21,0%
Serviços (transportes, cemitérios, aluguer de instalações)	186 665	197 886	201 904	327 321	298 567	19,2%	-8,8%
Venda de terrenos (sepulturas e outros)	156 979	158 245	150 842	162 501	124 508	8,0%	-23,4%

O IMI continua a ser a maior fonte de receita própria, representando 45,8% do total, ou seja, quase metade das receitas próprias das freguesias.

A venda de bens e serviços, no seu conjunto representa cerca de 21% do total das receitas próprias (1.555.928€), enquanto a vendas de terrenos, onde se engloba a venda de sepulturas, atinge os 124.508 € (8,0%) e no que se refere aos rendimentos da propriedade e em concreto as rendas (terrenos, edifícios e habitações), estas representam 8,3% (129.311 €).

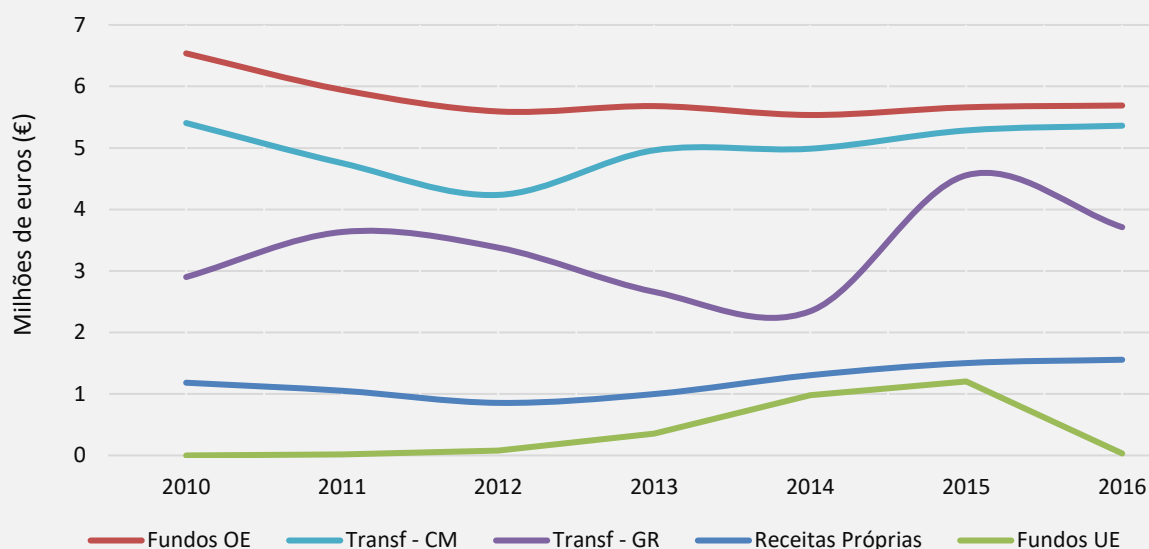
No que se refere às taxas e impostos cobrados pelas freguesias, estas representam 6,2%, enquanto as restantes receitas próprias atingem 166.105 € (10,7%)

A evolução das principais rubricas da receita é apresentada no Gráfico 6.3.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 6.3 - Evolução das principais receitas das freguesias



As transferências do Governo Regional sofreram uma redução de 18,5% em 2016, no entanto, o valor de 2015 foi o mais elevado dos últimos 10 anos.

Os Fundos do OE aumentaram apenas 0,5%. Este aumento é inferior aos 1,2% evidenciados no quadro 6.5, uma vez que ao valor total publicado no OE foram deduzidas verbas para o pagamento ao Sistema Nacional de Saúde (SNS).

No quadro seguinte (6.5) apresenta-se a evolução dos fundos do Orçamento de Estado por unidade territorial (Continente, Açores e Madeira), sendo que, no todo nacional, se regista entre 2015 e 2016 um aumento de cerca de 2,9%, enquanto na Região Autónoma dos Açores esse aumento foi de 1,2%, à semelhança do que foi verificado na Madeira, mas abaixo do aumento de 2,9% verificado no Continente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 6.5 -Evolução dos fundos do OE - Freguesias - unidades territoriais

ANOS	PAÍS	Variação anual	CONTINENTE	Variação anual	AÇORES	Variação anual	MADEIRA	Variação anual
2006	193.842.936	2,3	183.919.229	2,3	5.918.672	2,3	4.005.035	2,3
2007	193.842.936	0,0	183.896.783	0,0	5.976.672	1,0	3.969.481	-0,9
2008	198.218.007	2,3	188.122.195	2,3	6.108.730	2,2	3.987.082	0,4
2009	208.128.907	5,0	197.528.306	5,0	6.414.173	5,0	4.186.428	5,0
2010	211.843.202	1,8	201.109.342	1,8	6.557.117	2,2	4.176.743	-0,2
2011	193.639.454	-8,6	183.827.966	-8,6	5.993.659	-8,6	3.817.829	-8,6
2012	184.038.450	-5,0	174.713.437	-5,0	5.696.480	-5,0	3.628.533	-5,0
2013	184.038.450	0,0	174.713.437	0,0	5.696.480	0,0	3.628.533	0,0
2014	184.378.535	0,2	175.180.204	0,3	5.619.088	-1,4	3.579.243	-1,4
2015	184.038.450	-0,2	174.713.437	-0,3	5.696.480	1,4	3.628.533	1,4
2016	189.402.546	2,9	179.963.099	3,0	5.766.389	1,2	3.673.058	1,2

No Quadro 6.6, podemos comparar o peso percentual no total da RAA de algumas receitas do conjunto de freguesias por município. É evidente que os municípios maiores (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande, Praia da Vitória e Horta) terão maior peso, mas o que aqui interessa é a comparação entre as rubricas de receita, bem como a sua relação com a população.

QUADRO 6.6 - Repartição das principais receitas das freguesias (% por Concelho) – 2016

CONCELHOS	RECEITAS TOTAIS	Receitas próprias	Fundos OE	Fundos EU	Transferências GR	Transferências CM	População %
VPT	3,2	1,2	3,5	0,0	1,5	4,2	2,3
PDL	21,5	21,5	17,8	0,0	21,7	25,5	27,9
RGR	13,9	17,9	9,6	2,0	22,2	11,4	13,0
LAG	4,1	4,0	4,6	0,0	3,0	4,7	5,9
VFC	2,8	4,5	4,2	0,0	3,3	0,5	4,6
POV	3,2	7,3	4,1	0,0	2,1	1,9	2,6
NRD	2,9	2,5	4,6	0,0	1,8	2,1	2,0
AGH	16,0	12,9	11,3	0,0	20,7	18,3	14,4
PVT	6,4	8,6	7,4	98,0	9,7	1,6	8,5
SCG	2,2	2,2	2,8	0,0	0,7	2,6	1,8
CAL	1,9	1,1	3,3	0,0	1,1	1,2	1,5
VEL	3,4	4,0	3,8	0,0	3,0	3,4	2,2
SRP	2,3	2,3	3,1	0,0	1,5	2,1	1,4
LPC	2,7	2,4	3,9	0,0	1,4	2,4	1,9
MAD	2,8	2,6	4,0	0,0	1,2	2,9	2,5
HRT	7,7	4,0	7,0	0,0	3,8	12,3	6,1
SCF	1,6	0,7	2,4	0,0	0,1	2,1	0,9
LFL	1,5	0,3	2,7	0,0	1,1	0,8	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Considerando as receitas totais das freguesias por município e comparando as mesmas com o peso populacional de cada município, conclui-se que em 4 concelhos (Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo e Praia da Vitória) as receitas têm um peso percentual inferior ao das respetivas populações no total da Região, ao contrário de Angra do Heroísmo e Horta, que são os dois concelhos que apresentam maior diferença positiva entre o peso relativo das receitas totais e o da população. Comparando o peso das receitas próprias arrecadadas pelas freguesias de cada município em relação ao peso da população de cada município no todo regional, as freguesias dos concelhos da Ribeira Grande e Povoação são os que apresentam uma maior diferença positiva, ao contrário das freguesias do concelho de Ponta Delgada, onde o peso das receitas próprias é de 21,5%, enquanto o peso populacional deste concelho no total da população dos Açores é de 27,9%.

6.4 Despesas das Freguesias

Em 2016, as freguesias efetuaram despesas no valor global de 16,0 M€, o que representa uma considerável redução em relação ao total da despesa de 2015 (18,4 M€), ou seja, menos 13,9%. Conjugada com uma menor redução da receita em 2016 (-9,6%), resulta um aumento ligeiro no saldo final de 2016, de 2,5 para 3,1 M€.

No Quadro 6.7, pode observar-se o comportamento das principais rubricas da despesa. Será de destacar a redução de 38,1% nas despesas de investimento, passando de 7.474.915€ em 2015 para 4.623.294€ em 2016, bem como a redução nas despesas de pessoal em cerca de 4,4%. No entanto, esta diminuição é compensada pelo aumento das transferências para as famílias (18,5%) e Segurança Social (10,2%), onde se incluem os programas ocupacionais.

Por outro lado, ao nível das despesas de aquisição de bens e serviços, as quais aumentaram em 2016, em relação ao ano anterior, em 8,9% e 7,6%, respetivamente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 6.7 - Evolução e estrutura das despesas das Freguesias 2016

Tipo de despesa	2014		2015		2015-16	2016		2015-16
	valores	%	valores	%	Δ %	valores	%	Δ %
Pessoal	4 815 906	32,1%	4 667 416	25,1%	-3,1	4 459 850	27,9%	-4,4
Bens	1 745 826	11,6%	1 806 763	9,7%	3,5	1 967 487	12,3%	8,9
Serviços	2 606 476	17,4%	2 916 150	15,7%	11,9	3 136 823	19,6%	7,6
Juros	30 140	0,2%	13 887	0,1%	-53,9	7 007	0,0%	-49,5
Amortizações	205 998	1,4%	3 174	0,0%	-98,5	3 627	0,0%	14,3
Investimentos	4 253 825	28,4%	7 474 915	40,2%	75,7	4 623 294	28,9%	-38,1
Transferências - instituiç não lucrat	590 981	3,9%	652 683	3,5%	10,4	642 870	4,0%	-1,5
Transferências correntes - famílias	195 757	1,3%	152 267	0,8%	-22,2	180 476	1,1%	18,5
Transferências correntes - seg social	205 462	1,4%	666 681	3,6%		734 666	4,6%	10,2
Outras Despesas	345 197	2,3%	247 115	1,3%	-28,4	257 546	1,6%	4,2
Total	14 995 569	100,0%	18 601 050	100,0%	24,0	16 013 646	100,0%	-13,9

A redução do volume de investimento em 2,8 M€ resulta sobretudo da significativa diminuição das receitas provenientes dos Fundos Comunitários (-97,5%) e das transferências do Governo Regional (-18,5%), que no seu conjunto diminuiram 2 M€.

No Gráfico 6.4 podemos observar a estrutura das despesas das freguesias, em termos globais.

Em relação a 2015, o peso da componente de investimento reduz de 40,2% para 28,9%, mas continua a ser a mais significativa, contudo já numa percentagem semelhante aos custos com pessoal (27,9%), mas se considerarmos a junção das despesas com a aquisição de bens e serviços, 31,9% (25,4% em 2015), então estas despesas já assumem o maior peso relativo.

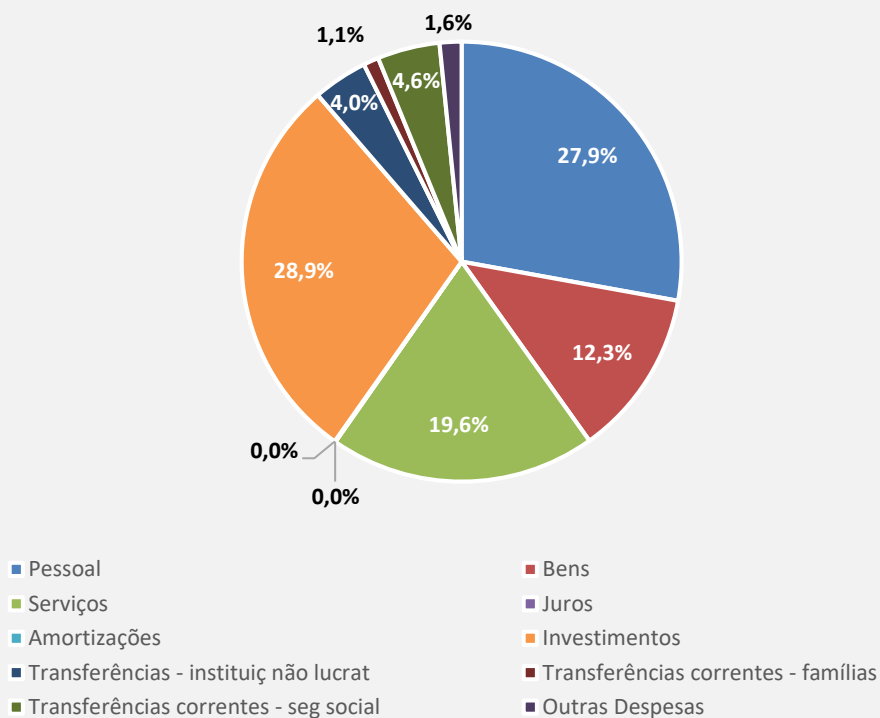
Estas componentes da despesa: despesas de investimento (28,9%); despesas com pessoal (27,9%) e despesas com aquisição de bens e serviços (31,9%), são, praticamente, 88,6% do total das despesas.

Estas despesas representam 77,2% nos municípios. A diferença está nas transferências, que nos municípios são cerca de 14% da despesa e nas freguesias cerca de 8%, e ainda no serviço da dívida, praticamente nula nas freguesias, mas com um peso de 12% nos municípios.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 6.4 - Estrutura das despesas das freguesias - 2016



Áreas de investimento

O Quadro 6.8 mostra os valores que foram despendidos nas principais áreas de investimento nos últimos 3 anos, sendo que, em relação a 2016, há a destacar o facto de quase todas as áreas de investimento apresentarem reduções nos respetivos montantes, com exceção da área da Habitação (+13,4%), a qual, por si só, apresenta um peso de 25,3% do total do investimento e as despesas com Mobiliário e Equipamento Administrativo (+5,6%).

As áreas da Educação e Desporto, com menos 760.252€ (-70,9%); a Rede Viária com menos 437.926€ (-28,8%) e os Outros Investimentos com menos 963.054€ (-44,5%), refletem a significativa redução verificada no total dos investimentos das freguesias em 2016 (-2.851.621€).

De realçar que os investimentos em Habitação, Rede Viária e Outros Investimentos assumem praticamente 75% do total do investimento das freguesias em 2016.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 6.8 - Evolução das áreas de investimento das freguesias

Investimento	2015		2014-15 Δ %	2016		2015-16 Δ %
	valores	%		valores	%	
Habitação	1 030 827	13,8%	59,4	1 169 448	25,3%	13,4
Aquisição, construção e reparação de Sedes	399 167	5,3%	208,0	225 349	4,9%	-43,5
Educação e Desporto	1 072 431	14,3%	162,3	312 179	6,8%	-70,9
Rede Viária	1 522 143	20,4%	43,5	1 084 217	23,5%	-28,8
Parques e Jardins	572 452	7,7%	54,7	309 789	6,7%	-45,9
Material de transporte	418 915	5,6%	145,1	80 515	1,7%	-80,8
Mobiliário e Equipamento Administrativo	96 190	1,3%	-29,2	101 553	2,2%	5,6
Equipamento Informático	124 153	1,7%	212,1	101 642	2,2%	-18,1
Software Informático	74 244	1,0%	721,8	37 263	0,8%	-49,8
Outros Investimentos	2 164 393	29,0%	68,7	1 201 339	26,0%	-44,5
Total	7 474 915	100,0%	75,7	4 623 294	100,0%	-38,1

Seguem-se, em dimensão, a Educação e Desporto (6,8%) e a Aquisição, Construção e Reparação de Sedes (4,6%).

De realçar que as áreas de investimento das freguesias, relativas à Rede Viária, à Educação e Desporto e à Habitação, são maioritariamente executadas por delegação de competências, quer do município, quer do Governo Regional. Nas áreas de reparação de sedes, equipamento administrativo e equipamento informático, as freguesias atuam por conta própria, mas beneficiam da cooperação financeira do Governo Regional. Em 2016, esta cooperação atingiu o valor global de 366 m.e. Este valor representa 67% do investimento das freguesias em conservação de sedes, equipamento administrativo e informático.

Do valor total de despesas de investimento (7,5 M€), apenas 18,2 m.e. referem-se a prestações de locação financeira.